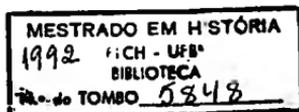


UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

REPUBLICANISMO E CLASSE MÉDIA  
EM SALVADOR (1870-1889)

Dissertação apresentada e defendida em 21 de agosto de 1992, sob a orientação do Prof. Doutor MARIO AUGUSTO DA SILVA SANTOS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

DILTON OLIVEIRA DE ARAUJO



**Universidade Federal da Bahia - UFBA**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

**Esta obra foi digitalizada no**  
**Centro de Digitalização (CEDIG) do**  
**Programa de Pós-graduação em História da UFBA**

**Coordenação Geral: Carlos Eugênio Líbano Soares**

**Coordenação Técnica: Luis Borges**



**VIRTUTE SPIRITUS**

**2006**

**Contatos: [lab@ufba.br](mailto:lab@ufba.br) / [poshistro@ufba.br](mailto:poshistro@ufba.br)**

Para Guadalupe, Natália e  
Flávio,  
pelo amor que me encoraja.

Aos meus pais e meus  
irmãos.

## AGRADECIMENTOS

AOS funcionários das bibliotecas e arquivos nos quais pesquisei. D. Maria Augusta e Fernando, no Instituto Histórico: Zilda Brito, no Memorial da Faculdade de Medicina: Célia Mattos e demais funcionários da Biblioteca Pública do Estado: as funcionárias da Biblioteca do Mestrado e aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia:

Aos colegas do Curso de Mestrado em Ciências Sociais, com os quais convivi e aprendi nestes quatro anos de duração do curso, e em especial a Jorge Almeida Uzêda, pelas observações feitas nas nossas conversas e pelo apoio dado em diversos momentos:

Aos professores do Mestrado em Ciências Sociais e do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia, pelas sugestões e indicações fornecidas nos momentos em que precisei:

Ao Professor Mário Augusto da Silva Santos, orientador deste trabalho, que, com suas sugestões, contribuiu em muito para melhorar a qualidade do mesmo: que forneceu importantes indicações e esteve sempre disponível para o acompanhamento, nos momentos em que necessitei das suas considerações:

Aos professores do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana, pela compreensão que tiveram, liberando-me das atividades docentes por um tempo que me foi fundamental para a elaboração desta Dissertação.

## S U M A R I O

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
Sobre o lema .....	2
Metodologia .....	7
Notas .....	25
<b>A TRAJETORIA DO MOVIMENTO REPUBLICANO</b> .....	28
Os Republicanos e as suas dificuldades entre 1870 e 1888 .....	32
O Clube Republicano Federal .....	41
Federalismo e Evolucionismo .....	46
O Partido Republicano da Bahia .....	52
A Reação Monárquica e o Surgimento da Guarda Neira .....	61
O Massacre do Taboão .....	67
Notas .....	82
<b>O CARATER DO REPUBLICANISMO EM SALVADOR</b> .....	80
Luta Democrática e Ameaças de Radicalização .....	94
O Abolicionismo na Bahia .....	105
A Continuidade entre Abolicionismo e Republicanismo .....	115
Notas .....	131

<b>MOVIMENTO REPUBLICANO E CLASSE MÉDIA</b> .....	137
Sociedade em Salvador no Final do Século XIX .....	140
Características Sociais dos Republicanos de Salvador .....	146
O Processo de Formação de uma Classe Média em Salvador .....	152
Notas .....	164
<b>CONCLUSÕES</b> .....	167
Notas .....	170
<b>FONTES</b> .....	173
<b>ANEXOS</b> .....	183
Manifesto do Congresso Republicano da Bahia .....	I
Relação dos Sócios do Clube Republicano Federal ...	XI
Relação dos Assinantes de um Manifesto de Carreiros e Comerciantes pela República .....	XIV
Poesia dirigida pelos Republicanos aos Libertos ..	XVI

I N T R O D U Ç Ã O

## SOBRE O TEMA

O movimento republicano na Bahia ainda não foi suficientemente estudado. Poucos foram os trabalhos que o trataram como objeto central. E em alguns destes, sobressai o caráter de depoimento testemunhal, mais forte que o de elaboração propriamente histórica. Braz do Amaral, um dos primeiros a se debruçar sobre o republicanismo na Bahia, tendo sido também um ator dos momentos históricos aqui estudados, fez todo um relato dos episódios. Participou, narrou e analisou o que tinha visto e ouvido dizer, tudo isto a partir da concepção política monarquista a que se vinculava (1).

Após os trabalhos desse autor, o que percebemos é, praticamente, a repetição das suas palavras e impressões, dentre as quais destacamos a eterna referência à fragilidade e à pequena dimensão do movimento. No caminho da interpretação feita por Braz do Amaral, seguiu, dentre outros autores, Pedro Calmon, ao atribuir uma pequena importância ao movimento e, principalmente, ao eleger o aspecto da dimensão física como merecedor do estatuto de principal característica qualificadora do republicanismo. A discussão da questão se esgota, na obra desse autor, com o reconhecimento do suposto fato de não existirem numerosos seguidores dos republicanos na Província da Bahia, razão que, mesmo comprovada, revela-se insuficiente e inaceitável como explicação para um momento tão significativo da história da Província (2).

No quadro dessas repetições, e buscando aqui apenas demonstrar a permanência das impressões deixadas por Braz do Amaral, trazemos à cena o trabalho de Eul-Soo Pang que, sobrevendo a questão, destacou que "nenhum dos grandes políticos baianos veio das fileiras do anêmico Clube Republicano liderado por um professor de Medicina, Virgílio Damásio. A relação dos líderes do Clube, por volta de 1880 não mostra nenhum nome político importante" (3).

Mesmo autores que foram simpáticos à República, diferentemente de Braz do Amaral, como Antônio Ferrão Moniz de Aragão e João da Costa Pinto Dantas Jr., não ultrapassaram os limites de testemunhos da história e nem superaram, com os seus trabalhos, o caráter necessariamente "partidário" presente nas obras dos autores citados acima (4). Por essas linhas caminham, praticamente, todos os escritos sobre a questão republicana da Província da Bahia (5).

O objetivo central estabelecido para este trabalho foi o de estudar o grupo social que assumiu a luta pela República na Bahia e, mais precisamente, em Salvador, deixando de lado qualquer preocupação que se tenha voltado para a resolução da falsa questão a respeito da dimensão física do movimento republicano. Pensamos tratar-se de um contingente social que, no decorrer de lutas concretas, como a abolicionista e depois a republicana, construiu uma identidade político-ideológica que o individualizou no meio social e o introduziu como ator principal, em um processo de formação de uma classe média na cidade do Salvador, processo que não se

configura como estranho ao que estava ocorrendo no plano nacional, sobretudo a partir de um certo crescimento urbano e do relativo desenvolvimento de um mercado de trabalho, condições sociais estas que se verificaram na segunda metade do século XIX.

Procuraremos, então, discutir algumas características essenciais desse contingente acima mencionado: a sua composição social básica e suas aspirações ideológicas; a sua relação com o Estado escravista moderno e a sua mobilização, através do abolicionismo, contra esse mesmo Estado; a sua relação com as aspirações de natureza democrática; a sua concepção sobre a República. Sustentaremos, centralmente, que o contingente social que lutou pela República na Bahia foi um grupo formador de uma classe média e que, por não reunir determinadas condições sociais e ideológicas, deixou de atingir, com o advento do regime republicano, os postos decisórios mais importantes do novo Estado que se organizava.

Secundariamente, e com o intuito de consumir o objetivo acima delineado, procuraremos desenvolver: a trajetória histórica concreta dos republicanos; o seu pensamento a respeito da democracia; a crucial relação entre o republicanism e o abolicionismo na Bahia; a visão que os republicanos possuíam sobre as camadas populares, sobretudo baseada na idéia de uma igualdade civil, mas desvinculada de qualquer conotação de igualitarismo sócio-econômico.

Nossa intenção foi a de olhar de novos ângulos para o grupo republicano baiano; foi a de buscar direcionar alguns novos focos de luz sobre esse tema. Não pensamos ter atingido respostas finais. Levantamos determinados problemas, assim como, possibilidades de respostas, em cada um dos capítulos que seguem. Pensamos, finalmente, que a nossa contribuição mais importante neste trabalho, foi a tentativa de reinterpretar de um momento, para o qual as elaborações históricas até aqui realizadas são insuficientes. Fomos às fontes e fomos à teoria, na busca de realizar uma interpretação que contribuisse efetivamente para a elucidação de pontos obscuros da história da Bahia.

Este trabalho é constituído de três capítulos, subdivididos em itens. No primeiro, tratamos da trajetória histórica dos republicanos baianos, desde 1870 até 1889. Não é um capítulo histórico-cronológico puro, pois procura também indicar algumas possibilidades interpretativas que serão, às vezes, retomadas em capítulos posteriores.

Traçamos, no primeiro item, um quadro histórico desde 1870 e focalizamos, nos itens restantes, os episódios posteriores à fundação do Clube Republicano Federal, ocorrida em maio de 1888. Assim, comentamos a fundação do Partido Republicano da Bahia, a sua participação eleitoral, o surgimento e a ação da Guarda Negra e os episódios violentos ocorridos no dia 15 de junho de 1889, quando da visita do líder repu-

blicano Silva Jardim à Bahia, momentos de grande importância na caracterização do republicanismo na Bahia.

O Capítulo II aborda duas questões decisivas na caracterização do núcleo político que ora estudamos: a natureza democrática da política dos republicanos da Bahia e a relação entre republicanismo e abolicionismo nesta Província. No caminho da interpretação do republicanismo como um movimento relacionado à formação de uma classe média na Bahia, a questão do abolicionismo passou a ser considerada como central, como definidora.

No terceiro e último Capítulo, após uma breve abordagem sobre a sociedade de Salvador na segunda metade do século XIX, evidenciamos outros tipos de dados que nos levam a estabelecer o relacionamento entre republicanos e a formação de classe média na Bahia. Apresentamos dados sobre ocupações dos republicanos, além de alguns outros importantes componentes de uma ideologia típica de classe média, relacionados a questões como a ascensão social baseada no mérito provado e à crítica à proteção e ao favoritismo na ocupação dos lugares públicos e privados. Apresentamos também, como um outro componente dessa conformação ideológica, a visão dos republicanos da Bahia sobre o povo, com quem desejavam estabelecer uma relação de igualdade do ponto de vista jurídico formal, e, por outro lado, manter a desigualdade no que diz respeito às condições econômico-sociais, uma postura que identificamos também como sendo da classe média em formação.

Nas Conclusões, fazemos uma breve discussão sobre a derrota desse grupo baiano no processo de instauração da República na Bahia, relacionando essa derrota à sua condição de classe média, processo esse bastante diverso daquele ocorrido, por exemplo, em São Paulo, onde os republicanos reuniram recursos materiais e ideológicas para controlar o poder no novo Estado que se inaugurava.

## METODOLOGIA

Os itens relacionados acima são, na verdade, os ângulos pelos quais procuraremos olhar o movimento republicano e a partir dos quais poderemos perceber e valorizar certos dados da realidade histórica, antes deixados de lado pela quase totalidade dos autores que escreveram sobre o tema.

Que importância tem, por exemplo, o fato de que os republicanos baianos foram, em geral, também abolicionistas, diferenciadamente daqueles republicanos de outras províncias? Partimos da compreensão de que houve um Estado de natureza escravista e que a questão da superação da escravidão foi o componente central no processo de superação da Monarquia. As lutas dos escravos e, no nosso caso, as lutas propriamente abolicionistas, terminaram por constituir-se como momentos vitais para a derrota política do regime monárquico e para a instauração da República no país (6). A partir dessa compreensão, passamos a atribuir a devida importância ao fato de serem os republicanos também abolicionistas.

Passamos, assim, a valorizar aspectos até então não vistos pela historiografia, e que se encontram presentes na prática política e no discurso dos republicanos baianos (7).

Consideramos que as atividades políticas e o discurso dos grupos políticos envolvidos nas lutas republicana e abolicionista são indicadores de um processo de formação de uma classe média urbana na capital da Província, concomitante àquele que se verificava no plano nacional. Essas afirmativas serão discutidas ao longo do texto, com base, sobretudo, na sistematização sobre classe média realizada por Décio Saes e nas formulações sobre formação de classe de Adam Przeworski, que compreende os processos desse tipo como situações que não se podem reduzir à mera expressão de certos atores sociais com papéis pré-determinados pela posição que ocupam no sistema produtivo (8).

O conceito de classe média, assim como a realidade social à qual o conceito se refere, é um problema teórico e prático de importância no interior dos debates político e acadêmico deste século. Marx, ao que parece, não pretendeu impor à realidade social nem aos sistemas teóricos, a idéia de que somente poderiam existir duas classes sociais em cada formação social (9).

A formulação marxista posterior, ao trabalhar com a idéia de classes fundamentais, absolutizou o enunciado teórico que sustenta a presença de duas classes fundamentais sempre em luta em cada modo de produção, ao ponto de transformar burguesia e proletariado nas únicas classes com pos-

sibilidade de existência concreta dentro do capitalismo. Przeworski assinala, por exemplo, que Karl Kautsky, em 1890, "não percebeu nenhum fator estrutural no aparecimento das 'novas classes médias', considerando todas as atividades típicas da classe média, formas efêmeras e marginais por meio das quais as pessoas expulsas do processo de produção procuram escapar ao destino que lhes impõe o desenvolvimento capitalista" (10).

Estabeleceu-se uma compreensão de que a destruição dos sistemas sócio-econômicos anteriores pelo capitalismo levaria necessária e conseqüentemente à proletarianização de todos os grupos em declínio, ou seja, "as classes médias em extinção - pequenos empresários e agricultores" (11).

Przeworski faz uma crítica importante a esta concepção, reconhecendo no conceito de proletarianização um duplo sentido: o primeiro dizendo respeito à separação entre força de trabalho e meios de produção; o segundo significando a criação efetiva de lugares produtivos na economia capitalista (12).

A questão está em não haver uma necessária correspondência entre o primeiro e o segundo sentido. Os indivíduos que eram forçados a romper com um tipo de sistema produtivo, no qual possuíam os seus próprios meios para produzir, não eram conduzidos necessariamente ao trabalho proletário, entendido aqui como trabalho produtivo numa fábrica capitalista. Przeworski argumenta sensatamente que a criação de lugares no sistema produtivo capitalista não poderia

crescer incessantemente. A produtividade do trabalho levaria à diminuição relativa da utilização da força de trabalho pelos empresários capitalistas (13).

Neste século, sobretudo, a história do capitalismo deu uma maior dimensão a uma série de ocupações que, efetivamente, não poderiam ser listadas como fazendo parte do mundo operário. São bastante conhecidas essas ocupações: atividades oriundas do desenvolvimento comercial e bancário, escritórios diversos, profissões liberais, como as de advogado, médico, engenheiro, técnico, etc. O próprio trajeto material das sociedades capitalistas gerou a necessidade de atividades profissionais variadas, inclusive para o exercício da vigilância e da direção sobre o operariado fabril.

Não é nosso objetivo fazer um apanhado das diversas abordagens sobre a classe média. Procuraremos apenas situar o problema, com o intuito de torná-lo mais claro e de contribuir para a compreensão a respeito do grupo republicano da Bahia. Desse modo, exporemos sumariamente duas posições gerais a respeito da questão, quais sejam a de Poulantzas e de Eric Wright, além da compreensão de Décio Saes, adotada por nós como orientação para a realização deste trabalho.

Poulantzas considerou que os novos conjuntos salariais originados no interior do capitalismo não podem ser caracterizados como classe média, mas também não podem ser considerados como não pertencentes a qualquer classe. Foram, assim, classificados como nova pequena burguesia, que, juntamente com a pequena burguesia tradicional, comporia o con-

junto pequena burguesia. As duas frações dessa classe teriam, no seu entendimento, os mesmos efeitos ideológicos no processo de sua determinação estrutural que foram resumidos assim por esse autor: o reformismo diante dos males do capitalismo; o individualismo no sentido da promoção ou ascensão social; a tendência para o desejo de um Estado neutro, como juiz entre as classes sociais (14). Dessa forma, Poulantzas justifica a unidade entre a pequena burguesia tradicional e a nova pequena burguesia e resolve o problema dos novos atores sociais, não classificáveis como proletariado ou como burguesia. A sua contribuição foi importante, sobretudo por ter abordado uma questão historicamente incômoda à ortodoxia marxista.

Wright, crítico das posições de Poulantzas, compreende que não é possível estabelecer unidade entre nova pequena burguesia e pequena burguesia tradicional e aponta as diferenças entre as duas camadas, quer no aspecto econômico, quer no político:

"Em particular, a pequena burguesia tradicional está constantemente ameaçada pelo crescimento do capitalismo monopolista, ao passo que a nova pequena burguesia é claramente dependente do capital monopolista para a sua reprodução. No nível político, são também opostos os seus interesses: a nova pequena burguesia de ordinário tem interesse na expansão do Estado; a pequena burguesia tradicional em geral se opõe ao governo grande e aos grandes orçamentos estatais ...

O individualismo da antiga pequena burguesia acentua a autonomia do indivíduo, mediante apelos a que ele seja o próprio patrão, controle o seu próprio destino, etc. O individualismo da nova pequena burguesia é carreirista, voltado para a "mobilidade organizacional" (15).

Décio Saes afirma, por sua vez, a sua intenção de escapar de uma conceituação que seja aquela de um "grupo de homens não pertencentes a qualquer uma das classes sociais fundamentais, explorada ou exploradora". Afirma também que não há nenhuma utilidade científica em se considerar a classe média como um "grupo intermediário entre classes sociais polares" (16).

Saes compreende que se deve partir do significado prático adquirido na linguagem corrente e que foi difundido pela ideologia burguesa: "Os meios de comunicação burgueses e a literatura política burguesa em geral usam a expressão 'classe média', quando querem se referir a homens que exercem um trabalho remunerado (por salários ou honorários) predominantemente não manual (concepção, direção, deliberação ou 'responsabilidade') ... Ou seja, os trabalhadores dotados dessas características estão unidos, quaisquer que sejam as suas ocupações (médicos, advogados, jornalistas, bancários, etc.) por uma disposição ideológica comum: a de considerar a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, como uma necessidade natural, eterna, e não como um fenômeno histórico. O seu limite ideológico máximo é, portanto, o da perpetuação de uma divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual" (17).

Continua o autor:

"Aquém desses limites (isto é, fora dos contextos de crise revolucionária numa formação social capitalista ou de construção do socialismo após uma revolução proletária), tais trabalhadores tendem, antes de mais nada, a defender a valorí-

zação sócio-económica do trabalhador (predominantemente) não-manual, baseando-se na posição de que qualquer hierarquização dos trabalhadores (superioridade sócio-económica dos não-manuais sobre os manuais) se baseia fundamentalmente nas diferenças de capacidade individual (dons e méritos, conforme a expressão de Bourdieu e Passeron). É, portanto, o conjunto dos trabalhadores não-manuais, unidos por essa disposição mais geral (o que não exclui, advirta-se, a possibilidade de que diferentes camadas desse conjunto assumam, dentro desses limites, posições políticas diversas), que designamos aqui por *classe média*" (18).

Saes contrapõe-se a Poulantzas, afirmando as diferenças fundamentais entre a classe média e a pequena burguesia "(artesãos, camponeses médios ou parcelares, pequenos comerciantes)".

Vale aqui transcrever mais um pequeno trecho do trabalho de Décio Saes:

"Não só é diferente a posição de uma e de outra (classe média e pequena burguesia) na organização social da produção (os pequenos burgueses são proprietários dos meios de produção, e ao mesmo tempo exercem um trabalho predominantemente manual), o que a maioria dos autores reconhece, como também são diferentes as disposições ideológicas mais gerais de uma e de outra, o que é contestado por um autor como Poulantzas. A pequena burguesia é apegada à propriedade privada dos meios de produção (ideologia de pequenos proprietários independentes), e tende, portanto, a opor dificuldades a qualquer processo de coletivização desses meios; mas não tem por que defender. A moda da classe média, a perpetuação da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, nem a valorização sócio-económica do trabalhador não-manual" (19).

Uma importante constatação pode ser feita a partir da compreensão sobre a diferença entre classe média e pequena burguesia. Os movimentos políticos ocorridos no Brasil no final do século XIX foram, como buscaremos demonstrar no de-

correr do trabalho, típicos da classe média em formação. Os movimentos rebeldes radicais da primeira metade do século, no entanto, não parecem possuir as mesmas características sociais daqueles, malgrado toda a inspiração que o republicanismo procurou extrair, no processo de sua luta, dos movimentos ocorridos ainda na primeira fase do regime monárquico.

Além de certos intelectuais, militares e funcionários, descontentes com a política imperial, podemos afirmar que o grosso da base social dos movimentos rebeldes e do radicalismo, era composto pela denominada "arraia miúda" da população e por indivíduos que ocupavam posição intermediária na sociedade, encontrando-se inseridos na atividade produtiva de caráter manual: "... artesãos, oficiais, soldados, padres, brancos e mulatos" (20). Segundo Sérgio Adorno, os componentes das lutas do referido período foram: "sitiantes, agregados, camaradas, tropeiros e vendeiros", no campo, e "oficiais mecânicos artesãos" e "agentes subalternos da burocracia administrativa e militar" (21). Décio Saes classifica esse contingente revolucionário da primeira metade do século como pequena burguesia, diferenciando-o nitidamente daquele outro, também intermediário, que encampou as lutas abolicionista e republicana do final do século: "... eram as lutas de artesãos, pequenos comerciantes e camponeses médios (pequenos proprietários independentes, distintos dos camponeses pobres sem terra, que constituíam a maioria esmagadora do campesinato no Brasil colonial e imperial..." (22).

Teríamos assim movimentos compostos, sobretudo, por indivíduos da pequena burguesia, possuidores de uma interpretação própria a respeito da situação política e social do país, e que adotaram uma postura também própria, de natureza radical, diante das derrotas das tendências que empunharam bandeiras de luta de natureza democratizante nas primeiras décadas de existência do Império (23).

O período histórico que se estende da Independência até, aproximadamente, meados da década de 1840, é caracterizado pela existência de profundos conflitos políticos e sociais. Projetos gerais visando a organização do Estado e atitudes várias, muitas delas de natureza violenta, debateram-se durante esse tempo, criando tensões em torno da vigência de uma maior ou menor centralização do poder político. As revoltas políticas são bem conhecidas, variando entre aquelas comandadas pelas elites sociais e outras de caráter eminentemente popular. Pelas frestas das revoltas das classes dominantes e intermediárias, vieram à tona também inúmeras movimentações dos escravos, destacadamente na Bahia.

Embora não se possa indicar com precisão a presença da bandeira democrática, podemos afirmar que o desejo de ampliação dos espaços políticos de decisão estiveram presentes no processo acima mencionado. Diversos movimentos revoltosos foram massacrados em favor da centralização política e da manutenção da unidade político-administrativa do Império. A Constituição (outorgada em 1824) e a natureza política niti-

damente conservadora e anti-democrática da Monarquia não foram decorrências naturais e necessárias do processo de superação do estatuto colonial: foram o resultado efetivo de lutas que, efetivamente, sacrificaram qualquer intenção de contemplar interesses mais amplos, evitando criar um jogo político de natureza democrática.

O movimento republicano da Bahia foi, no nosso entender, um movimento de caráter democrático. Uma luta democrática que se fez necessária ao longo de todo o século XIX, já que o Império brasileiro foi fundado e consolidado com base em práticas políticas de natureza conservadora. A democracia constituiu-se em uma eterna pendência no arcabouço político-ideológico e jurídico do Estado Monárquico brasileiro, suplantada que foi, no processo de construção e de consolidação do Estado nacional, pelos princípios liberais, organizadores de um Estado excludente, de cuja gestão apenas participavam aqueles indivíduos que possuíam alta renda e propriedades (24).

A postura política de natureza radical, baseada em práticas violentas contra o comando centralista e conservador do Império, constituiu-se, nas suas primeiras décadas, como uma das possibilidades políticas em jogo para a construção da nacionalidade. Foi vitorioso o caminho que implicou na manutenção da unidade nacional a qualquer custo, na centralização e no conservadorismo político baseado, num aparente paradoxo, nos princípios do liberalismo. Esse caminho foi "adotado" pelo país, por fim, com a inestimável colaboração

de uma violenta repressão aos movimentos rebeldes ocorridos entre as décadas de 1820 e 1840.

A repressão às revoltas, e as condições econômicas oriundas da ascensão cafeeira, contribuíram decisivamente para que o Império pudesse consolidar-se, impondo o isolamento político às tendências democráticas e radicais, logo após à sua grave derrota política e militar, ocorrida entre o período regencial e a década de 1840.

O radicalismo da primeira metade do século foi efetivamente derrotado e os grupos que serviram de base para as ações radicais e democráticas perderam força no transcurso do processo acima mencionado. O que subsistiu foi uma estruturação politicamente excludente de amplos setores e grupos da sociedade. O que subsistiu foi um Estado, ao mesmo tempo, liberal, escravista e anti-democrático. No final do século, novos grupos políticos democráticos, através das lutas abolicionista e republicana, reelaboraram e, de alguma forma, deram seqüência a todo o processo de combate ao tipo de Estado existente no país, escravista e conservador, regulador e mantenedor das diferenças legais e sociais entre os indivíduos.

Assim situamos o contingente social que, na Bahia, lutou pela instauração do regime republicano. Resgatou, para efeito da realização da propaganda das suas idéias, toda uma inspiração nos antigos líderes radicais da primeira metade do século, e os elagueu como modelos e exemplos de luta. Reelaborou as bandeiras democráticas, objetivando ampliar a

participação política, através da adoção do voto universal; instalar um regime republicano democrático, sustentáculo da liberdade política; estabelecer a igualdade dos indivíduos perante a lei, aspiração esta que não fazia parte daquelas levantadas pelos revolucionários da primeira metade do século.

O seu alvo de ataque foi aquela mesma estrutura política existente desde a fundação do Império, promovida de acordo com certos princípios do liberalismo, pelos quais os critérios de propriedade e renda constituíam-se em definidores exclusivos do *status* de cidadão. O núcleo republicano, além disso, combateu a sociedade baseada no clientelismo e no favor, meios utilizados habitualmente para promover a ascensão pessoal e profissional, desvalorizadores para aqueles que objetivavam uma inserção e ascensão social através do reconhecimento público da sua própria competência e mérito, necessidades da classe média que então se formava no plano nacional (25).

A mais significativa marca dos republicanos baianos de 1880-1889 foi o seu abolicionismo. Foi a defesa de uma bandeira de luta que visava, essencialmente, a tornar iguais os indivíduos perante a lei; a mudar o caráter do Estado, que deveria passar de mantenedor da desigualdade formal para guardião de uma situação de igualdade de indivíduos-cidadãos no plano legal (26).

A diferença entre os movimentos da primeira metade do século XIX e o movimento republicano ora estudado reside no

caráter das classes sociais que participaram da luta política em cada um dos momentos em questão, destacando-se o movimento da última década como um instante histórico em que estava em formação uma classe média no Brasil e na Bahia.

O núcleo republicano baiano buscou no passado, além de algumas aspirações políticas, como foi dito, certas inspirações para efetivar a sua luta. Procurou modelos inspiradores, sobretudo materializados nas figuras de revolucionários como Tiradentes, Padre Roma, Frei Caneca, Sabino Alves e Pedro Ivo, dentre outros. Houve, nitidamente, o estabelecimento de uma seqüência. Houve a busca de uma tradição. Os republicanos baianos não se compreendem como os primeiros lutadores contra a monarquia, como os primeiros revolucionários. Na sua compreensão, não são nem mesmo os primeiros republicanos. Foi necessário para eles, estabelecer-se como continuadores de uma trajetória já de longo tempo estabelecida, planejada, tentada. Foi preciso, para tornar mais convincentes as suas intenções políticas, apresentar-se como herdeiros de uma longa tradição.

Os republicanos empunharam a bandeira da democracia e combateram a monarquia naquele aspecto que lhe era mais essencial: o escravismo. Combateram o sustentáculo histórico monárquico, qualificador essencial do Estado de tipo escravista. Deram continuidade a essa luta - independentemente da análise que se faça da sua força, do seu peso efetivo - buscando a superação, após maio de 1888, de uma forma de governo que já se encontrava vazia de sentido, desde que sua

razão de ser, a escravidão, já não mais existia.

As referências que possuíamos a respeito do movimento republicano tinham, no início das nossas reflexões sobre o tema, uma espécie de poder de palavra final. Estabeleciam que o movimento fora pequeno, tivera poucos adeptos, não conseguira atrair a atenção de camadas mais amplas da população baiana. Era como se tudo já houvesse sido dito.

Uma verdade seja explicitada de imediato: pelos dados que encontramos através do nosso trabalho de pesquisa, não existiu um movimento republicano que tivesse possuído dimensões físicas significativamente diferentes daquelas que se encontram reveladas nas obras dos autores que nos antecederam, embora denunciemos a existência de uma certa tendência, nessas mesmas obras, para torná-lo sempre menos forte, menos importante (27).

A linha predominante na historiografia foi aquela que tendeu a diminuir a quantidade dos republicanos, a reduzi-los à quase exclusiva composição estudantil, deixando de salientar a relativa presença de profissionais liberais, assim como a de militares e funcionários civis da administração pública que, em geral, eram forçados a ocultar os seus nomes pelo temor das represálias sobre os seus próprios empregos.

O nosso trabalho passou a ser, assim, uma tentativa de explicar as razões das dificuldades que tiveram os republicanos para crescer, para ampliar o movimento, para constituir-se em uma força política efetiva na Província. Embora reconhecendo a sua dimensão relativamente pequena, não

aceitamos que o movimento não tenha importância como tema, ou que não tivesse sido importante como fenômeno histórico à sua época.

Seria preciso explicá-lo, mais do que simplesmente contar a sua história. Assim, paralelamente à busca de dados sobre a trajetória, sobre os homens, sobre a imprensa, sobre as organizações e atos republicanos concretos, procuramos abrir o leque de questões, sobretudo para atingirmos uma certa compreensão sobre o pensamento político dos republicanos e a sua relação com o do restante da sociedade.

Orientados pela teoria que considera o Estado monárquico brasileiro como um Estado de tipo escravista, importante para a atribuição de uma importância decisiva à questão do abolicionismo como fator de superação da Monarquia, procuramos os elementos que nos informassem sobre a relação dos republicanos com o escravismo, na Salvador das últimas décadas do Império (28). Teriam sido escravistas ou abolicionistas?

Trabalhamos, então, com as publicações que trataram da questão abolicionista e da reivindicação da indenização pela perda dos escravos. Conseguimos, através da consulta a jornais diversos e a trabalhos publicados em revistas e anais, identificar inúmeros nomes e fatos que nos permitiram compor um quadro conclusivo da postura anti-escravista dos republicanos da Bahia, constatação sumamente importante para a sua caracterização e para a sua diferenciação dos republicanos de algumas províncias do sul como Minas Gerais e

São Paulo.

O republicanismo baiano foi um movimento de natureza democrática? Que posições assumiu diante da questão da organização do Estado? Que preocupações teve diante da exclusão legal de amplas camadas da população da possibilidade de possuir direitos e competir na sociedade?

São questões relacionadas com as aspirações políticas e ideológicas dos republicanos e, para além deles, do contingente social mais amplo no qual se encontravam inseridos. Essas questões contribuíram sensivelmente para que pudéssemos encontrar certos dados que, ao final, fortaleceram a nossa conclusão a respeito da relação do republicanismo a um processo de formação de uma classe média em Salvador no período do nosso estudo.

Por isso, procuramos inicialmente, saber das opiniões, das posições e propostas de natureza política desses republicanos, tarefa para a qual nos valem prioritariamente do seu jornal, A REPUBLICA FEDERAL.

Utilizamos também outros órgãos da imprensa baiana, como meio para captar a voz dos republicanos ou opiniões diversas sobre esses nossos atores centrais. Assim, trabalhamos com os jornais DIARIO DO POVO e JORNAL DE NOTICIAS, que nos forneceram, principalmente o primeiro, dados importantes e, em grau menor, o DIARIO DA BAHIA, O GUAYCURU e A GAZETA DA TARDE. Fizemos também algumas consultas a números esparsos de O SANTELMO, JORNAL DA BAHIA e DIARIO DE NOTICIAS, A TRIBUNA, O POPULAR e O NETO DO DIABO.

Trabalhamos com fontes do MEMORIAL DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA. Fizemos a leitura de TESES DE DOUTORAMENTO - escritas pelos estudantes para fins de obtenção do título de Doutor, e que versavam sobre os mais variados temas, desde os propriamente médicos até os políticos e filosóficos - e as MEMÓRIAS HISTÓRICAS DA FACULDADE, sobretudo as que foram escritas nas duas décadas finais do Império. As MEMÓRIAS tratavam dos acontecimentos anuais da Faculdade, trazendo relatos e avaliações do professor designado a cada ano para escrevê-la. Desses documentos, retiramos algumas opiniões que nos serviram para compor o quadro ideológico do núcleo social que esteve presente no processo de formação da classe média na Bahia. Ainda no MEMORIAL, utilizamos os REQUERIMENTOS feitos pelos estudantes, para variados fins, e consultamos o LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO, revelador das discussões e preocupações, sobretudo acadêmicas, dos professores da Faculdade.

Utilizamos também material da Associação Comercial da Bahia, buscando elementos que pudessem indicar as posições do grande comércio a respeito das questões políticas e sociais da época, e que hoje se constituem em nosso objeto de pesquisa. Consultamos dois tipos de documentos: os RELATÓRIOS DA DIRETORIA e as ATAS DAS ASSEMBLÉIAS dos sócios.

Dos RELATÓRIOS aproveitamos algumas representações dirigidas pela Diretoria à Princesa Regente, dando conta das dificuldades vividas pelo comércio e pela agricultura, decorrentes da falta de braços e de crédito. Das ATAS utili-

zamos relações de sócios, o que nos permitiu fazer comparações com outras fontes.

Utilizamos ainda algumas FALAS dos Presidentes da Província da Bahia, objetivando ouvir a voz oficial a respeito de episódios ligados ao escravismo, à abolição e ao Republicanismo, não tendo aí encontrado nenhum desses elementos.

Consultamos estatutos e documentos manuscritos relacionados à vida de algumas associações existentes nas duas últimas décadas do Império, principalmente vinculadas às atividades emancipacionistas, como a Sociedade Libertadora Sete de Setembro. Consultamos também correpondências do Presidente da Província, documentos sobre admissão de pessoal, entre os quais encontramos exemplares de CARTAS DE EMPENHO, importantes como elementos informativos sobre a política do favoritismo das nomeações e o clientelismo sociais, alvos do ataque da classe média em formação.

Trabalhamos, por fim, com o Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, sobretudo com papéis pertencentes a Virgílio Damázio e a Braz do Amaral, dentre outros nomes significativos do momento histórico aqui estudado, conseguindo detectar alguns dados que contribuíram para o levantamento de questões e formulação das respostas presentes nesta Dissertação.

## NOTAS

- (1) AMARAL, Brás do. "Memória Histórica sobre a Proclamação da República na Bahia". *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 30: 3-52, 1904.

AMARAL, Brás do. *História da Bahia do Império à República*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.

- (2) CALMON, Pedro. *História da Bahia: resumo didático*. São Paulo, Cia Melhoramentos, s/d.
- (3) PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1943). A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1978, p. 65
- (4) ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de. *A Bahia e seus Governadores*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.

DANTAS Jr., João da Costa Pinto. "A Propaganda Republicana". *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n.67, 1939

Além desses autores, outros podem ser citados sobre a República na Bahia: CALMON, Pedro, op. cit; BOEHER, George C. A. *Da Monarquia à República. História do Partido Republicano no Brasil*; SAMPAIO, Consuelo Novais. *O Poder Legislativo na Bahia. Primeira República (1889-1930)*. Salvador, Assembléia Legislativa do Estado, UFBA, 1985; TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador, UFBA, 1974.

- (5) Para uma análise da historiografia sobre o movimento republicano na Bahia, v. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *O Movimento Republicano na Bahia*. Salvador, Centro de Estudos Baianos, UFBA, 1990.
- (6) SAES, Décio. *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1889-1891)*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.
- (7) Essa questão foi anteriormente levantada por SANTOS, Mário Augusto da Silva. op. cit. p. 18-22.

- (8) SAES, D. op. cit.; PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.; GULMARAES, Antônio Sérgio A. e CASTRO, Nadya Araújo. *Novimento Sindical e Formação de Classe. Elementos para uma Discussão Teórico-Metodológica*. Salvador. UFBA, Cadernos do CRH n. 4, 1987. pp. 16 a 24.
- (9) No texto "O 18 Brumário de Luís Bonaparte", por exemplo, Marx trata do processo revolucionário na França e não deixa de abordar a relação dos grupos e tendências políticas desse país com as diversas classes existentes na sociedade. Chega a estabelecer subdivisões, como aquela em relação aos camponeses, quando afirma: "A dinastia Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador...". Trata de classes diversas sem, no entanto, abandonar a concepção sobre as duas classes opostas de cada modo de produção, abstração analítica para as sociedades concretas, ou formações sociais.
- V. MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. in FERNANDES, Florestan (org). *MARX-ENGELS*. 2. ed, São Paulo, Atica, 1984, p. 281-293.
- (10) PRZEWORSKI, A. op. cit. p.83.
- (11) Idem. *ibidem*. p. 80.
- (12) Idem, *ibidem*. p. 79.
- (13) Idem, *ibidem*. p. 79.
- (14) POULANTZAS, Nicos. Apud WRIGHT, Eric. *Classe, Crise e o Estado*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981. p. 38.
- (15) WRIGHT, Eric. op. cit. p. 55.
- (16) SAES, Décio. op. cit. p. 285.
- (17) Idem, *ibidem*. p. 286.
- (18) Idem, *ibidem*. p. 286-287. Grifos do autor.
- (19) Idem, *ibidem*. p. 287.

- (20) BARRETO, Vicente. "Primórdios do liberalismo". *Curso de Introdução ao pensamento Político Brasileiro*. Unidade I. Brasília, UNB, 1982. p. 28.
- (21) ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988. p. 38.
- (22) SAES, D. op. cit. p. 218.
- (23) Sobre a questão da relação entre liberalismo e democracia na primeira metade do século XIX. v. ADORNO, S. op. cit, p. 33-74.; e BARRETO, V. op. cit. p. 39-51.
- (24) ADORNO, S. op. cit. p. 33-74.
- (25) SAES, D. op. cit. p. 277-337.
- (26) Idem, ibidem. p. 277-337.
- (27) Há uma tendência na historiografia que reduziu sempre a quantidade dos republicanos. Fala-se na participação de estudantes e de alguns caixeiros, deixando-se de salientar, por exemplo, a relativa presença de profissionais liberais, assim como a de militares e funcionários civis da Administração Pública que, em geral, tendiam a ocultar os seus nomes temendo represálias. Podemos falar ainda da provável participação de indivíduos vinculados às atividades artesanais.
- (28) Essa discussão é estabelecida por Décio Saes ao defender a visão de que existiu um processo único envolvendo a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a Constituinte de 1891, que teve o sentido de construir um Estado de tipo burguês no Brasil, superando, assim, o anterior, de tipo escravista. SAES, Décio. op. cit. p. 51-55.

**A TRAJETORIA DO MOVIMENTO  
REPUBLICANO (1870-1889)**

O movimento republicano na Bahia já tem sido alvo da atenção de alguns historiadores. Estes, contudo, elaboraram seus trabalhos de modo a enfatizar certos aspectos que, por si mesmos, não são suficientes para dar conta do significado do tema em questão. Os aspectos evidenciados em tais obras terminam, quase que tão-somente por fortalecer a visão bem disseminada que afirma a falta de importância do movimento.

Como exemplificação do tipo de abordagem indicada acima, e predominante na historiografia baiana até os dias de hoje, tomemos alguns trechos desses autores:

"De há muito agitava-se uma propaganda em favor da república, mas era muito fraca a corrente.

Era constituída quase completamente por moços estudantes das faculdades.

Um ou outro homem de certo valor se juntava a ela, mas foram raríssimos estes exemplos.

Entretanto, formaram-se alguns clubes republicanos e o que se organizou aqui, fez a publicação de um jornal, a "REPÚBLICA FEDERAL", jornal de pequeno formato e de circulação limitada.

No interior se constituíram também alguns clubes, mas a massa do povo era totalmente indiferente à república" (1).

Mesmo nas palavras de homens que se apresentaram como defensores da idéia republicana, esse tipo de visão terminou por manifestar-se, consolidando-se como o mais relevante dos aspectos a serem levantados:

"Na nossa cara Bahia, onde o espirito monárquico estava arraigado, tal a veneração que tinha pelo grande Pedro II, o movimento propagador apareceu relativamente tarde, e digamos a verdade, sem muito entusiasmo" (2).

Trabalhos como os que foram acima referidos, no geral, revelam uma acentuada preocupação em mensurar dados referen-

tes ao republicanismo e, invariavelmente, concluem pela fragilidade do movimento. Este teria sido pequeno e não teria despertado maiores atenções e interesse. A idéia de fragilidade torna-se uma espécie de categoria explicativa que se vai reproduzindo das elaborações mais antigas até as mais recentes e que em nada contribui para desfazer noções estereotipadas no conhecimento histórico sobre a Bahia. Tais noções terminam por impor ao tema algo como um ponto final, uma vez que conduzem à conclusão de irrelevância e de esgotamento interpretativo acerca do objeto.

Trataremos agora de reconstruir a trajetória do movimento republicano na Bahia, buscando discutir os aspectos pouco ou indevidamente explorados nos relatos históricos já conhecidos, além de trazer à tona subsídios novos e mais significativos deixados de lado e desvalorizados pelos autores que já escreveram sobre o tema.

Mesmo traçando os passos dos republicanos no período anterior a 1888, destacando os episódios mais relevantes, buscaremos privilegiar nesta história os dois anos finais da luta pela República na Bahia. Esses anos podem ser considerados os mais importantes no contexto da luta geral pela adoção do regime republicano na Província, destacadamente por ter-se constituído em um processo político dotado de continuidade organizacional, além de apresentar-se com certo poder de aglutinação de forças.

Assim, destacaremos na trajetória dos republicanos baianos:

A história do movimento republicano de 1870 a 1889, destacando os seus elementos mais significativos, além de esboçar uma resposta sobre as razões da tardia organização da corrente na Província da Bahia;

A fundação e os fundadores do Clube Republicano Federal, espaço no qual se revelam dados sobre a origem social e as ocupações dos republicanos, que contribuirão para que possamos efetivar uma interpretação sobre o conteúdo de classe da sua atividade na província da Bahia;

As disputas políticas com a Liga Federativa baiana, a partir das quais poderemos explicitar algumas divergências internas entre os republicanos, identificando, grosso modo, as concepções presentes no interior da política republicana sobre como promover a ruptura com a Monarquia:

A fundação e a trajetória do partido republicano na Bahia, apresentando dados e analisando suas ações em três momentos importantes, quais sejam, o da participação eleitoral, os momentos da comemoração do primeiro aniversário da abolição da escravatura e a realização do Congresso republicano:

A conjuntura de reação e de repressão monárquica através da organização da Guarda Negra, momento em que os republicanos expõem a sua concepção sobre democracia e em que fazem a crítica à manipulação da Monarquia sobre os libertos, que passaram a constituir-se num dos últimos pilares para a sua sustentação política;

As ocorrências do dia 15 de junho de 1889, quando da

visita de Silva Jardim à Bahia, momento que ficou conhecido como "O Massacre do Taboão". Esta data, na nossa compreensão, constituiu-se como o mais importante marco da história do republicanismo da Província. Além de ter tido uma repercussão nacional, foi também um fato importante para o desenvolvimento de uma situação de instabilidade na política nacional.

#### OS REPUBLICANOS E AS SUAS DIFICULDADES ENTRE 1870 E 1888

Não há referências suficientemente claras sobre a história do movimento republicano na Bahia, no período que se estende de 1870 a 1888. A maioria dos autores que trataram do tema priorizaram os fatos relativos aos dias da Proclamação, à decorrente reação dos partidários da Monarquia e à organização do governo republicano baiano. Os autores que nos forneceram os dados mais significativos foram Braz do Amaral e George Boehrer, apresentando-nos, mesmo assim, um quadro descontínuo dos episódios (3). Além de certos fatos, informaram-nos sobre nomes de republicanos e sobre determinadas publicações, dados com os quais trabalharemos, acrescidos daqueles que encontramos, para elaborar uma história do período.

Um importante elemento a ressaltar, de imediato, foi a inicial inexistência de diferenças entre o republicanismo e a tradição das lutas democráticas advinda dos conflitos políticos ocorridos na primeira metade do século, e que ainda

se manifestava nos momentos em que o republicanismo dava os seus primeiros passos. Exemplos concretos da permanência dessas tendências democráticas, ao longo do século XIX, foram as aparições de jornais como O GUAYCURU, editado entre os anos de 1842 e 1859 e A SENTINELA DA LIBERDADE. O primeiro foi uma tentativa de dar seqüência às lutas ocorridas na Bahia durante as décadas iniciais do Império. Afirmava-se republicano, embora centrasse a sua atividade política na crítica à corrupção, à ausência de liberdade de imprensa e às arbitrariedades do governo monárquico em relação aos direitos políticos dos cidadãos (4).

Nessa linha foi fundado, em Cachoeira, em dezembro de 1870, o jornal A SENTINELA DA LIBERDADE, considerado por George Boehrer como um órgão republicano, conclusão que se deve à ausência de crítica às próprias concepções da época (5). Pela leitura de alguns exemplares encontrados, concluímos que esse jornal ainda não se configurava como um veículo das idéias republicanas. Na primeira página de sua segunda edição, afirma de si mesmo: "órgão republicano, noticioso, literário e comercial". mas, nas suas páginas, não trata uma só vez da questão republicana. Faz críticas ao Imperador e às consequências da Guerra do Paraguai. Afirmava-se democrático e critica o momento político dominado pelo Partido Conservador, mas não apresenta uma proposta que torne mais claras suas posições. Constatamos, assim, que essa publicação não foi resultado das atividades do movimento republicano da Província, fazendo parte ainda, no

nosso entendimento, da antiga tradição democrática. com a qual o movimento republicano estudado por nós, manteve certas relações de identidade e de diversidade (6).

Em 1872 surgiu o jornal O HORIZONTE, administrado por Joaquim Tavares da Gama e redigido pelo médico Frederico Lisboa. Afirmava-se republicano, embora não tenhamos encontrado em suas páginas referências explícitas ao regime republicano ou a quaisquer tarefas organizativas das atividades republicanas. Esse Jornal buscava realizar a defesa da "vontade popular" através do processo eleitoral. assim como o apoio a candidaturas populares: "os candidatos populares são a expressão genuína da vontade do povo, e não é sempre que se viola impunemente a vontade popular" (7).

Como dado demonstrativo dessa política. identificamos o apoio eleitoral dado pelo Jornal a 28 candidatos oriundos de uma certa "liga dos artistas". dentre os quais identificamos a presença de um padre e de seis oficiais militares. O Jornal elogiou a chapa desses operários, afirmando que os mesmos não eram instrumentos da oposição liberal e anunciou o seu apoio a ela como sendo o apoio de republicanos (8).

Cumprе salientar que, nessa fase da história da Bahia. pela primeira vez um órgão de imprensa assumiu uma posição francamente republicana, malgrado as suas limitações. Vale dizer também que a aproximação entre o Jornal e as candidaturas acima mencionadas aparenta ser um fato isolado. mas que pode revelar certas intenções dos republicanos, no sentido da conformação de alianças mais duradouras com as

classes populares. embora não tenhamos condições de confirmar nenhuma tendência política que pudesse ter levado à incorporação definitiva dessas classes às organizações republicanas (9).

George Boehrer nos informa sobre a existência de um clube republicano que teria sido organizado em 1872 por Henrique Alvares dos Santos (10). É a única referência que possuímos sobre um clube organizado nessa data. Mário Augusto Santos nos diz que o clube inaugurado em 1876 foi o primeiro a constituir-se na Bahia (11). Braz do Amaral trata apenas desse clube de 1876, dando conta do seu desaparecimento em virtude da repressão policial e do pequeno interesse despertado por ele entre os cidadãos (12). Não conseguimos, assim, comprovar a inauguração de qualquer clube republicano no ano de 1872.

É também de difícil detecção a história desse suposto clube republicano de 1876. Não sabemos mesmo se ele foi fundado nesse ano ou em 1878. A informação de Braz do Amaral é de que existiu um clube (13). A primeira diretoria do Clube Republicano Federal, em 1888, sustenta a informação de que houve um clube organizado em 1878, do qual teria sido presidente o advogado Manoel Teixeira Soares, participante ativo do movimento nos anos finais do Império.

As poucas fontes encontradas não foram suficientes, no entanto, para um esclarecimento maior. O que temos, então, é um leque de possibilidades. A mais forte delas, na nossa compreensão, é a de terem existido apenas dois clubes na

referida década: o de 1876, que teria sido reprimido e fechado pela polícia, tendo estado relacionado, em algum momento, às atividades de A TRIBUNA, jornal que circulou entre os anos de 1876 e 1880; e um outro, de 1878, sobre o qual pronunciou-se o Relatório da primeira diretoria do Clube Republicano Federal. Este último foi, ao que tudo indica, o Clube Central Republicano da Bahia, comprovadamente existente em 1879, conforme informações encontradas em uma edição do jornal A TRIBUNA:

"Mais um sarcófago moral

O Dr. Antônio Soínola de Athayde já não pertence ao número dos homens patriotas. À briosa falange dos propugnadores das liberdades pátrias!...

Presidente do Clube Central Republicano desta província, o Dr. Athayde, que jurava derramar até a última gota de sangue, sacrificar seu futuro, sua fortuna, em desafronta à morte de Tiradentes, Caneca, Roma, Nunes Machado... acaba de bandear-se para... (14).

João da Costa Pinto Dantas Jr. nos informa sobre um outro clube que teria sido fundado no ano de 1876. Trata-se de um clube acadêmico, que teria continuado a existir. Assim o autor expõe a sua visão:

"O clube da Academia de Medicina da Bahia foi fundado em 1876, mas, infelizmente, apesar de nossas pesquisas não logramos colher dados a respeito. Sabemos apenas, que em outra fase, nele estiveram incorporados Bernardo Jambeiro, saudoso político, que reorientou a Bahia na Câmara do Estado e na Federal, Landulpho Machado, Edmundo Gastão da Cunha, Virgílio Mendonça, Sá e Andrade" (15).

Entendemos que não existia nenhum clube acadêmico no ano de 1889, como nos faz pensar João Dantas Jr.. Esses cinco nomes de estudantes acima relacionados pelo autor,

foram os componentes de uma comissão acadêmica incumbida da redação e divulgação de uma nota que responsabilizava o Presidente da Província José Luis de Almeida Couto pelos acontecimentos do dia 15 de junho de 1889, nos quais estavam envolvidos os republicanos e a Guarda Negra, e criticava a Congregação da Faculdade de Medicina pela omissão diante do apedrejamento do seu prédio, nesse mesmo dia. Os estudantes acima referidos assinam a nota, representando a corporação acadêmica, que não possui nenhuma conotação de clube republicano. Resta a dúvida sobre a existência desse referido clube acadêmico de 1876, sobre o qual João Dantas Jr. não nos fornece nenhuma outra informação.

Algumas outras afirmações imprecisas desse autor fortalecem ainda mais a nossa interpretação sobre a inexistência do clube republicano de 1876, pois revelam o caráter um tanto vago da sua coleta de dados relativos ao movimento republicano. A primeira diz respeito à pretensa fundação do Clube Central Republicano em 1888, quando sabemos que já estava em atividade em 1879, conforme dissemos anteriormente (16). A segunda é relativa a comissão acadêmica, questão já esclarecida no parágrafo anterior. Uma terceira, quando sustenta a idéia de que os jornais DIÁRIO DO POVO E JORNAL DE NOTÍCIAS eram órgãos simpáticos à República, pelo menos quanto ao segundo destes, podemos dizer que, entre os anos de 1888 e 1889, as suas páginas se dedicaram ao fortalecimento da idéia do federalismo, bandeira esta defendida de forma totalmente desvinculada da proposta republicana (17).

Os republicanos participaram, ao que parece, também de atividades eleitorais. Manoel Querino, abolicionista, republicano e líder dos trabalhadores vinculados às atividades da construção, pode ter sido candidato em eleições realizadas no ano de 1876. Braz do Amaral fala da existência de uma candidatura nesse ano. Teixeira Barros nos diz que Manoel Querino foi candidato republicano às eleições municipais em algum momento da década de 1870 (18). Não há evidências, no entanto, de que essas iniciativas se configuraram como experiências fecundas e robustas para a trajetória dos republicanos.

O movimento teve, portanto, uma lenta e difícil maturação. Caminhou devagar. Seus membros foram alvo de cooptação por parte dos partidos monárquicos, quais foram os casos de Antônio Spínola de Athavde e de Frederico Lisboa, ainda no final da década de 1870 (19). Nessa década não contou, de imediato, com um significativo número de adeptos e nos anos de 1880, ao que tudo indica, colocou-se em um plano secundário em relação à luta abolicionista. Para tal luta se voltaram diversos indivíduos envolvidos nas primeiras atividades republicanas, e aqueles que se envolveriam naquelas ocorridas após o mês de maio de 1888.

Fensamos, como uma primeira tentativa de explicação sobre o movimento republicano, que a Bahia não possuiu, desde cedo, nenhum contingente social suficientemente constituído que servisse de base para uma rápida difusão do republicanismo, assim como do abolicionismo. Entendemos que o

republicanismo foi forte em algumas outras províncias, ou por contar com uma significativa base composta por indivíduos das classe dominantes, caso dos fazendeiros do café em São Paulo e Minas Gerais, ou com base na grande presença de profissionais liberais, militares e indivíduos que realizavam trabalho de natureza não-manual, como se deu no Rio de Janeiro (20).

A Bahia foi uma Província na qual a classe dominante<sup>^</sup> agrária ou mercantil associou-se, em grande medida, aos interesses e ao destino do regime monárquico. É bem conhecida a grande notabilidade que tiveram os políticos baianos no cenário nacional nas últimas três décadas do Império, detendo o controle de seguidos gabinetes. A Província, economicamente estagnada, conseguia manter certa posição no plano nacional, sobretudo pela interferência da sua política nos Ministérios. Lembremos, dentre outros casos, a relativa força da Associação Comercial da Bahia, através do seu presidente, o Barão de Guahy, defensor dos interesses agrários e comerciais da Bahia junto ao governo central (21).

A fração baiana da classe dominante não foi republicana como aquela do oeste paulista. Esta, ascendente econômica e financeiramente, carecia de um maior poder de decisão nacional, motivo este que proporcionou o surgimento de intencões federativas e até separatistas entre as lideranças políticas de São Paulo. O federalismo, como afirma Casalecchi, constituiu-se na principal bandeira dessa classe dominante de São Paulo e passou a reger o próprio conteúdo do republicanismo,

dai derivado (22). Mas a fração baiana não teve motivos para isso.

Ao contrário, mesmo depois da abolição da escravatura, as entidades que defendiam os seus interesses, continuaram fazendo seguidas representações aos Gabinetes governamentais e à Princesa Regente, objetivando a conquista de concessões creditícias para salvar o comércio e a lavoura do açúcar. Vejamos o exemplo seguinte:

"Senhora:

A comissão eleita pela numerosa reunião de agricultores e comerciantes, que teve lugar no dia 5 de julho do corrente ano nesta capital da provincia da Bahia, convocada pela Junta Diretora da Associação Comercial, no exercicio de um direito constitucional, vem mui reverentemente ante o Augusto Trono de V. A. Imperial Regente, solicitar algumas providências, cada qual de caráter mais urgente, senão para debelar a temerosa crise agrícola, comercial e monetária que nos assoberba, ao menos para obviar os seus desastrosos efeitos, inquestionavelmente agravados pela humanitária lei n. 3353 de 13 de maio, que, decretada como foi, com máxima celeridade, e desacompanhada de medidas outras aliás instantemente reclamadas, elevou a crise ao seu periodo mais agudo, de sorte que, se o remédio não for eficaz e de pronto, a ruina das classes essencialmente produtoras, legitimos elementos de ordem, paz, e prosperidade da nação brasileira, que ora se dirigem com toda confiança a Vossa Alteza Imperial, será próxima e infalível.

Senhora! O momento é mais que aflitivo, é desesperador. A civilizadora lei de 13 de maio criou um Brasil novo, e urge impedir a queda desse Império gigante, fadado pela natureza, aos mais auspiciosos destinos"... (23).

Escravos e libertos, assim como indivíduos vinculados à pequena produção e ao pequeno comércio, não aderiram de imediato às novas idéias. O que restava era a possibilidade de formação de uma identidade de classe média, o que na Ba-

hia só veio a ocorrer muito lentamente. durante as décadas de 1870 e 1880. Mesmo no plano nacional, só podemos assinalar a ocorrência de um processo desse tipo a partir da eclosão do abolicionismo. na década de 1880. Esse mesmo processo somente ocorreu na Bahia. de forma mais nítida. nos anos finais do regime monárquico.

Para os momentos posteriores ao 13 de maio de 1888. São Paulo e Minas Gerais apresentaram numerosos casos de adesão de fazendeiros. muitos deles em decorrência da abolição. o que os levou à passagem para o campo político oposto ao do regime que, substancialmente. lhes tirara a propriedade escrava e não os indenizara por isso. Passaram a ser reconhecidos como os "republicanos de 14 de maio".

A longa trajetória do movimento. a conquista da abolição e o crescimento do grupo abolicionista-republicano na década de 1880 modificaram, pouco a pouco, as condições político-ideológicas dos movimentos da classe média. o que pode contribuir para que o republicanismo melhor se desenvolvesse nos últimos anos do Império.

### **O CLUBE REPUBLICANO FEDERAL**

A história do republicanismo teve seqüência com a fundação do Clube Republicano Federal. fato ocorrido a 27 de maio de 1888 no salão do Grêmio Literário. quando foram aprovados os estatutos e escolhida a primeira diretoria. assim como o seu nome oficial (24). No dia 10 de junho foi

feita a inauguração do Clube. momento em que foi decidido o lançamento de um jornal próprio, semanal, já que, pela "falta de relações pelo interior", não era possível levar adiante o projeto de um diário. Decidiu-se que as formas de propagação do Clube seriam a imprensa, a tribuna e a realização de conferências públicas, tendo sido realizadas duas até a data de 21 de agosto de 1888 (25).

O movimento republicano adquiriu contornos mais nítidos a partir da inauguração do Clube Republicano Federal. Isto nos é sugerido pelo caráter contínuo das suas atividades, revelado, sobretudo, pela edição do jornal semanal que circulou até depois da Proclamação da República, e por uma seqüência de conferências, comícios, passeatas, participações eleitorais, dentre outras formas de atuação.

Uma outra razão, talvez ainda mais importante do que a mencionada acima, foi a formação de uma liderança republicana nova, que tinha nos estudantes de medicina e nos profissionais liberais, incluindo professores da própria Faculdade da Bahia, a sua base social fundamental, não deixando de atingir também outros setores profissionais, como aqueles vinculados ao comércio, ao funcionalismo e às funções militares.

Essa nova liderança, predominantemente estudantil, passou a imprimir um ritmo e uma concepção que se diferenciaram daquelas que foram sustentadas em períodos anteriores do republicanismo. Houve uma tônica mais radical, proporcionada pela presença de inúmeros republicanos de outras províncias,

que teriam influenciado politicamente a Faculdade, destacadamente o seu corpo estudantil (26).

O Clube realizou duas conferências entre sua fundação e a data de 21 de agosto de 1888, quando foi eleita a sua segunda diretoria. A primeira, proferida pelo jornalista Virgílio de Lemos e a segunda pelo estudante e editor do jornal republicano, Cosme Moreira de Almeida, versaram respectivamente sobre Revolução Francesa e federação republicana. A primeira exaltou a Revolução, enquanto a segunda fez duras críticas à centralização política, provocadora do indiferentismo e do marasmo, além de criticar a política federalista dos monarquistas liberais que, na visão do conferencista, não era mais do que uma tentativa reformista tímida, no sentido de conter reformas mais radicais.

A segunda diretoria do Clube Republicano Federal foi composta dos seguintes nomes:

- Presidente: Dr. Manoel Teixeira Soares (Advogado)  
 Vice-presidente: Dr. Francisco de Assis Correa (Médico)  
 1. secretário: Edmundo Gastão da Cunha (estudante)  
 2. secretário: Arthur Trilha de Lemos (estudante)  
 Tesoureiro: Cosme Moreira de Almeida (estudante)  
 Orador: Virgílio de Lemos (jornalista)  
 Diretores: Rozendo Silva (negociante)  
           Deraldo Dias (negociante)  
           Eugênio Ernesto Barbosa (estudante)  
           Alberto Muvlaert (estudante) (27).

Apenas dois dos diretores não possuíam envolvimento com atividades ligadas a um tipo de formação acadêmica, perfazendo 20% do total. Cinquenta por cento dos diretores eram estudantes, número que nos permite verificar a forte presença desse contingente social no movimento republicano. Dessa diretoria, Eugênio Barbosa e Cosme Moreira de Almeida pertenceram também a primeira e o Dr. Manoel Teixeira Soares presidiu um clube republicano fundado em Salvador em 1878, clube de existência problemática, conforme assinalamos anteriormente.

No relatório da primeira diretoria do Clube Republicano Federal, cujo presidente foi o estudante Landulho Machado de Magalhães, consta a seguinte passagem sobre a sua fundação:

"...alguns acadêmicos da Faculdade de Medicina, de há muito pensavam nos meios de fazer efetiva a formação de um clube republicano aqui na capital, quando se nos ofereceu propícia ocasião, qual é a do despertar da alma popular pela passagem no parlamento da gloriosa lei abolicionista.

Essa oportunidade é baseada na convicção de que com a vitória abolicionista, apenas temos dado mais um passo no caminho de nossa independência..." (28).

O trecho transcrito acima constata uma certa mobilização de opinião - identificada pelos autores como o "despertar da alma popular" - provocada pela discussão da questão abolicionista. Sugere que a intenção preexistente de alguns ativistas conseguiu, de forma facilitada pelo abolicionismo, atrair a atenção pública, direcionando-a para um processo efetivo de organização, materializado no Clube Re-

publicano Federal. Uma edição do jornal fornece a informação de que o objetivo inicial era formar um clube acadêmico, mas terminou por constituir-se com um caráter mais amplo, para "todos os cidadãos que quisessem concorrer em prol da propaganda republicana" (29).

A presença e a simpatia dos estudantes de medicina, assim como também dos estudantes baianos na Faculdade de Direito de Recife, era tão grande que, entre os formandos do curso médico da Bahia no ano de 1888, 24 foram identificados pelo órgão A REPUBLICA FEDERAL, como componentes de uma falange republicana (30). Várias dedicatórias existentes nas Teses Inaugurais da Faculdade eram dirigidas aos líderes republicanos e à República, como estas que transcrevemos abaixo:

"Ao ilustrado Mestre e denodado chefe  
 Cons. Dr. Virgílio Climaco Damázio  
 Freito e admiração:  
 Ao patriótico Clube Republicano Federal da Bahia  
 e às vítimas do Trabalho  
*Labor et spes!*" (31):

"Aos meus Mestres e correligionários Dr. Virgílio Climaco Damázio, Dr. José Antônio de Freitas, Dr. Deocleciano Ramos, A Sociedade Beneficência Acadêmica, Aos companheiros do Clube Republicano e do Conselho Republicano e aos meus correligionários.

A santa causa do progresso e da libertação da Pátria, A República Brasileira, todo meu trabalho e dedicação" (32).

Não se deve pensar que todos esses estudantes se dedicassem ativamente às tarefas da militância republicana. Muitos não passavam de simpatizantes, é o que se depreende das

notícias, relatos e avaliações do próprio jornal republicano. Podemos afirmar, mesmo assim, que um contingente significativo se lançou em busca do objetivo político republicano. Esse fato constituiu-se numa característica marcante para a trajetória do republicanismo baiano, embora o mesmo não se reduza, no que diz respeito à sua composição, a esse segmento da sociedade.

### FEDERALISMO E EVOLUCIONISMO

Os republicanos mantiveram uma relativa unidade em pontos fundamentais do seu programa. No entanto, na sua trajetória concreta, não deixaram de manifestar publicamente certas divergências, umas no campo político, outras naquele propriamente doutrinário, que se ligava à concepção sobre a ruptura com o regime monárquico. No longo período anterior a 1888, certamente não foram poucos os embates e cisões no interior de um movimento que não se caracterizou pela grande presença de adeptos. Já foi citado anteriormente o fato do rompimento de Antônio Spínola de Athayde com o Clube Central Republicano da Bahia.

Nos anos finais da Monarquia, momento em que o republicanismo baiano conquistou condições políticas e organizativas mais elevadas, malgrado verificarmos a hegemonia de uma tendência mais exaltada, continuaram a manifestar-se certas posições divergentes e ameaçadoras da unidade do Clube Republicano Federal e, durante o ano de 1889, do Partido. Cita-

mos como exemplo. o embate ocorrido entre a direção do jornal A REPÚBLICA FEDERAL. órgão do Clube. e os liberais federalistas da capital. momento que terminou por trazer à cena pública duas posições diversas entre os republicanos. Uma era favorável ao federalismo que fosse uma decorrência da conquista da República e a outra considerava importante participar de uma luta pela federação mesmo sem vinculação à bandeira republicana. por compreender como importante a adoção desse antigo anseio como se fosse um passo para a conquista democrática. vindo depois a própria República (33).

Essa. que foi uma das primeiras contendas públicas dos membros do Clube Republicano Federal. ocorreu quando do lançamento da Liga Federativa na capital. entre julho e agosto de 1888 (34). Discutia-se a questão da adoção do princípio federativo como forma de solucionar os graves problemas políticos vividos pelo Império. Havia uma tendência federalista entre os liberais. A REPÚBLICA FEDERAL. desde as suas primeiras edições. vinha traçando seu próprio caminho para o federalismo. Em uma série de editoriais intitulados "A federação e o meio prático de sua realização", havia manifestado uma opinião contrária à adoção da bandeira federalista. desde que fosse desvinculada da luta pela república. Afirmava-se federalista. mas submetia essa idéia à conquista anterior da forma republicana de governo. Combatia a idéia de uma federação monárquica. dado o natural e necessário centralismo das monarquias. Federação e monarquia seriam, as-

sim. incompatíveis. Desse modo, passou a combater a Liga Federativa e, sobretudo, a participação dos republicanos na mesma (35).

Alguns republicanos participaram de reuniões da Liga, como foi o caso de Virgílio Damázio, veterano professor da Faculdade de Medicina, integrante também da luta abolicionista na Província. Alguns outros republicanos compuseram uma espécie de comissão de convocação das reuniões da Liga, o que se pode comprovar a partir de uma nota extraída de um jornal do período. Esta anunciava a realização de uma segunda reunião para o dia 3 de agosto de 1888 e avisava que havia cartões de ingresso nas mãos das seguintes pessoas: Deputados Isaias Guedes de Mello e Sebastião Landuloho da Rocha Medrado, do Partido Liberal, e dos jornalistas Lellis Piedade (redator do Jornal de Notícias), Virgílio de Lemos (Diário de Notícias), Baptista de Oliveira (Diário do Povo), Pamphilo da Santa Cruz (Gazeta da Tarde) e Eduardo Cariqué (Correio da Manhã). Dentre esses nomes, pelo menos três eram reconhecidamente de antigos republicanos, quais sejam os de Piedade, Lemos e Cariqué (36).

Havia, da parte destes, uma demonstração de simpatia pelo federalismo, não concebendo que a participação na Liga pudesse constituir-se em qualquer problema, já que a bandeira poderia reunir todos, independentemente das suas definições políticas gerais. O Clube combateu essa participação, tendo enviado um representante a uma reunião da Liga, com o objetivo de evidenciar a visão dos republicanos em re-

lação à idéia federalista, realizando uma demarcação de campos políticos com o federalismo dos liberais. Virgílio Damázio defendeu a Liga, contrariamente à posição do representante do Clube, o estudante Carlos Affonso. Os organizadores da Liga consideraram hostil a posição do Clube Republicano.

Este foi, talvez, o primeiro embate político dos republicanos nessa fase da sua existência e que parece ter servido para a afirmação de princípios e para o fortalecimento das suas concepções programáticas. Isso teria importância para a consolidação da sua identidade política perante os outros partidos e a opinião pública, assim como perante os próprios republicanos que se haviam dividido entre a proposta do Clube e aquela da Liga Federativa, que se situava no âmbito das concepções defensoras da Monarquia.

Um outro elemento importante, e que também foi componente das concepções de certos republicanos baianos, foi o "evolucionismo" político. Consideramos que foi maioritária entre os republicanos baianos uma corrente não-moderada na luta pela República na Província da Bahia, mas identificamos a presença de uma tendência interna ao movimento, que constantemente procurou realçar táticas marcadas pela moderação e a cautela para chegar à República. Pensamos, no entanto, que nem o radicalismo nem o "evolucionismo" foram posições exclusivas de qualquer grupo ou indivíduo participante do movimento embora, pela simples leitura dos escritos de cada uma das lideranças republicanas, possamos constatar, em alguma medida, a preferência, o método de ruptura e, conser-

quentemente, o caminho político desejável para conquistar o novo regime. Queremos realçar aqui a presença das posições moderadas, já que trataremos em outros capítulos preferencialmente daquelas que se pautaram em um discurso de natureza exaltada, majoritário no movimento republicano.

A título ilustrativo, apresentamos aqui algumas posições do jornalista Virgílio de Lemos, membro atuante do Clube Republicano Federal e, posteriormente, do Partido Republicano da Bahia:

"Estamos próximos de uma transformação profunda e radical, em que nem mesmo as bases e fundamentos das instituições atuais são respeitados. Nestas condições é dever da imprensa preparar o espírito público para recebê-la conscientemente, a fim de que não nos vejamos compelidos a passar por aquelas gloriosas, mas tremendas convulsões da grande Revolução Francesa." (37).

E ainda:

"A reforma de que falamos far-se-á pacífica ou revolucionariamente. As idéias só têm dois caminhos a seguir: a evolução, secundada pela inteligência dos fatos, ou a revolução. Os bons patriotas devem animar a primeira, a fim de evitar a segunda, que sempre vem acompanhada de grandes complicações, de grandes abalos.

Aqui é que está a magna questão. Os propagandistas, os entusiastas afirmam categoricamente que o nosso povo pode ser redido pela política de que são defensores. Não deixam de ter razão em teoria. Entretanto, convém não esquecer que as reformas dessa natureza devem assentar em convicções profundas e arraigadas...

Uma reforma política ou social só dará bons frutos, quando todos os indivíduos que constituem a nação ou maioria deles estiverem realmente convencidos da eficácia da reforma.

Não basta simpatizar uma idéia ou um sistema, como se gosta de uma flor. É necessário que a idéia tenha sido depositada nos espíritos e que estes estejam preparados para recebê-la." (38).

Os trechos acima transcritos, assim como diversos outros encontrados nos discursos dos republicanos da Província da Bahia, representam, em certa medida, a tática majoritária entre os republicanos no plano nacional. A política da prudência, da passagem sem grandes abalos para a República, constituiu-se como dominante em quase todos os partidos republicanos das províncias.

Constatamos que o movimento da Bahia e, talvez, o de Pernambuco, tenha escapado de possuir uma maioria moderada, malgrado certas contradicções e indefinições que possam ser identificadas nos discursos radicais dos republicanos dessas regiões. O discurso de Virgílio de Lemos, do qual retiramos os trechos transcritos acima é, no entanto, francamente "evolucionista", moderado politicamente, expectador de um processo, como se fosse possível a conquista de uma adesão plena do povo pelo republicanismo, o que viria permitir a adoção de uma atitude decisiva de superação do regime monárquico e de conquista da República por essa linha do movimento republicano.

Essa contradicção no interior do republicanismo baiano aparece mais uma vez quando da candidatura de Silva Jardim à deputação geral pelo primeiro distrito da Bahia, em março de 1889. Alguns republicanos votaram no candidato do Partido Liberal, objetivando, com isso, derrotar o situacionismo do Partido Conservador. Esses republicanos seguiam uma certa tática semelhante que teria sido adotada pelo Partido Republicano Paulista. Um dos eleitores republicanos

"desertores". o jornalista A. Baptista de Oliveira, foi bastante criticado por assumir a opção política acima indicada. A coluna republicana afirmou sobre o jornalista, manifestando suas diferenças com a política predominante em São Paulo: "Nem pode apadrinhar-se com o manifesto republicano paulista, cuja doutrina, seja dito de passagem, é muito contestável" (39).

Consideramos que certas declarações de natureza radical traziam dentro de si certos traços do pensamento mais moderado. Mesmo assim, podemos concluir que a maioria dos discursos e das ações republicanas são vinculados, principalmente, à linha exaltada, à tendência liderada por Silva Jardim, pela qual os baianos nutriam grandes simpatias e para a qual forneciam zelosa cobertura política e jornalística.

### O PARTIDO REPUBLICANO DA BAHIA

Em dezembro de 1888 foi fundado o Partido Republicano da Bahia. Nesse momento o movimento já contava com a adesão de dois conceituados médicos, professores da Faculdade, categoria profissional esta que possuía, ao que tudo indica, uma maioria composta por monarquistas (40). Virgílio Damácio e Deocleciano Ramos até então não eram membros ativos do Clube, tendo o primeiro sido objeto de uma política de alijamento por parte dos seus diretores. Era uma personalidade conhecida e respeitada, como abolicionista e antigo professor, além de Conselheiro do Império.

Os resultados das reuniões para a organização do partido foram os seguintes:

Decisão favorável à organização do partido; decisão por nomear-se um Conselho diretivo provisório; eleição deste Conselho, que ficou composto dos seguintes nomes: Dr. Deocleciano Ramos (médico), Dr. Manoel Teixeira Soares (advogado), Dr. Virgílio Climaco Damázio (médico), Cosme Moreira de Almeida (estudante de medicina), Virgílio de Lemos (jornalista), Dr. Silvino Moura (médico) e Manoel Teixeira da Cunha; realização da propaganda por meio de conferências populares assíduas e "por meio da imprensa barata, acessível à inteligência popular" (41).

O Partido Republicano se organizou e passou a centralizar as atividades dos republicanos baianos. O Clube não foi extinto, mas permaneceu, ao que parece, em um plano um tanto secundário. A criação do partido foi uma decorrência quase natural das ações do Clube, não se manifestando como cisão, desde que a intersecção entre os membros de uma e de outra organização era bastante significativa e não houve manifestações de discordância quando se decidiu por criar o Partido. Esta forma de organização possibilitaria novas formas de atuação para os republicanos, como seriam, por exemplo, as iniciativas eleitorais.

O Partido Republicano inaugurou a sua trajetória eleitoral com o lançamento da candidatura de Silva Jardim a deputado geral pelo primeiro distrito da Província. Lancou um

manifesto que não chegou a tempo de ser divulgado aos eleitores, tendo sido divulgado apenas quando já se haviam realizado as eleições. A candidatura sofreu uma derrota por ampla margem de votos, o que serviu para estabelecer uma primeira crise no Partido, levando o Conselho diretivo provisório a um pedido de demissão coletiva. O Conselho declarou-se sem autoridade suficiente sobre os próprios republicanos, já que nem todos eles votaram no candidato do Partido. A REPÚBLICA FEDERAL criticou os republicanos que não encaminharam a candidatura de forma correta, apesar de considerar que esta não foi a causa única nem a mais importante para que a mesma fosse derrotada. Dessa forma o Jornal avaliou a eleição:

"A derrota do governo toria sido tremenda, a vitória do candidato liberal esplendida, e o número de votos alcançados pelo candidato republicano muito superior, se o ouro não tivesse corrido a mãos largas, comprando e corroendo as elásticas consciências de um grande número de homens sem caráter...

Longe de nós a intenção de atirar sobre os nossos correligionários a pocha de se terem vendido ao Sr. de Guahy: sabemos que traíram o seu partido votando no candidato liberal" (42).

Em uma reunião de avaliação, ocorrida no final de março de 1889, o Partido decidiu por uma censura aos republicanos que não votaram na sua candidatura de Silva Jardim, por terem adotado a tática equivocada de votar no candidato do Partido Liberal como forma de evitar a vitória do barão de Guahy, candidato do Partido Conservador.

Em nova reunião decidiu-se manter o Conselho provisó-

rio, votando uma mocção de confiança ao mesmo: censurar os republicanos ditos traidores; programar conferências para os dias 7 de abril e 21 do mesmo mês a serem pronunciadas por Deocleciano Ramos e Cosme Moreira de Almeida (43).

O Clube Republicano Federal, por seu lado, reuniu-se em Assembléia Geral, com a presença de mais de 40 socios e "grande número de cidadãos republicanos", e decidiu expulsar os "traidores" da candidatura de Silva Jardim, numa votação que contou apenas com três votos contrários. É interessante notar que a decisão do Clube divergiu daquela tomada pelo Partido, que se havia limitado a um mero voto de censura (44).

A diferença de atitudes entre o Clube e o Partido Republicano não se deveu, no nosso entendimento, a divergências irreconciliáveis de posição. Uma primeira possibilidade explicativa reside na composição de cada uma dessas organizações. O Clube foi formado e composto inicialmente pelos acadêmicos da Faculdade de Medicina. A presença estudantil nas reuniões, e até mesmo na composição da diretoria do Clube, foi muito superior que nas instâncias do Partido.

Quando ocorreu a organização deste, o movimento já havia incorporado a adesão dos professores Virgílio Damazio e Deocleciano Ramos, que se destacaram na convocação das reuniões para a sua fundação e terminaram por ocupar os cargos de maior destaque nos Conselhos diretivos, ao lado do advogado Manoel Teixeira Soares. Pensamos, então, que a autoridade das lideranças mais radicais, como foi o caso do estu-

dante Cosme Moreira de Almeida, fez-se sentir com muito mais força no Clube do que no Partido, organização que contou com uma mais acentuada divisão política entre os grupos moderados e exaltado.

As circunstâncias em que foram tomadas as decisões, no Clube e no Partido, a respeito dos eleitores "traidores", podem ter contribuído também para a adoção de decisões divergentes entre as duas organizações. O Partido discutiu a questão numa reunião ampliada do Conselho dirigente, enquanto o Clube convocou e realizou uma assembleia na qual estiveram presentes mais de 40 sócios, além de "grande número de cidadãos republicanos". Pelo tipo de questão em pauta, considerada como traição, é possível que a maior presença na assembleia do Clube tenha fortalecido ainda mais o sentido de radicalização, de punição contra os "traidores", enquanto no Partido, o caminho majoritário, apesar das críticas e da censura, tenha sido a da acomodação das posições.

Constatamos, assim, que a relativa diferença entre as posições das duas organizações deveu-se, sobretudo, ao peso maior ou menor que nelas tiveram o grupo mais radical - próximo, de qualquer forma, dos acadêmicos, e sob a liderança de estudantes como Cosme Moreira de Almeida - e o grupo mais moderado, chefiado por líderes como Virgílio Damázio e Virgílio de Lemos.

Um outro momento destacado da atuação do Partido verificou-se quando das comemorações do primeiro aniversário da

Lei da Abolição da Escravatura. Os republicanos estiveram representados pelos estudantes e pelos membros da direção de A REPUBLICA FEDERAL e de outros jornais que compunham a comissão de imprensa na realização de uma passeata. O relato feito pelo Jornal republicano nos dá conta de uma intensa atividade, que se prolongou de cerca de três dias, até a noite do 13 de maio de 1889. As comemorações possuíam, de início, um caráter oficial e contaram com a participação e apoio de um certo número de associações e outras entidades, como jornais, corpo acadêmico da Faculdade de Medicina, Batalhões do Exército e Igreja, mas principalmente dos jornais, que foram os responsáveis pela convocação da passeata para o dia 13 de maio (45).

Nesse dia a festa adquiriu um caráter que extrapolou os limites possivelmente previstos pelo organizadores oficiais e conseguiu reunir, de acordo com o relato, um número significativo de pessoas e muitos aplausos pelo caminho.

A passeata foi composta de uma forma que nos sugere a relativa presença dos republicanos nas comemorações: bandas de música; o estandarte da Faculdade, os Drs. Tillemont Fontes, Manoel de Araújo e o estudante Costa Pereira; as comissões dos jornais DIÁRIO DO POVO e A REPUBLICA FEDERAL; grande número de estudantes em grupos de três a três, portando estandartes com os nomes de Tiradentes, Caneca, Nunes Machado, outros "patriotas e revolucionários nacionais" e estrangeiros, além de bandeiras de outras nações (46).

A passeata, de acordo com as informações do Jornal republicano, parece ter contado com uma significativa presença republicana. Esse óraço anunciou ainda a ocorrência de inúmeras demonstrações populares de apreço à República e aos seus representantes presentes ao desfile, sobretudo aos estudantes, aos médicos e aos membros da comissão da imprensa, como nos informa o trecho abaixo:

"Durante este itinerário acentuaram-se de modo notável os vivas erguidos ao partido republicano e à república, aos Drs Deocleciano Ramos e Tillemont Fontes, à mocidade acadêmica e briosa, ao Brasil livre, vivas que eram repetidos calorosamente pela enorme massa de povo que cercava e seguia a falange acadêmica" (47).

Num certo momento do dia realizou-se uma "sessão literária" presidida pelo Conselheiro Almeida Couto. Homenageou-se o Dr. Frederico Lisboa pela sua atividade na luta abolicionista. Discursaram diversos republicanos, entre os quais, Tillemont Fontes, Deocleciano Ramos e o estudante Sá e Andrade. O jornalista Virgílio de Lemos foi o último orador e fez um discurso em que tratou do abolicionismo, do 13 de maio e da República, tracando, de forma clara, as relações existentes entre as lutas abolicionista e republicana, deixando-nos a interpretação de que as mesmas estavam inseridas em um processo único e contínuo (48).

Na imagem apresentada pelo jornal, o ato de comemoração do 13 de maio, assim como a citada sessão literária, assumiram uma conotação de franca simpatia à bandeira republicana e aos republicanos.

"A todo instante eram levantados vivas ao partido republicano, a Silva Jardim, Saldanha Maranhão, Cândido Barata, Virgílio Damázio, Deocleciano Ramos, Dr. Freitas, à mocidade acadêmica, à república ...

Foi enorme o entusiasmo do povo, que manifestou-se franca e decididamente em favor da causa republicana ... Todos os nossos companheiros de propaganda foram vitoriosos, toda a mocidade foi aclamada, como representante da idéia republicana. Não havia quem quisesse ser monarquista ... podemos afirmar e sustentar com entusiasmo que as festas em solenização ao 13 de maio foram pura e francamente de caráter republicano" (49).

É possível ter havido uma relativa simpatia popular pela causa da República na Bahia, mesmo que isso não tenha significado, concretamente, engajamento imediato. Os dados acima não foram contestados por outros jornais da capital baiana, defensores da monarquia, o que pode indicar, de certa forma, constituir-se em um índice para a verificação da veracidade das informações apresentadas pelo jornal A REPUBLICA FEDERAL.

Outro importante episódio da vida do Partido Republicano na Bahia foi o seu Congresso Provincial, realizado entre o final de maio e o início de junho de 1889. A primeira sessão aprovou um relatório do Conselho dirigente provisório e elegeu duas comissões para elaboração do estatuto e de um manifesto, além de eleger a mesa diretora do próprio Congresso. Entre os eleitos estavam presentes os principais nomes do republicanismo na Bahia que eram Cosme Moreira, Manoel Teixeira Soares, Virgílio Damázio, Deocleciano Ramos e Virgílio de Lemos. O Congresso elegeu o órgão diretivo defi-

nativo do partido. o Conselho Federal. com os nomes dos médicos Virgílio Damázio e José Antônio de Freitas. do advogado Manoel Teixeira Soares. do estudante de medicina Cosme Moreira de Almeida e dos negociantes Luiz Barreto e Ludgero de Souza.

Foi aprovado um manifesto que teve como elemento principal e núcleo programático o seguinte trecho:

"A abolição do privilégio de raça ou família. e a de títulos nobiliárquicos e condecoração. e portanto a verdadeira igualdade perante a lei: a liberdade de consciência. e portanto a independência e liberdade de cultos e a separação entre igreja e estado: o sufrágio universal sob a condição única de saber ler e escrever. e portanto a instrução primária gratuita e obrigatória: a distribuição fácil. completa e iniludível de justiça. e portanto todas as garantias de independência e força do poder judiciário: a verdade na representação nacional. provincial e municipal. realizada pela temporariedade de senado. e pela fixação e a distinção da competência e autonomia das províncias confederadas entre si ou Estados Unidos e dos municípios. e portanto a discriminação e distribuição equitativa e racional dos respectivos encargos: a imoração espontânea eficazmente auxiliada. e portanto a grande naturalização: eis aqui os capítulos primordiais do nosso programa político. econômico e social: Eis as aspirações, a norma e o norte da partido republicano a que pertencemos" (V. ANEXO 1).

O Manifesto não reflete por completo as discussões realizadas pelos republicanos entre os anos de 1880 e 1887. muitas das quais serão apresentadas na sequência deste trabalho. Na elaboração desse documento parece ter prevalecido a preocupação de realizar uma espécie de síntese das preocupações que os militantes e a imprensa republicana tiveram na sua trajetória. A riqueza das intervenções dos republicanos deve, assim, ser buscada, principalmente, nos seus escritos

e atividades do dia-a-dia, momentos em que se desenvolviam as suas lutas concretas.

Um outro dado sobre o Manifesto, é que ele foi escrito pouco tempo antes dos episódios do dia 15 de junho, pelos quais os republicanos experimentaram de frente a ação da Guarda Negra e a fúria monárquica. Pensamos que o fato de ter sido elaborado em um momento de relativo paradeiro político, contribuiu para que o Manifesto se constituísse em uma espécie de síntese formal das diversas preocupações dos republicanos, malgrado afirmarmos a sua importância para a verificação da efetiva derrota dos republicanos balanos no momento de implantação do regime republicano.

#### A REAÇÃO MONARQUICA E O SURGIMENTO DA GUARDA NEGRA

O mês de janeiro de 1889 inaugurou uma nova conjuntura política no país. Iniciou-se um processo repressivo promovido pelo Ministério João Alfredo. Organizou-se, sob a influência de José do Patrocínio, a Guarda Negra da Princesa, que passou a criar obstáculos efetivos, pela ação violenta, às movimentações dos republicanos. O dia 30 de dezembro passou a ser um marco nessas mudanças. Uma conferência de Silva Jardim foi tumultuada no Rio de Janeiro pela Guarda Negra. Foi o princípio da reação do governo monárquico, passando a haver uma escalada nos ataques, sobretudo na capital do Império. A imprensa refletiu o momento, seja pela defesa dos

republicanos, seja por uma postura pretensamente neutra e esclarecedora, seja pela condenação severa das atitudes dos adeptos de Silva Jardim (50). A polêmica e a disputa política se acirraram.

O Partido Republicano da Bahia organizou-se e deu os seus primeiros passos exatamente nessa conjuntura. A partir de então, os republicanos passaram a encontrar um ambiente mais polarizado politicamente, no qual vão elevar-se as exigências no que diz respeito à firmeza e à rapidez de suas posições. Essa situação contribuiu para certas ocorrências importantes, dentre as quais são exemplos mais significativos, o 13 de maio de 1887, comemorativo da Abolição, e o 15 de junho do mesmo ano, quando da vinda de Silva Jardim a Salvador.

Como uma tentativa de criticar a escalada repressiva iniciada em 30 de dezembro de 1888 no Rio de Janeiro, sobretudo pela presença da Guarda Negra nesses momentos repressivos, começam a acontecer reuniões "de homens de cor" em várias províncias, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. No dia 6 de janeiro de 1889 ocorreu uma dessas reuniões em São Paulo e dela foi lançada a seguinte nota:

"Os homens de cor, residentes nesta capital, reunidos em comício, reconhecendo que a abolição do elemento servil no Brasil fez-se unicamente em virtude dos esforços populares, não estão dispostos a auxiliar a quem quer que seja no plano de dividir o país em castas, plantando o ódio de raças no solo da nossa pátria ... Declaram, portanto, que em qualquer emergência, estarão ao lado do povo" (51).

Essa nota, assim como outras provenientes das províncias do Sul, tinham o objetivo de negar a participação ou a conivência dos libertos com a repressão aos republicanos através da Guarda Negra. Cumpriam o papel de quebrar uma pretensa legitimidade da ação repressiva em relação aos republicanos, contra quem eram dirigidas as acusações de que, caso assumissem o governo, promoveriam a reescravização e aumentariam o preço de certos produtos básicos, dentre estes o da farinha. A espinha dorsal da ideologia que tornava os libertos submetidos ao governo monárquico foi aquela que compreendeu a abolição dos escravos como uma dádiva concedida pela Princesa. Tudo isto a partir da construção do mito da Redentora, a quem os libertos deveriam venerar, respeitar e, mais ainda, defender. Era isso o que os libertos que compunham a Guarda Negra provavelmente deveriam ter como fator mobilizador de suas forças, embora indícios existam de que a remuneração dos mesmos acompanhava e impulsionava a mobilização ideológica.

Era exatamente o mito da Redentora o que a nota transcrita acima procurava jogar por terra. Esse era o tema constante das notas lançadas em outras províncias, algumas delas divulgadas pelos jornais baianos: "...a abolição do elemento servil fez-se unicamente em virtude dos esforços populares". O governo, efetivamente, não conseguiu conquistar a todos.

Na Bahia, quando das comemorações do primeiro aniversário da lei de 13 de maio, insinuaram-se as ameaças de ata-

ques da Guarda Negra. Em Salvador, contudo, elas não se confirmaram, permanecendo no plano da ameaça. Mas na cidade de Cachoeira ocorreu a primeira ação repressiva anti-republicana dessa fase, mesmo que tenha sido de pequena monta. Uma nota daquela cidade nos informa sobre o episódio:

"Protestamos daqui contra os indignos e miseráveis cidadãos, que abusando da ignorância dos pobres libertos, que acabam de entrar para o banquete da civilização, para a comunhão social, pretendem em má hora e inutilmente massacrar os republicanos, valendo-se para esse fim dos nossos infelizes irmãos de cor, aos quais a luz da instrução ainda não conseguiu de todo iluminar o seu espírito, há pouco saído das trevas da escravidão e do ceto.

Cachoeira, 16 de maio de 1889" (52).

A REPÚBLICA FEDERAL já vinha percorrendo um caminho de denúncias contra a Guarda Negra desde a primeira aparição desse núcleo repressor no Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1888. Já em abril de 1889 transcrevia uma notícia de A PROVINCIA DE SÃO PAULO, alertando para a organização da Guarda naquela localidade. O trecho foi o seguinte:

"O 'Mercantil' noticiou que Antonio Bento (caifazes) deseja organizar a guarda para a defesa da Redentora, das instituições e para o massacre dos republicanos" (53).

Iniciou-se, assim, uma trajetória de denúncias da situação da Bahia, expondo os fatos de Cachoeira. Mais tarde, quando da visita de Silva Jardim a Salvador, a Guarda Negra foi severamente condenada, devido à sua ação nos episódios da repressão na ladeira do Taboão e adjacências, a qual vitimou republicanos e a Faculdade de Medicina.

Chamamos a atenção aqui para a história da repressão política sob o regime monárquico. A Monarquia somente conseguiu consolidar-se, nas três primeiras décadas de sua existência, com base em uma feroz repressão sobre os revoltosos. Assim foi a história do I Império, do período regencial entre 1831 e 1840, e de grande parte do II Império, fase em que, finalmente, consolidou-se o poder central.

A necessidade da repressão após 1850 certamente não foi tão grande quanto nas décadas anteriores. Os diversos projetos políticos alternativos já se encontravam derrotados militarmente. Contudo, não concordamos com as interpretações que objetivam construir uma imagem democrática para a Monarquia, como aquela sustentada por José Murilo de Carvalho, que afirma: "Bem ou mal, a Monarquia brasileira ensaiou um governo de gabinete com partidos nacionais, eleições, imprensa livre" (54).

Sabemos da forma como foram realizadas as eleições, conhecidas que passaram a ser por "eleições do cacete", que conquistavam, invariavelmente, maiorias ou unanimidades parlamentares em favor de um ou de outro dos grandes partidos da suposta democracia; eleições que, pelo seu caráter censitário, já estabeleciam antecipadamente o impedimento da participação da quase totalidade do país.

Um protesto do jornal O GUAYCURU nos dá conta da natureza da suposta liberdade de imprensa que vigorava no país. Denuncia a corrupção em relação aos jornais, as facilidades financeiras para os áulicos e a perseguição e o estrangula-

mento para aqueles que ousavam apresentar a verdade sobre os fatos (55).

Eraz do Amaral escreve que um clube republicano foi fechado em 1876, dentre outros fatores, pela ação da polícia, que teria cercado a sua sede e impedido as atividades dos republicanos. Estas foram algumas ações que deram continuidade à política repressiva secular do Estado monárquico escravista.

Nos anos finais do Império revelou-se o desespero da Monarquia. O apoio surpreendente de alguns líderes do abolicionismo ao sistema monárquico forneceu municião para que este buscasse organizar os libertos no sentido de defender-se militarmente. Esse momento foi o da criação da Guarda Negra que, possivelmente, constituiu-se na sua última chance de defesa. A Guarda Negra foi organizada com base no apoio de lideranças abolicionistas, como foi o caso de José do Patrocínio, no respaldo político atingido pela Princesa devido à Lei de Abolição da Escravatura e aos boatos sobre supostas intenções reescravizadoras dos republicanos. Favoreceu ainda mais as condições acima, o fato de que o movimento republicano nacional cresceu com a adesão de numerosos fazendeiros escravistas, favoráveis à indenização da propriedade escrava, o que certamente contribuiu para aproximar relativamente os libertos e a Monarquia. Esse foi o sentido da repressão, história da qual a Guarda Negra representa apenas um pequeno capítulo. A sua principal manifestação na Província da Bahia, no entanto, foram os atos de violência do dia,

15 de junho de 1889.

## O MASSACRE DO TABOÃO

Os episódios do dia 15 de junho de 1889, assim como a polêmica política gerada pelos mesmos, foram os mais significativos da história do Partido Republicano na Bahia. Para além dos episódios concretos verificados nesse dia, ganha importância crucial, a batalha travada na imprensa, não só baiana, como também nacional. O Taboão, local do quase-massacre de Silva Jardim, constituiu-se em um dos marcos nacionais da repressão do governo monárquico. Daí a grande relevância do 15 de junho e a sua grande permanência na imprensa.

Durante cerca de um mês versões diversas foram escritas e sustentadas nas páginas dos jornais das capitais da Província e do Império. O DIÁRIO DO POVO, embora se declarasse neutro quanto à forma de governo, dedicou-se bastante aos acontecimentos do 15 de junho, tendo sido o primeiro a assumir posição, da qual vale reproduzir aqui alguns trechos mais significativos:

"A nossa primeira palavra seja para responsabilizar o governo liberal, cuja primeira manifestação nesta província foi a matança dos republicanos por uma malta de capadócios e réus de polícia. Responsabilizamos este governo que se inicia torpemente, miseravelmente, mandando recalcar na consciência dos seus concidadãos os sentimentos políticos, de outra seita que não a sua, as convicções republicanas. E no entanto, nós que assim falamos, ainda não pertencemos a este credo que com tanta pujança se estréia em todo o país; nós

não somos ainda republicanos. como também não somos monarquistas. Na missão de imprensa neutra estamos acima dessas questões de forma de governo. até o momento em que as misérias e infâmias do sistema. que se quer manter à força de pau. de navalha e bacamarte, nos convencer de que onde houver brio e sentimento de dignidade. haverá também ao lado e inspirado por ela o sentimento da indignação.

Desde ontem circulavam e cruzavam-se boatos de que os republicanos seriam trucidados na praça pública. principalmente o Dr. Silva Jardim, o propagandista enérgico. o tribuno valente. que não teme nem se arreceia das tropelias e dos ataques covardes com que se tem procurado fazê-lo calar.

Estes boatos circularam com insistência. foram comentados no palácio da presidência. na assembléia provincial, e até mesmo um eminente professor da escola de medicina. notável membro do partido liberal e amigo íntimo do governo denunciava o aparecimento hoje da guarda negra. em discussão acalorada. que teve com um dos mais valentes e distintos defensores da república entre nós.

Mais do que isso ainda.

Ontem. depois que os republicanos fizeram o seu grande meeting na praça conde d'Eu. em que fallaram vários oradores, sem que de parte dos republicanos houvesse a menor manifestação de desordem. uma malta de capadócios em cuja frente se achava o célebre Macaco Belca. agrediam e insultavam os que voltavam do meeting. havendo gritos de morte aos republicanos daqui. os quais foram procurados depois para serem assassinados.

Até alta noite percorreram em gritaria infrene. assaltando casas particulares. apedrejando casas de negócio. bem como o escritório da "República Federal". e no entanto. o governo liberal que se inaugurou ontem e em cujas barbas eram perpretados esses crimes. não deu a menor providência.

Devemos acreditar que o governo e seus amigos sejam surdos?

Será possível que tudo isso. realizando-se à frente do palácio da presidência. nada ouvissem?

O governo liberal é responsável por tudo isso.

Muito bem! A coisa está inaugurada. O partido liberal consentiu que a idéia do Sr. João Alfredo fosse realizada na Bahia. Já temos a Guarda Negra.

Hoje na Companhia Baiana. no momento em que o Dr Silva Jardim saltava. acompanhado de seus correligionários. a guarda negra começou a insultá-lo, e apesar da placidez com que os republicanos

se portaram, cerca de 80 a 100 homens, armados de paus, acometeram o ilustre propagandista e seus amigos, sendo horrível o espancamento. Na ladeira do Taboão o ataque foi o mais selvagem possível.

O nível moral desta província desceu, desceu, desceu até a barbaria dos povos primitivos.

Orgulhe-se da sua obra o partido liberal, que tudo sabia, que, se não premeditou, tem todavia a grande responsabilidade de ter consentido e particularmente aplaudido tamanha infâmia ...

Até a hora em que escrevemos (12 horas), sabemos que a guarda negra continua imbávida a atacar tudo livremente, e nem uma só providência foi dada.

Quatro vezes foi atacado e apedrejado o edificio da Faculdade de Medicina, e apesar de reclamadas providências por uma comissão que foi ao palácio da presidência, o governo não se move, o sr. cons. Couto está impassível, como as pedras da montanha ...

Estamos no nosso papel.

Somos imprensa neutra, e como imprensa neutra apontamos como principal responsável dos crimes praticados pela campanha vil e inconsciente o governo liberal.

Fraças de cavalaria passavam pelo largo do Terreiro, no momento em que era apedrejada a escola de medicina, e cumprindo as ordens recebidas, voltaram calmamente e deixaram a guarda negra, em número de cerca de 200 homens, cumprir a missão que tinham recebido dos cabos de guerra" (56).

Alguns elementos devem ser destacados nessa transcrição do DIÁRIO DO POVO. O primeiro é a sua afirmação acerca da presença e organização da Guarda Negra na Bahia. O segundo é a constatação da passividade dos elementos da polícia, presentes nos momentos de tumultos, o que tem valor para a constatação da responsabilidade do Governo Provincial pelos atos repressivos. Depois, a caracterização dos participantes da repressão como constituintes de uma "campanha", o que serve para fortalecer a ideia de que houve efetivamente tra-

balho repressivo contratado contra os republicanos, de acordo com o que já admitira Braz do Amaral (57).

Avolumavam-se as críticas ao Presidente da Província, vindas de parte dos acadêmicos, que responsabilizavam o governo pelos acontecimentos, sobretudo pela omissão injustificável. Os estudantes anularam a eleição de José Luiz de Almeida Couto, então Presidente da Província para parainfo dos formandos de Medicina de 1889, elegendoo para substituí-lo, por aclamação, o Dr. Virgílio Damázio. Almeida Couto fora considerado pelos estudantes como o principal responsável pelos acontecimentos violentos do dia 15 de junho. Estes emitiram ainda uma nota pública dirigida aos professores da Faculdade de Medicina, conclamando aqueles que estiveram presentes no seu prédio no dia do apedrejamento, a tomarem posição pública sobre o procedimento do Prof. Almeida Couto diante dos episódios do dia 15 (58). O não aparecimento dos professores na imprensa, significaria uma negativa à sua conclamação, assim como fua e omissão diante das críticas que se estava tecendo ao governante provincial. Na nota, citavam os nomes de todos os professores que presenciaram o apedrejamento do prédio da Faculdade.

Alguns dias após a conclamação, e graças à mais completa omissão dos professores intimados, os estudantes emitem sua posição final pela imprensa, redigida por uma comissão por eles designada. Nessa nota protestaram de forma veemente e esclarecedora contra os episódios da agressão à Faculdade e contra a postura omissa dos professores que,

mesmo provocados a pronunciar-se sobre as atitudes do Presidente da Provincia, preferiram calar-se, fazendo prevalecer, tacitamente, o seu apoio ao governo monárquico (59).

Uma confirmação definitiva da reponsabilidade do governo, assim como da efetiva criação da Guarda Negra na Bahia, nos pode ser dada por uma carta enviada por um certo Dr. M. a Virdilio Damázio, em 16/06/89:

"Amigo e Conselheiro Virdilio,

Sempre fui seu amigo e o meu intuito é lhe esclarecer sobre pontos em que está em dúvida. O Cons. Couto está muito incomodado com o que se deu; ele é que pediu aos amigos e chefes de paróquia é que perturbassem qualquer meeting ou manifestação pública dos republicanos, mas não autorizou violências. Ele mandou pedir ao Coronel Araponga Santos Marques, ao Tantú, ao José Gil Moreira, que amparassem o Conde d'Eu. Estes e o Sr. Nicolau Carneiro, a conselho do Cons. Carneiro da Rocha é que abusaram chamando o Pamphilo da "Gazeta da Tarde", o Marcellino conhecido por Bom-Senhor, o mestre pedreiro Pedro Augusto e um pardo saveirista, que não sei de nome, que arrebanhassem grande número de capangas, estivadores e moleques e excitaram o povo contra os acadêmicos e mandaram dispersar o grupo republicano.

O Dr. Manoel Victorino e o Couto eram incapazes de o mandar atacar e muito menos aos acadêmicos.

Já teve até um deles que foi se oferecer ontem ao Cons. Couto para lhe desfeitear e apedrejar o "Diário do Fovo" e o Couto não quis - creia no que lhe digo.

16 de junho de 89  
De seu amigo e colega  
Dr. M" (60).

Essa carta talvez seja o documento mais preciso e importante no que tange ao esclarecimento dos nomes envolvidos na organização da Guarda Negra e da repressão aos republicanos no dia 15 de junho de 1889. Deixa nitido - embora pro-

cure poupar o Presidente Almeida Couto - que tudo foi obra de membros importantes do Partido Liberal, dentre os quais se pode destacar o Cons. Carneiro da Rocha, é de suma importância ressaltar aqui o nome de Pamphilo da Santa Cruz, fundador e dirigente do jornal abolicionista GAZETA DA TARDE. O Major Pamphilo, ativo combatente contra a escravidão, seguiu a mesma tendência de outros abolicionistas importantes no plano nacional, que passaram a cultivar o mito da "Redentora" e a defender abertamente a Monarquia. Os mais significativos líderes dessa tendência foram José do Patrocínio e Antônio Bento, o primeiro, reconhecido como fundador da Guarda Negra na capital do Império. Pamphilo da Santa Cruz e A GAZETA DA TARDE sucumbiram aos apelos míticos da redenção dos escravos feita pela Princesa Isabel e, assim, foram instrumentos da defesa monárquica, atuando concretamente para a repressão aos republicanos através da organização da Guarda Negra, junto à cúpula do Partido Liberal na Bahia e a indivíduos de origem escrava que possuíam efetiva liderança sobre certos segmentos populares da cidade do Salvador, a exemplo do célebre Macaco Beleza (61).

A coluna republicana do DIÁRIO DO POVO dá continuidade à discussão, na edição de 17 de junho:

"Mentem e atraçoam

Diante das cenas de pura selvageria que durante o dia inteiro do sábado e as noites destes últimos dias tem sido testemunha a população dessa cidade, não haverá pessoa alguma briosa que não se tenha indinado.

São conhecidos de todos os atos praticados pelos chefes e soldados da guarda negra, inaugurada justamente com a primeira administração libe-

ral da atualidade.

A opinião pública está a apontar os mandantes e responsáveis do ataque brutal que sofreram os republicanos no dia 15 do corrente, quando pacificamente recebiam o notável propagandista republicano Dr. Silva Jardim.

É fato sabido que alguns dias antes, ainda na administração do Sr. Des. Affonso de Carvalho, estes homens eram aliciados e instruídos para demonstrarem-se em desagrado quando tivessem de saltar nesta capital o Sr. Conde d'Eu, desmoralizando ainda a administração da provincia.

Enquanto aconselhavam a alguns republicanos que dessem uma vaia decente ao Principe, propalavam que a mocidade acadêmica e a classe caixeiral eram os promotores de tal vaia e que contavam com o auxilio do povo.

Obrigado, porém, a assumir a presidência o chefe liberal, e a receber com todas as formalidades e honrarias o Principe, que vinha inconstitucionalmente, com caráter official, sem licença do ministro da guerra, e com fim de inspecionar estradas de ferro, o que não está na dependência de seu cargo no exército brasileiro, aqueles mesmos que no dia anterior aconselhavam a vaia decente, blâteravam contra a mocidade, porque pretendia ofender o futuro imperador do Brasil.

Eles que haviam insuflado a certo grupo do povo para apedrejar o hóspede imperial, mentiam com o maior descaro, dando aos acadêmicos e caixeiros a paternidade de um ato, que somente a depravação moral e a corrupção política tinham-lhes sugerido, pois sentiam prazer em desmoralizar o administrador da provincia, porque era conservador.

Cedo, porém, mostraram-se covardes; ao passo que davam novas ordens à capangagem, cujo resultado foi o horrípilante e infame ataque do Taboão, onde perto de 100 homens, armados de cacetes, pedras e facas, espancaram, apedrejaram e feriram os republicanos, no momento em que cheios de entusiasmo acompanhavam ao distinto correliigionário Silva Jardim, súplices pediam a muitos republicanos e a estudantes, que não dessem a menor demonstração de desagrado ao Principe, por que seria ofender ao Conselheiro Couto, que na qualidade de presidente da provincia, era forçado a recebê-lo e acompanhá-lo.

No meeting realizado na tarde de sexta-feira, tornamos bem claro, quais eram as nossas intenções em relação ao Principe, dissemos que o nosso desprezo completo, o esquecimento de que desembarrava nesta capital seriam as únicas demonstrações do nosso descontentamento, seriam o nosso protesto

contra aquele que nutre ainda as esperanças de ser o terceiro imperador deste país.

Nessa mesma ocasião convidamos a todos os cidadãos adesos às idéias republicanas, a comparecerem pelas 7 horas da manhã do dia imediato. na ponte da Companhia Baiana, donde em vapor especial. iríamos receber a bordo do Alaôas o nosso ilustre correligionário e hóspede.

Nessa mesma ocasião, depois de terem falado os nossos correligionários Virgílio Damázio, Cosme Moreira, Deocleciano Ramos e o jornalista Virgílio de Lemos, sem que houvesse por parte do povo, que em crescido número assistia ao meeting, a menor reprovação ou descontentamento, foram erouidos muitos vivas à liberdade do país. ao povo. ao governo do povo pelo povo. ao Dr. Silva Jardim. à república federativa brasileira. os quais eram respondidos por entusiásticas aclamações do povo.

Na Praça do Palácio onde achava-se um pequeno grupo pertencente à guarda negra, recentemente formada, graças à impunidade que lhes garantiam os seus superiores, aliados ao partido liberal. começaram as primeiras manifestações contrárias ao movimento republicano.

Durante toda a noite houve correrias e assaltos, mais ou menos notáveis, sob as vistas da guarda do palácio e das autoridades policiais, sem que estas procurassem saber ao menos quem eram os criminosos.

Os acontecimentos de sábado são bastante conhecidos.

A responsabilidade deles cabe unicamente ao governo, que se deixou levar por seus aliados.

A execução da "Gazeta da Tarde" e "Jornal do Comércio", e do orção oficial o "Diário da Bahia", cujo cinismo chegou ao ponto de inserir em suas colunas, sob a epiorafe conflitos - uma narração escandalosa de cenas selvagens praticadas por conhecidos seus, toda a imprensa neutra, ou não, foi unânime em considerar responsável o governo, pela falta absoluta de providências, pela culposa inepcia, pelo desprezo, enfim, à vida de tantos cidadãos.

O Sr. chefe da policia veio ao palácio da Vitória, acompanhado de dois oficiais e dos srs. Coronéis Santos Marques e José Gil, quando o nosso correligionário Dr. Deocleciano Ramos foi pessoalmente pedir providências a S. Exa., o Sr. presidente da provincia.

Chegados ao Taboão, enquanto o Sr. Dr. chefe de policia retirava da casa em que se achavam, o Dr. Silva Jardim, Virgílio Damázio e Cosme Moreira, o segundo dos quais, ferido, o Dr. Deocleciano Ramos fazia sair de outras casas, correli-

dionários, muitos deles feridos e fortemente contusos.

Levado em um carro o Dr. Silva Jardim, cesou no Taboão e Rainha dos Sapateiros todo o conflito, vindo os heróis engrossar as fileiras dos que impunemente assaltavam o edifício da Faculdade de Medicina, onde achava-se grande número de pessoas, entre as quais diversos professores.

Salvo esta providência tomada pelo Sr. Dr. chefe de polícia, qual a outra que se pode apontar?

é assim que se inicia o partido liberal e seu novo programa? Supõem, porventura, que atraíndo covardemente aos cidadãos que trabalham pelo futuro e felicidade do país, não de sustentar o trono a que aspira o Sr. Conde d'Eu?

Os sucessos de sábado em vez de aniquilarem e enfraquecerem a propaganda republicana, exaltaram-na, aumentaram-lhe o número de adeptos e o prestígio, encheram de lama a situação atual e mostraram claramente quais as intenções do partido liberal e a sua atitude perante a Coroa e perante o povo" (62).

Discutem-se as responsabilidades pelos episódios repressivos de 15 de junho. é problemática qualquer tentativa de defesa de uma posição que afirme ter ido o povo voluntariamente defender a monarquia, atacando a manifestação dos republicanos. Braz do Amaral, que, ao que tudo indica nunca foi um republicano, afirmou em 1923:

"Quem visse os acontecimentos do dia 15 de junho, tinha razões para acreditar que a população era hostil aos republicanos, que a monarquia contava defensores capazes de algum estorço por ela e que se achavam aqui elementos suficientemente dedicados ao imperador e ao trono.

Enganaram-se, porém, os que pensaram assim, como vamos verificar, porque não era forte o sentimento monárquico" (63).

Em outro momento, esse mesmo autor desnuda a composição dos agressores do dia 15 de junho, assim como o caráter não

espontâneo da organização, confirmando, assim, o nascimento da Guarda Negra:

"...fizeram os seus partidários entusiastas, aqui, a organização da Guarda para sua defesa, afim de enfrentar as opiniões nascentes dos republicanos, guarda que se devia combor de libertos e a que se dava o nome de Guarda Negra" (64).

O documento "Mentem e atraicoam", acima transcrito, nos fornece o nome de dois organizadores da Guarda Negra na Bahia: dos coronéis Santos Marques e José Gil, denunciados pela carta enviada pelo Dr. M a Virgílio Damázio em 15 de junho. Aqueles que, tardiamente, prestaram um socorro quase que pessoal, após muitas solicitações, apenas a Silva Jardim e aos que com ele se encontravam sitiados, foram exatamente dois dos principais organizadores de todo o processo repressivo contra os republicanos, como afirma limpidamente a carta acima referida. Pensamos que com isso se esclarece a responsabilidade dos atos perpetrados em 15 de junho de 1889 em Salvador.

O 15 de junho não foi devidamente compreendido pelos que dele escreveram até aqui. O nosso pensamento é que os episódios do Taboão inauguraram um ambiente político novo na Província e contribuíram para uma modificação nos ânimos políticos nacionalmente. Esse dado novo da conjuntura nacional foi percebido pelo liberal dissidente Ruy Barbosa, e devidamente explorado pelo mesmo em artigos da imprensa do Rio de Janeiro, como este que se segue:

"Primeiro sangue

Coube à Bahia, cidade entre todas pacífica,

onde o brazeiro das revoluções parece coberto por uma crosta impenetrável de cinzas. o creditar da primeira chama e o derramar do primeiro sangue. A desordem brotou sob os pés do Príncipe ao seu primeiro contato com o solo do norte...

A dispersão do comício republicano na noite de 14, preludiando, pelo aspecto sombrio e agitado que deu à cidade: a recepção característica de sua alteza no dia imediato: o comércio de portas fechadas: a agressão ao préstito republicano: o roubo de seu estandarte: o conflito sangüinoso determinado por essas escaramucas: o assédio à casa onde se refugiaram pessoas da maior respeitabilidade social, como o conselheiro Virgílio Damázio, lente da Faculdade de Medicina: o desembarque do Conde d'Eu entre um piquete de cavalaria: o assalto à Faculdade de Medicina, a lapidação do seu edifício, o ferimento daquele membro do seu corpo docente: a indiferença e ausência da autoridade: a agressão à tipografia da "República Federal": a atitude da Faculdade de Medicina reunida em sessão permanente, telegrafando ao imperador, e representando-lhe sobre a conveniência de sustar a viagem ao príncipe consorte, são páginas de um começo de revolução, que continuam em sequência natural as cenas da Câmara dos Deputados na sessão tumultuária de recebimento do gabinete, após as quais dizia um eminente prelado brasileiro, descendo as escadas da cadeia velha: 'Acabo de assistir a um episódio da convenção francesa. Os dias da monarquia no Brasil estão contados' " (65).

Houve um relativo impulso ao movimento republicano da Bahia após os acontecimentos do dia 15 de junho. Os acadêmicos, na sua já referida nota, através de cobranças políticas firmes, conseguiram questionar a Congregação da Faculdade, que manteve durante todo o tempo transcorrido após as agressões, um silêncio tumular. A única manifestação dessa Congregação, constituiu-se em um mero informe prestado em uma de suas reuniões, cerca de um mês após os episódios do Taboão:

"... da mesma data, comunicando ficar inteirado do que ocorreu na Faculdade no dia 15 de junho, na ocasião de serem arremessadas, contra o

edifício, por um grupo de populares exaltados, diversos projetis, que danificaram as paredes e as vidraças, assim como alguns móveis do salão nobre, não havendo depois, graças às providências que foram tomadas, fato algum que se lamentar" (66).

É isso foi tudo. Mesmo depois do que foi dito e argumentado pela imprensa. Nenhuma crítica, nenhuma cobrança de responsabilidades em relação aos acontecimentos, nenhuma queixa política em relação aos "populares exaltados", tornados neutros na ligeira informação da Congregação da Faculdade. Esse silêncio pode ser também um índice revelador da inquietação provocada pelos fatos do 15 de junho em Salvador, sobre os quais se fazia necessário calar, para não acelerar o processo de isolamento do governo monárquico, contribuindo, assim, para precipitar o seu final.

Os acadêmicos, de certa forma, conseguiram encurralar pelo argumento uma Congregação de ampla maioria monarquista, que se calou por completo diante dos incidentes e diante da omissão do Presidente da Província, também um professor da Faculdade.

O debate na imprensa, esclarecedor pelo argumentos republicanos e anti-governamentais em geral, serviram para dar destaque à luta dos republicanos, valorizá-la momentaneamente, além de conquistar adesões e aprofundar a sua organização. Em decorrência dos episódios do Taboão, podemos citar aqui, pelo menos dois fatos de grande importância e que são reveladores do crescimento relativo do movimento republicano. O primeiro foi a nota de adesão de comerciantes e negociantes da capital e o segundo, a fundação do Clube Re-

publicano Acadêmico Virgílio Damázio. em Recife. composto por estudantes baianos.

Assim pronunciaram-se os primeiros:

"Viva a República

Os abaixo assinados. negociantes e caixeiros nesta capital. põem ao serviço do partido republicano federal as suas mesquinhas forças e arraigadas convicções republicanas. em qualquer emergência na qual possa ser útil o seu concurso, bem como felicitam a distinta e patriótica mocidade acadêmica pela atitude enérgica que soube manter em defesa do denodado correligionário Dr. Silva Jardim. que não trepida em expor a própria vida pelos interesses da plebe que o vitima ignorantemente. automaticamente.

Como os nomes benditos de Washinton e Tiradentes. pode merecidamente figurar o nome impoluto do grande propagandista brasileiro. para cuja imortalidade falta apenas o martírio. o martírio que devia consumir-se aqui. por uma horda de selvagens para tal fim assalariada. com solene desmentido à constituição do país. como eterna vergonha do povo baiano.

O que ora exprimimos. sabemos. (trecho incompreensível) ao partido. é. porém. a manifestação livre. leal. sincera. de mocos brasileiros. é um exemplo que deixamos aos nossos colegas e compatriotas. é a expressão de nossos sentimentos patrióticos a quem (sic) temos direito. é adesão a uma idéia grande que havemos de defender conforme as nossas forças. de uma idéia que vai triunfar com a onda civilizadora que sobe. que vai realizar-se. porque a nação repele o terceiro reinado.

Tudo pela liberdade. tudo pela pátria!  
Viva o povo baiano!  
Viva o Dr. Silva Jardim!  
Viva a República!

Nahia. 17 de junho de 1889" (67).

O segundo dos fatos foi a movimentação provocada entre os estudantes baianos em Recife. Em telegrama do dia 3/7/1889. mandam o seguinte recado:

"Recife. 3. às 11:05 min.

Os estudantes republicanos, filhos dessa província, escolheram o dia de ontem para fazerem uma brilhante manifestação ao Dr. Silva Jardim, em homenagem ao grande propaquadista republicano e como protesto ao procedimento das autoridades baianas na jornada de 15 de junho.

Foi oferecido ao Dr. Silva Jardim um cartão de ouro.

O acadêmico baiano Manuel Bittencourt proferiu um brilhante discurso, sendo calorosamente aplaudido.

Respondeu-lhe o Dr. Silva Jardim em eloquente oração, que foi extraordinariamente vitoriosa" (68).

Os estudantes se mobilizaram e fundaram o Clube Republicano Acadêmico Virgílio Damázio, que procurou realizar atividades de propaquadanda pelo interior da Província da Bahia, como nos indica uma ata de reunião do dia 5/10/1889, que nos dá a notícia de que foi distribuído um folheto do Clube na cidade baiana de Joazeiro, parecendo ter tido bons resultados (69). O Clube teve algum peso e importância, tendo contado por exemplo com a significativa quantidade de 49 sócios, além de 21 correspondentes em diferentes municípios da Bahia (70).

Constatamos que o 15 de junho foi o momento mais agudo da trajetória dos republicanos da Bahia. Não podemos afirmar que os conflitos tivessem sido previstos pelos mesmos, e que tivesse feito parte das suas intenções a provocação de uma situação de confronto aberto com as forças do governo ou com a Guarda Negra. Mas é certo que a ocorrência desse momento de violência deveu-se à postura relativamente ousada do núcleo baiano que, mesmo sem possuir grande expressão social, saía às ruas e realizava conferências em locais fechados e

nas praças públicas. Exemplos desses atos podem ser dados pelas comemorações do 13 de maio, pelo comício do dia 14 de junho no Largo do Ferreiro e pelos acontecimentos do 15 de junho de 1889. Foram ações que atraíram a repressão governamental e da Guarda Negra sobre o movimento, o que contribuiu para o estabelecimento de um clima de tensão política singular naquela fase da história do país.

O 15 de junho contribuiu, de alguma forma, para revelar a instabilidade do regime monárquico, para revelar a sua fraqueza militar e política, o que certamente foi levado em conta pelos articuladores do 15 de novembro, que deram o golpe final na Monarquia. A queda desse regime não foi, entretanto, um instante revolucionário. Foi continuidade necessária da conjuntura acuada que existiu entre dezembro de 1888 e, aproximadamente, agosto de 1889.

Fatos como esses do Taboão ocorreram em outras partes do país e revelaram que a Monarquia não possuía força efetiva para fazer frente a uma ofensiva golpista com a participação do Exército. A própria organização da Guarda Negra nos parece uma atitude desesperada do último Gabinete Conservador, assumida também pelos Liberais do Gabinete de 7 de junho de 1889, no sentido de evitar o avanço republicano, de conseguir um apoio político efetivo entre as camadas populares. Os golpistas republicanos de 15 de novembro compreenderam muito bem essa situação. Avaliaram as forças da Monarquia e conseguiram promover uma transição sem grandes conflitos e sem participação popular.

## NOTAS

- (1) AMARAL, Brás do. *Historia da Bahia do Império a Republicana*. Imprensa Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 1923. p. 315. Grifos nossos.
- (2) DANTAS JR. João da Costa Pinto. A Propaganda Republicana. *Revista do IGHB* n. 67. Salvador, 1939. p. 99-100. Grifos nossos.
- (3) BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República. Historia do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro, MEC. s/d.: AMARAL, Brás do. "Memória Histórica sobre a Proclamação da República na Bahia". *Revista do IGHB*, n. 30, 1904. p.3-52.
- (4) Sobre O GUAYCURU. v. TAVARES, Luis Henrique D. O Processo contra o Guaycuru. *Revista do IGHB*, n. 81. Salvador, 1957.  
Fizemos também leituras de exemplares deste Jornal, anos de 1853 e 1854 (V. Fontes). Ainda sobre o Guaycuru. V. CALMON, Pedro. *Historia da literatura Bahiana*. Salvador. Prefeitura Municipal, 1949. Pedro Calmon escreveu sobre o Jornal: "Passado o tumulto que se estendeu de 1831 a 1838 - selado luubrememente com a Sabinada - foi O Guaycuru (1842-1859) que sobressaltou a sociedade ordeira com a sua exaltação libertária. Redidia-o Dominos Guedes Cabral".
- (5) BOEHRER, George C. A. Op. cit. p. 150-151.
- (6) A SENTINELA DA LIBERDADE. No. 2, de 12/12/1870 e No. 4, de 4/01/1871.
- (7) O HORIZONTE. No. 25, de 16/08/1872. p. 1.
- (8) O HORIZONTE. No. 26, de 20/08/1872. p. 1.
- (9) Mário Augusto da Silva Santos já levantara essa possibilidade de ter havido uma ligação entre o movimento republicano e certos núcleos de operários, sobretudo liderados por Manoel Querino. As fontes encontradas não

nos permitiram avançar significativamente nessa questão. V. SANTOS, M. A. da S. *O Movimento Republicano na Bahia*. Salvador. Centro de Estudos Baianos. 1990. p. 22-28.

- (10) BOEHRER, George C. A. op. cit. p. 150-151.
- (11) SANTOS, Mário A. da Silva. Op. cit. p. 6.
- (12) AMARAL, Brás do. *Memória Histórica ...* Op. cit. p. 5.
- (13) AMARAL, Brás de. *História da Bahia ...* Op. cit. p. 319.
- (14) A TRIBUNA. de 18/10/1879. p. 1.
- (15) DANTAS JR., João da Costa Pinto. *A Propaganda Republicana. Rev. do IGHG*, n. 67. 1941. p. 107.
- (16) Uma possibilidade ainda é de que O Clube Centro Republicano tenha prolongado a sua existência até os momentos finais da Monarquia. Encontramos uma nota convocatória desse clube, datada de 17/01/1889, convidando os republicanos cidadãos a comparecerem à casa de Francisco J. da Fonseca Lima, secretário e tesoureiro empossado do Clube. A nota não fornece nenhum outro detalhe significativo, tendo sido uma notícia isolada no jornal do *Jornal Diário do Povo*, edição de 15/01/1889. p. 2.
- (17) O jornal DIÁRIO DO POVO manteve uma linha de maior aproximação com os republicanos, tendo cedido, a partir de janeiro de 1889, algumas colunas para o Partido. O JORNAL DE NOTÍCIAS, editado por Lelis Piedade em 1889, adotou uma política muito mais próxima do federalismo, tendo apoiado e divulgado a candidatura a deputado geral do então federalista José Joaquim Seabra, no segundo semestre de 1889. V. Edições de agosto a outubro de 1889.
- (18) BARROS, J. Teixeira. Manoel Querino (prefácio). In QUERINO, Manoel. *A Bahia de Outrora*. Salvador, Liv. Progresso Editora, 1955. p. 9-14.

- (19) Sobre António S. Athayde v. p. 13 deste capítulo. Frederico Lisboa, em algum momento da década de 1870 aceitou fazer parte do diretório do Partido Liberal. A TRIBUNA traz o seguinte comentário na edição de 18/10/1879 "Cubra-se de crepe a Tribuna Parlamentar, quando tiverem de ocupá-la os apóstolos políticos, Drs. Frederico Lisboa e António Spinola de Athayde".
- (20) V. a esse respeito, dentre outros: SANTOS, José Maria dos. *A Política Geral do Brasil*. São Paulo, USP/ITATI-AIA, 1989. p. 167-183.
- (21) O Barão de Guahy foi presidente da Associação Comercial da Bahia durante várias gestões no período imperial. Ocupou cargos nos governos imperiais, como o de Ministro da Marinha, entre 1888 a 1889. V. Relatório da diretoria da Associação Comercial da Bahia do ano de 1888.
- (22) CASALECCHI, José Enio. *PRP, Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987. p. 32-58.
- (23) Relatório da Diretoria da Associação Comercial da Bahia. Ano de 1888. Anexo 4.
- (24) Dados sobre a fundação, os estatutos, as primeiras listas de assinaturas da ATA de instalação do Clube Republicano Federal, não foram encontrados, devido ao péssimo estado de conservação dos seis primeiros números do jornal A REPÚBLICA FEDERAL, na coleção do Inst. Geog. e Histórico da Bahia.
- (25) A REPÚBLICA FEDERAL. N. 18, de 28/10/1888. RELATÓRIO da Primeira Diretoria do Clube Republicano Federal. p. 3.
- (26) A presença de estudantes de outras províncias é proporcionalmente mais elevada na década de 1880 do que na de 1870.
- (27) A REPÚBLICA FEDERAL. N. 18, de 28/10/1888. RELATÓRIO da Primeira Diretoria do Clube Republicano Federal. p. 3.
- (28) A REPÚBLICA FEDERAL. N. 18, de 28/10/1888. RELATÓRIO da

Primeira Diretoria do Clube Republicano Federal.  
p. 3.

- (29) A REPUBLICA FEDERAL. N. 18. de 28/10/1888. p. 3.
- (30) A REPUBLICA FEDERAL N. 26. de 23/12/1888. p. 1.
- (31) ANDRADE, João Baptista de Sá e. *Tese de Doutoramento.* Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador. 1889.
- (32) ALMEIDA, COSME MOREIRA DE. AFUD CASTRO. Dinorah Berbert de. *Idéias Filosóficas nas Teses Inaugurais da Faculdade de Medicina.* Salvador. UFBA. Tese de Mestrado. 1973.
- (33) A REPUBLICA FEDERAL. N. 7. de 12/08/1888. p. 1.
- (34) A REPUBLICA FEDERAL Nos. 7 a 10. Julho e agosto de 1888.
- (35) A REPUBLICA FEDERAL. N. 7. DE 12/08/1888. p. 1.
- (36) JORNAL DE NOTICIAS. de 2/08/1888. p. 2.
- (37) DIARIO DO POVO. de 19/03/1889.
- (38) DIARIO DO POVO. de 21/03/1889.
- (39) DIARIO DO POVO. de 23/03/1889.
- (40) Consideramos, pelos indícios seguintes, que a Congregação da Faculdade de Medicina possuía uma maioria simpática à Monarquia:
- a) O silêncio completo diante da intimação feita pelos estudantes, para que depusessem externando sua posição diante dos acontecimentos da repressão do 15 de junho de 1889. Tratava-se de acusar ou defender o Presidente da Província, José Luiz de Almeida Couto, também professor da Faculdade;
- b) Os nomes dos membros da Congregação, na sua quase totalidade, não aparecem em momento algum, como parti-

cipantes de qualquer organização republicana, sendo que alguns deles foram abertamente vinculados a um ou a outro dos partidos monárquicos. Os mais conhecidos exemplos dessa vinculação foram José Luis de Almeida Couto e Manoel Victorino Pereira.

- (41) A REPUBLICA FEDERAL. N. 26. de 23/12/1888. p. 1.
- (42) A REPUBLICA FEDERAL. N. 38. de 17/03/1889. p. 1.
- (43) A REPUBLICA FEDERAL. N. 40. de 2/04/1889. p. 4.
- (44) A REPUBLICA FEDERAL. N. 40. de 2/04/1889. p. 4.
- (45) Os jornais organizadores da passeata comemorativa ao 13 de Maio foram O DIARIO DO POVO e A REPUBLICA FEDERAL.
- (46) A REPUBLICA FEDERAL. N. 45. de 16/05/1889. p. 1-2.
- (47) Idem. p. 1-2.
- (48) Idem. p. 1-2.
- (49) Idem. p. 1-2.
- (50) A REPUBLICA FEDERAL. N. 30. de 20/01/1889. p. 4.
- (51) A REPUBLICA FEDERAL. N. 30. de 20/01/1889. p. 4.
- (52) A REPUBLICA FEDERAL. N. 45. de 16/05/1889.
- (53) A REPUBLICA FEDERAL. N. 41. de 11/04/1889.
- (54) CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas, O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 23.
- (55) O GUAYCURU. edição de 4/03/1853. p. 1.

- (56) DIARIO DO POVO. de 15/06/1889. p. 1.
- (57) AMARAL. Brás do. "Memória Histórica sobre a Proclamação da República". In: *Revista do IGHB*. n. 30. Salvador. 1904. p. 5.
- (58) DIARIO DO POVO. de 19/06/1889.
- (59) DIARIO DO POVO. de 26/06/1889.
- (60) Arquivo do IGHB. pasta 32. documento 21.
- (61) Ver VIANNA, Hildegardes. A proclamação da República na Bahia. Aspectos Folclóricos. *Cadernos do Centro de Estudos Baianos*. n. 33. Salvador.
- (62) DIARIO DO POVO. de 17/06/1889. p. 1.
- (63) AMARAL. Brás do. *História da Bahia do Império à República*. op. cit. p. 320.
- (64) Idem. ibidem. p. 317.
- (65) DIARIO DO POVO. de 22/06/1889.
- (66) LIVRO DE ATAS da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia. para os anos de 1889-1897.
- (67) A REPUBLICA FEDERAL. N.48. de 23/06/1889. p. 1.
- (68) DIARIO DO POVO. de 3/07/1889.
- (69) Atas do Clube Republicano Acadêmico Virgílio Damázio. pasta 21. documento 56. 4a. sessão. de 5/10/1889.
- (70) Arquivo do IGHB. pasta 21. documento 56.

O CARATER DO REPUBLICANISMO  
EM SALVADOR

O 15 de novembro foi o resultado concreto das acções de uma determinada facção do movimento republicano nacional, composta, sobretudo, pela cúpula do Partido paulista e pelas lideranças moderadas mais expressivas do Rio de Janeiro e contando ainda, com a decisiva aliança com as altas patentes do Exército. O 15 de novembro foi tramado exatamente por esses atores. As lideranças não moderadas, assim como inúmeros chefes republicanos provinciais, não foram informados das articulações que foram efetivadas e ficaram de fora dos episódios decisivos da Proclamação da República no Brasil.

Casalecchi nos dá uma ideia das articulações para a organização do 15 de novembro, o que, na verdade, configurou-se em um golpe de Estado: a cúpula fluminense entendeu-se com os militares da Corte e o Partido paulista conversou e convenceu o 10. Batalhão de Cavalaria, sediado em São Paulo (1). Esse autor fala da pouca aproximação do movimento republicano com o povo nessa Província, a partir de palavras de Campos Sales, as quais davam conta da presença de multidões nas ruas, esperando ansiosamente notícias sobre os acontecimentos.

"De fato, para São Paulo, mais do que para o Rio de Janeiro, vale a assertiva de Aristides Lobo de que 'o povo assistiu aquilo tudo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava', o que indica o caminho percorrido pelo republicanismo na província até a queda da monarquia" (2).

O golpe de 15 de novembro, triste e sem povo, talvez tenha sido o caminho factível dentre outros que se colocaram com o objetivo de conquistar a República, mas, certamente, não foi o único. Mesmo que não possamos confirmar a existência de amplos movimentos populares de rua em luta pela República, há que se considerar o período de agitações que se estendeu de dezembro de 1888 a, pelo menos, agosto de 1889, e que envolveram partidários dos republicanos e a Guarda Negra da Princesa, em uma série de conflitos em várias partes do país. Foi um período em que a Monarquia sofreu um forte desgaste, decorrente do declinante apoio da classe dominante e revelado pelo clima de tensão que passou a existir, provocado, em larga medida, exatamente pelas tomadas de ação das tendências mais radicalizadas do movimento.

Efetivamente, os líderes moderados de São Paulo não fizeram esforços, como os radicais, para levar a palavra republicana aos teatros e aos comícios nas ruas e praças. Não apoiaram, como se sabe, as ações de um líder como Silva Jardim, que objetivava, de uma forma ou de outra, atingir e atrair parcelas mais amplias da população para a ação republicana.

U 15 de novembro, embora inicialmente aceito e festejado por todos os republicanos, não foi a materialização da vontade política do seu conjunto. Foi uma derrota para todos aqueles setores do movimento que levantaram aspirações mais profundas que a mera adoção do princípio federativo, bandeira esta que se constituiu na prioridade da política

dos núcleos paulista e mineiro e por alguns grupos do republicanismo fluminense, hegemônicos nacionalmente (3).

Aqueles setores que levantaram a necessidade do aprofundamento democrático e a ampliação do espaço de decisão política não viram adotadas, na organização do regime republicano, as suas principais intenções. Dentre as que foram aceitas, a mais importante talvez tenha sido a definição da igualdade de direitos entre os indivíduos, medida esta que foi muito mais uma consequência da abolição da escravatura, que extinguiu a diferença jurídica, do que da própria República, que apenas legalizou uma situação de fato existente a partir do 13 de maio de 1888, e decorrente das lutas dos escravos e do abolicionismo.

A afirmação de que o movimento republicano na Bahia, assim como o do restante do Norte e do Nordeste, foi menos decisivo para a instauração da República e para a definição dos seus rumos, é por demais insuficiente para que possamos compreendê-lo. A Bahia, como já dissemos, não possuiu um republicanismo pujante e definidor para o plano nacional, mas contou no seu movimento com um grupo que empunhou bandeiras de natureza radical na luta democrática; que avaliou constantemente a possibilidade de passar a lutas extremas, saindo assim do terreno da propaganda pacífica e da legalidade; que adotou determinadas orientações gerais do radical do Partido Nacional, chefiado por Antonio da Silva Jardim tendo, inclusive, lançado o seu nome para uma candidatura à deputação geral; e que esteve - o que

consideramos como o elemento mais importante dentre os enumerados - ao lado da perspectiva abolicionista que, atingindo os seus objetivos, terminou por igualar civilmente os cidadãos, por destruir a base fundamental do sistema monárquico, que foi o escravismo, e criar condições para a própria superação dessa forma de governo.

Com base nessas constatações, que servem para situar o movimento baiano no contexto republicano nacional, passaremos a tratar das suas características político-ideológicas fundamentais. Identificaremos o caráter democrático e não moderado das proposições republicanas, momento em que exporemos as suas posições concretas e indicaremos as limitações e as diversidades internas do movimento baiano. Discutiremos a interpretação dominante sobre o abolicionismo na historiografia baiana, visando a estabelecer uma visão alternativa sobre a questão, necessária para a compreensão do caráter do republicanismo na cidade do Salvador. E avaliaremos a proximidade essencial entre republicanismo e abolicionismo, característica esta que se constituiu em uma marca essencial desse movimento.

O liberalismo brasileiro, construtor e consolidador do Estado Nacional, prescindiu da contribuição democrática para concluir a sua obra política. Assim, nas primeiras décadas do Império, estabeleceu-se um longo processo de conflitos, no qual as classes intermediárias e populares lutaram

desassossegadamente para melhorar suas condições de vida, para conquistar certa igualdade econômico-social, e para mais influir nas decisões políticas do país, a partir, sobretudo, de uma melhor distribuição do poder entre o centro e as províncias, condição esta que implicaria em uma ampliação dos espaços decisórios. Desta maneira Sérgio Adorno sintetizou a contradição existente entre a direção liberal do Estado e as aspirações democráticas insatisfeitas de grande parte da população brasileira:

"Insubordinado, o povo suspeitou durante toda a vigência do regime monárquico das fórmulas universalizantes e abstratas propostas pelo liberalismo. Mais do que isso, compreendeu a seu modo e segundo seu universo cultural os princípios de liberdade e igualdade, compreensão que não correspondia - como de fato não correspondeu - ao seu retrato constitucional tanto propagado pela monarquia e pelo governo representativo. A partir da formação do Estado Nacional, o liberalismo brasileiro pos a nu seu caráter essencialmente instrumental, promovendo uma demarcada dissociação entre seus princípios e os princípios democráticos" (4).

A democracia constituiu-se, então, ao longo do século XIX, em uma eterna pendência. O Estado monárquico, além de alijar os escravos, também prescindiu de uma significativa leva de indivíduos livres para a tomada das decisões fundamentais, e que diziam respeito à vida desses mesmos indivíduos. O que realmente subsistiu foi uma estrutura política na qual o poder emanava de cima, a partir da vontade do imperador, o grande e poderoso "eleitor" nacional. Era um sistema representativo que possuía a sua soberania, em última instância, no Poder Moderador e no qual as eleições não significavam mais do que aquele momento em

que o partido que comandava o Ministério, invariavelmente fazia a sua maioria ou unanimidade parlamentar. Em uma espécie de representatividade às avessas (5).

A questão democrática foi, assim, um tema candente em toda a trajetória política do Império brasileiro, sempre presente nas mobilizações das classes sociais acima mencionadas, constituindo-se em um tema constante dos discursos dos republicanos de final do século. O grupo político que, na Bahia, empunhou a bandeira republicana, detendeu um republicanismo aliado às necessidades democráticas, embora as suas lutas não possuíssem as mesmas formas, nem exatamente o mesmo conteúdo daquelas ocorridas na primeira metade do século, entre outras razões porque não possuíam o mesmo substrato social.

#### LUTA DEMOCRÁTICA E AMEAÇAS DE RADICALIZAÇÃO

O comportamento político dos republicanos baianos foi marcado pela insistência na construção de um regime republicano de natureza democrática. A grande maioria dos artigos do seu Jornal, A REPÚBLICA FEDERAL, atribui importância decisiva à crítica ao centralismo político-administrativo e ao falseamento democrático monárquico. Propunham modificações que deveriam possibilitar uma participação mais ampla nos espaços políticos decisórios e a reafirmação da igualdade jurídico-formal entre os indivíduos, além do estabelecimento de uma situação política sustentada em

amplas liberdades de ação, de reunião e de pensamento.

O Manifesto baiano de junho de 1889 levantou algumas das bandeiras políticas da democracia dos republicanos, bandeiras estas que fizeram parte, ao longo do século, das aspirações democráticas surtidas em decorrência das necessidades das classes politicamente excluídas pelo Governo monárquico. Eram questões que diziam respeito às liberdades políticas e a repressão, elementos que haviam sido agitados há muito tempo pelo jornal O GUAYCURU. Dizia o Manifesto: "O terceiro reinado sera o direito de reunião violado e abolido, a imprensa toda amordacada ou corrompida, a Guarda Negra massacrando em nome da rainha, a exploração mercantil em seu auge em todas as esferas administrativas e governamentais, as lutas intestinas suscitadas pelas explosões de descontentamentos dos povos" (V. ANEXO 1).

A bandeira federativa, por sua vez, não possuiu, para o grupo republicano baiano, o peso a ela atribuído pelos republicanos paulistas. Ainda nas suas primeiras edições, A REPUBLICA FEDERAL publicou alguns editoriais que tinham por título "A federação e o meio pratico de sua realização" (6). Através deles, a direção do Clube Republicano Federal externou uma opinião favorável a essa antiga aspiração, mas sem atribuir-lhe qualquer prioridade no conjunto de suas bandeiras de luta. A federação foi um anseio republicano, mas um anseio que se deveria submeter hierarquicamente a um outro mais importante que era a instauração do próprio regime republicano. Ou seja, os republicanos baianos, em

meados de 1888, não envidaram significativos esforços para fortalecer a luta pela federação das províncias, por possuírem a compreensão de que esta deveria estar estreitamente vinculada à luta pela República.

Não afirmamos, assim como não o fizeram os próprios republicanos, que a federação não fosse uma reivindicação de seu interesse. Apenas relativizamos a sua importância no interior de um leque maior de bandeiras que possuiu, por certo, uma outra prioridade política. Essa prioridade foi a instauração de uma República democrática que garantisse certos direitos fundamentais.

A exigência da liberdade política foi uma constante nas atividades e no discurso dos republicanos de Salvador. Em um determinado artigo do seu Jornal é denunciada a falta de liberdade de imprensa e de reunião, questão que é motivada pela ação repressiva do Governo João Alfredo contra os republicanos, através da Guarda Negra, em dezembro de 1888 (7). Sobre essa mesma temática, extraímos de outro artigo do Jornal o seguinte trecho:

"Os cidadãos brasileiros, que amam o seu país e a liberdade, quaisquer que sejam as suas opiniões políticas, devem, no momento presente, protestar altamente pela liberdade de palavra e de pensamento, garantida em nossa constituição, e que uma prática de longos anos tem sempre respeitado" (8).

Em agosto de 1888 aparecia em editorial uma afirmação de que os republicanos desejavam reformas radicais inspiradas no radicalismo democrático, cuja expressão estaria no regime republicano e que, por isso, os partidários da Repu-

blica não se importariam com a derrocada do "edifício carcomido das instituições decrepitas e inaceitáveis a um povo livre" (9).

Percebendo o momento como grave, os republicanos acenaram variadas vezes com a possibilidade de ultrapassar a postura do comedimento e da moderação, ameaçando com a adoção de ações revolucionárias e com a ruptura da legalidade política.

Cosme Moreira de Almeida, talvez o principal líder radical do republicanism na Bahia, em uma série de artigos assinados do Jornal, estabelece algumas referências dramáticas decisivas para o Clube e o Partido Republicano. Em um primeiro momento escreve: "... contra a opressão de 36 anos, contra a mentira das liberdades sotismadas, contra a espoliação dos direitos populares...". E pronuncia: "Regeneração da pátria pela liberdade, pelo direito e pela justiça", concluindo com a ameaça de que havia uma segunda alternativa possível para que se pudesse superar os ataques da Monarquia: "Há duas soluções únicas e possíveis: reforma radical ou revolução" (10).

Em alguns momentos, como nos trechos que sequeem, Cosme Moreira trabalha na construção do perfil republicano radical, afirmando a possibilidade de passagem das atividades de propagação para o terreno das ações conspirativas e revolucionárias:

"Fique certo, porém, S. Ex., que se o parlamento votar qualquer lei que possa burlar a manifestação do eleitorado republicano, o que será

mais um crime do qual o unico responsável sera a monarquia. nós abandonaremos o terreno da propaganda pacifica e ir-nos-emos acastelar no reduto do direito que conspira e aí seremos invencíveis. porque nós somos um partido que tem fé e os monarchistas pertencem ao partido dos céticos...

Não tulquem os governantes de hoje. que nós estamos dispostos a deixar-nos esmagar e trucidar sem protesto: esperamos simplesmente o momento oportuno para o começo da luta no terreno pratico do direito armado" (11).

Essas ameaças estiveram sempre presentes nas paginas do Jornal republicano. como nos trechos seguintes:

"Sim. se preciso for. ruia nas ruas a revolução. corra o sangue das nossas veias. suba aos céus o eco de nossas lágrimas e dos nossos ais. abale-se a terra e o ar com o socar e o fuzilar dos canhões. salve-se porem a pátria. conquiste-se a liberdade. triunfe o direito. não mais a continuação da mesma miseria. da nulificação individual e coletiva. não mais a prostituição da honra. o mercantilismo das consciencias. a exploração de um povo inteiro por uma familia privilegiada ... Revoltemo-nos contra o aviltamento presente. didamos a monarquia que éramos seus escravos. mas eramos escravos indionados. e que hoje. pulsos livres. estamos dispostos a morrer com a pátria ou a libertá-la: didamos a monarquia. que a mocidade cujos peitos são de mármore onde o raio late e recua. que nós que ainda não sabemos nos colocar na posição dos Aulicos para deixar a mão que esconde tetela. nós que queremos para a pátria uma nova historia. heróica e digna. estamos resolvidos a não pactuar mais com o estado miserável que temos vivido e que temos sofrido".

"Salvemos a pátria pela reforma ou pela revolução" (12).

"Vamos e devemos quanto antes entrar no franco terreno da propaganda em praça publica e havemos de mostrar aos nossos concidadãos. que nesta terra ainda ha um punhado de homens que conhecem os seus direitos e que também sabem cumprir os seus deveres. e que não aceitam o governo imoral..." (13).

"O terceiro reinado não se plantará sem um protesto que lave com o nosso sangue as paginas tristes da história da nossa monarquia. por isso com todo o ardor do espirito republicano. bradamos

com o ilustre tribuno Silva Jardim: "abdicação ou deposição, exílio ou execução" (14).

Aspectos importantes da natureza do republicanismo dos baianos são revelados nos trechos acima transcritos. "Entrar no franco terreno da propaganda na praça pública" foi um elemento da tática do grupo exaltado nacional. Realizar eventos que aproximassem os republicanos de camadas mais amplas da população foi também um componente importante da política dos grupos republicanos radicais. A trajetória de Silva Jardim, realizando inúmeros comícios por todo o país, nunca foi aceita pelo republicanismo moderado de São Paulo, por exemplo. Foi a via escolhida para conquistar as simpatias populares e partir para conquistar uma República que tivesse efetivo respaldo popular.

Os conflitos provocados pela ação da Guarda Negra evidenciaram a fraqueza da Monarquia, mostrando claramente para o país a sua reduzida base de apoio. Naquela conjuntura de instabilidade, criou-se uma certa condição para que fossem superados os limites de uma propaganda pacífica por parte dos republicanos. E é com base nesses elementos que afirmamos que os republicanos baianos ousaram um pouco mais. Participaram abertamente das comemorações do 13 de maio pelas ruas, em 1889; lançaram candidaturas à Assembleia Geral e ao Senado; e, principalmente, prepararam, sob a orientação dos republicanos de Pernambuco e de Silva Jardim, as manifestações do dia 15 de junho de 1889, duramente reprimidas pelo governo e pela Guarda Negra, e transformadas

em símbolo, até mesmo nacional, da luta contra a Monarquia (15).

Esse momento repressivo, motivador da constante crítica e das ameaças de radicalização por parte dos republicanos, foi interpretado dessa maneira por Kuy Barbosa:

"A realza não teve, ainda não tem, a inteligência da superioridade dessa situação: e preferiu a ela um futuro de instabilidade, lutas e ruína, adotando o plano ominoso de converter a raça libertada em muralha às aspirações adiantadas da raça libertada...

Ai está porque a coroa, que, em outubro de 1887, impunha ao Exército a missão que ele repudiou, de esmagar em São Paulo, a liberdade dos escravos emancipados por suas próprias consciências, não encontra hoje forças legais para suprimir essa revolta maldita da barbárie ébria de imperialismo contra a nação.

Os amigos de sua alteza preparam a sua coroação num tapete de sangue humano.  
Salve, Rainha!" (16).

Foram, sobretudo, os setores mais exaltados do republicanismo que saíram às ruas e motivaram a repressão do governo monárquico, possibilitando assim, mesmo sem demonstrarem uma consciência plena sobre a conjuntura do momento, a inauguração de um período de instabilidade política. A repressão promovida pela Guarda da Princesa verificou-se mais precisamente em relação às iniciativas dos grupos republicanos dotados de certa radicalidade na sua prática.

A atuação dos balanos, portanto, enquadra-se no interior de um campo que, mesmo marcado por contradições internas, buscou construir um processo de ruptura mais profunda do que aquele que se fez vencedor no dia 15 de

novembro.

Devemos afirmar que esse discurso radical, essa postura de defesa da revolução, não prevaleceu sem contradicções. Contradicções entre os próprios membros do movimento - desde quando vários deles preferiam seguir o caminho pacífico para a conquista da República. - e contradicções internas ao próprio discurso radical da maioria republicana de Salvador.

Não é possível identificar até que ponto esse discurso radical foi apenas retórico, ou até que ponto iriam esses republicanos, caso adquirissem efetiva força política, concretizar as ameaças de passar as atitudes violentas para atingir o objetivo de superar a Monarquia. Cairíamos na pura especulação caso quiséssemos afirmar que o discurso radical era vazio de intenções concretas e que os republicanos não partiriam nunca para a adoção de atitudes mais radicais.

Efetivamente faltava uma base de apoio mais ampla aos republicanos. faltava um respaldo maior. O movimento na Bahia contou, de início, apenas com a presença de estudantes. Pouco a pouco e que foi conseguindo angariar as simpatias de outros setores, o que veio a ocorrer mais amplamente, apenas depois dos episódios do dia 15 de junho de 1889, quando agregou um significativo grupo de indivíduos vinculados à atividade comercial, provavelmente do pequeno e médio comércio (17). Essa estreita base de apoio condicionou, provavelmente, a permanência do discurso, em um nível de relativa retórica. Não se ia realizar nenhuma revolução contando com a participação de uma quantidade

pequena de pessoas. É a situação político-ideológica conservadora, predominante na Bahia, tornava ainda mais difícil para esse grupo radical, a difusão do seu discurso.

O que se faz necessário é balizarmos a nossa interpretação em dois parâmetros que se podem tornar úteis para a compreensão do verdadeiro caráter do republicanismo baiano: o primeiro seria compará-lo com o movimento republicano nacional, contraste do qual se destaca naturalmente a feição exaltada do movimento na Bahia; o segundo seria compararmos a postura do movimento republicano de Salvador com o radicalismo existente nas lutas sociais e políticas da primeira metade do século. Esta situação nos possibilita levantar a hipótese de que o movimento das décadas finais do Império não poderia ir longe demais no que tange as suas formas de sua luta, isso ocorria porque a sua base social, relacionada a um processo de formação de classe média, por não possuir um projeto de igualitarismo sócio-econômico, não faria etetivos esforços para envolver contingentes mais amplos da população da cidade. Não correria o risco, assim, de perder certas colocações sociais que já lhe pertenciam, já que o seu problema fundamental não foi, certamente, a carência econômico-financeira.

O movimento baiano possuiu características diversas daquelas pertencentes ao Partido Republicano Paulista. Já salientamos, anteriormente, determinadas ações que podem ser consideradas como próprias de um grupo político disposto a mobilizar a atenção pública e conquistar adesões no meio das

classes populares, como foram os exemplos das realizações de passeatas, dos comícios e das conferências públicas. O republicanismo de Salvador teria, então, uma linha de atuação mais marcada pela ideia de participação, diferentemente daquela predominante em São Paulo, caracterizado pela prática de tipo cupulista e distante de qualquer intenção de adlutinação popular mais ampla, característica esta melhor condizente com a política de moderação.

Certos limites devem ser evidenciados, no entanto, em relação ao pretenso caráter revolucionário dos republicanos de Salvador. O principal deles é o que se relaciona à ideologia do grupo político hegemônico no interior do movimento. O republicanismo baiano foi um republicanismo de classe média e assim sendo, não se associou às mesmas reivindicações e projetos que estiveram presentes nas revoltas e movimentos sociais da primeira metade do século XIX. Não teve como núcleo central de suas preocupações as questões relativas à melhoria das condições econômicas, à propriedade, ou pertinentes a reivindicações de igualdade social, próprias do contingente pequeno-burguês que se levantou nas primeiras décadas do Império (18).

Essa classe média, em formação nas últimas décadas do Império, lutava por uma situação de mercado na qual se efetivasse uma relativa valorização profissional dos trabalhadores não-manuais. Tal luta, materializada no combate à escravidão e na reivindicação da igualdade jurídica entre os

indivíduos, criaria condições para que essa valorização se desse através da concorrência no interior de um mercado de trabalho aberto. Nas novas condições, essas categorias já possuiriam inúmeras vantagens, derivadas, sobretudo, da sua formação escolar e profissional anterior (19).

Ao que tudo indica, os republicanos baianos não desejaram uma situação de igualdade socio-econômica entre os indivíduos (20). Não aspiravam a esse tipo de igualitarismo, mas sim aquele de tipo formal, relativo a uma situação onde todos fossem igualmente detentores de direitos, e por meio do qual pudessem, como dissemos, perpetuar pela concorrência feita entre supostamente iguais, a ocupação dos lugares públicos e privados mais cobiçados na sociedade. Assim compreendemos e explicamos os limites da proposta revolucionária dos republicanos de Salvador, limites esses que são reforçados pela concepção excludente que demonstraram ter em relação à forma de participação das classes populares.

Pensamos, entretanto, que o principal elemento do radicalismo dos republicanos baianos localizou-se, sobretudo, na sua ação pelo fim do trabalho escravo. Seu abolicionismo foi mais intenso do que o seu radicalismo quanto à forma de superação da Monarquia. Já que, para nós, o fim da escravidão foi o elemento decisivo para o esgotamento da forma monárquica no Brasil, estreitamente vinculada que era, ao conteúdo escravista do Estado.

## O ABOLICIONISMO NA BAHIA

A abolição é vista habitualmente, por uma determinada corrente de interpretação, como o resultado dos esforços quase consensuais que reuniram profissionais liberais, fazendeiros progressistas, burqueses e, até mesmo o Imperador e os seus Ministros. Vejamos algumas passagens que justificam essa nossa constatação:

"O movimento abolicionista desceu, do alto para as ruas, e também subiu, do povo para o trono. Os poetas, os jornalistas, os tribunos arrastaram na sua tempestade verbal os políticos. A doutrinação abolicionista coincide com a Guerra de Secessão nos Estados Unidos; Castro Alves é o agitador; impellido pelo Imperador, escondendo-o mal, o Gabinete Rio Branco, com a lei de 28 de setembro de 1871, transiõe com os sentimentos delicados de seu tempo, libertando os nascituros'. (Formam-se organizações abolicionistas em todo o país - favorecidas, sempre que houve ensejo para isto, pelo próprio D. Pedro II: (criam-se) caixas para a alforria dos escravos; 50 mil libertações espontâneas entre 1872 e 1876'. (O Ministério Cotegipe) decretara a alforria dos escravos que atinxissem a idade de 60 anos. (A questão militar) apressou a derrocada do edificio escravista, com a formal recusa, pelos officiaes do Exército, de perseguir os negros aquilombados nas encostas do Cubatão. Cerca de 10 mil escravos fugiram das fazendas paulistas para as matas de Santos" (21).

Esse é um exemplo típico da concepção anteriormente mencionada. Para a abolição teriam concorrido os esforços de todos, inclusive, do próprio Imperador de um Estado escravista. Cotegipe, reconhecidamente um primeiro ministro repressor das lutas escravas e abolicionistas, passaria a fazer parte, nessa linha de interpretação, de um processo geral que terminou por desembocar na própria libertação dos

escravos. De acordo com o texto acima, Coteqipe parece ter feito parte dos esforços gerais pela Abolição dos escravos, desde quando realizou uma das presumíveis etapas da liberdade dos negros, que foi a aprovação da Lei dos Benfazejados.

Essa não foi, entretanto, a visão do Jornal dos Republicanos da Bahia, que interpreta a questão do abolicionismo pelo ângulo das lutas sociais, conferindo, assim, menor peso aos movimentos legais e parlamentares para a consumação da liberdade dos escravos: *"E quando esse sopro benéfico da revolução perpassava em nossas almas...em nome da regente e em nome da escravidão, o Sr. de Coteqipe perseguia e assassinava os heróis de Lubatão e ordenava a policia que se transformasse em capitão-do-mato e surrador de negros"* (22). O trabalho de Fernando Gouvea, ao fornecer informações sobre o papel de Coteqipe posteriormente a Abolição, quando assumiu uma posição de liderança aos grandes proprietários, em favor da indenização da propriedade escrava, fortalece a interpretação dos republicanos, pois coloca esse ministro baiano ao lado da trincheira em que sempre se situou, que foi a trincheira do escravismo (23).

A ideia de um Imperador abolicionista foi geralmente aceita por muitos daqueles autores que trataram da questão da Abolição. Emilia Viotti da Costa fala de Oliveira Vianna, cultivador, no plano nacional, da concepção que defende o Estado como o principal voz ditadora da mensagem abolicionista:

"Diz que o Imperador foi o grande centro irradiador das forças na aceleração da marcha abolicionista, e que contra ele tinham convergido, por isso mesmo, as investidas mais ardentes dos escravocratas. A cumplicidade da dinastia com os abolicionistas (o que sabemos hoje ser duvidosa) comprometera de maneira irremediável aos olhos da grande classe agrícola, ferida nos seus interesses mais essenciais e inteiramente abalada nos seus fundamentos econômicos, a classe fazendeira desamparou a Monarquia" (24).

João Fernandes da Cunha nos fornece a seguinte compreensão a respeito do processo abolicionista:

"Foram muitos os apaixonados espartanos daquela luta memorabilíssima, que foi sendo alcançada por etapas: proibição do tráfico negreiro; lei do ventre livre; libertação dos sexagenários e, finalmente, a Lei Áurea, que declarou extinta a escravidão no Brasil...

Figuram aí, com destaque, os nomes de Eusébio de Queirós, na proibição do tráfico negro; do Visconde do Rio Branco e do Senador Fernandes da Cunha, principais defensores da Lei do Ventre Livre; de Castro Alves, de Joaquim Nabuco e de Rui Barbosa".

Fala ainda, colocando-os em degraus inferiores, de Patrocínio, Luiz Gama, Antonio Bento, etc". (25).

Nesse quadro, que pode ser entendido como uma espécie de "versão oficial" sobre o abolicionismo, aparecem reunidos em um mesmo processo de luta, abolicionistas incondicionais e radicais como o caifaz Antonio Bento, e chefes de gabinetes conservadores, como Rio Branco, todos compondo e ilustrando a trajetória do abolicionismo. Ministros e Senadores do Império escravocrata, que apenas realizaram reformas no sentido de estancar as lutas e os clamores da sociedade, são colocados na categoria de abolicionistas, ao lado daqueles que se lançaram a atividade clandestina desorganizadora da economia através da retirada dos escravos das fazendas e do

acoitamento. atitudes estas que os fizeram sofrer a perseguição dos agentes repressivos do Estado monárquico, ao qual aqueles outros senhores serviam há várias décadas.

Vários são os escritos que escapam a essa visão benevolente para com os políticos do Império, dirigentes que foram, do Estado escravista monárquico. Como exemplo, poderemos citar o trabalho recente de Kátia Mattoso, que, analisando a vida infantil escrava, reconhece o caráter cruel da Lei do Ventre Livre.

Com a afirmação de que "até os 21 anos, são treze anos de trabalho, que nenhuma indenização oferecida pelo governo podia compensar", a autora denuncia o caráter falso dessa libertação dos filhos de escravas, nascidos a partir da Lei de 1871. Conclui afirmando que "A Lei do Ventre Livre é o triunfo das mentalidades antiquadas e perversas", estabelecendo argumentos que dificultam o enquadramento das leis de libertação parcial dos escravos, a exemplo do Ventre Livre, como parte de uma única caminhada abolicionista, de acordo com o que nos sugere a corrente interpretativa acima indicada (26).

O abolicionismo não foi, efetivamente, uma idéia e uma prática assumidas de forma tão ampla como afirmaram João Fernandes da Cunha e Pedro Calmon, dentre outros que cultivam essa posição. Também não pode ser visto como uma causa que tenha contagiado a população baiana nos anos finais do Império, como pretende Octaviano Moniz Barreto. Esse autor afirmou, quando da comemoração do Cinquentenário da

Abolição: "E, a proporção que ia se ampliando a propagação, feita aqui pela sociedade abolicionista com Frederico Araujo à frente, o espirito de piedade mais penetrava o coração das famílias baianas". Na esteira da sua compreensão sobre a abolição e os abolicionistas, declina os nomes daqueles que seriam os grandes vultos colaboradores desse processo: Nabuco de Araujo, Rio Branco, Teixeira de Freitas, Zacarias, Cotequipe, Dantas, Ferraz, Saraiva, Fernandes da Cunha, etc, fortalecendo ainda mais a nossa primeira afirmação, que diz respeito à existencia de uma concepção bastante ampla a respeito do caráter do abolicionismo na Bahia (27).

Edith Mendes da Gama e Abreu e Marieta Alves, caminharam nesse mesmo sentido. A primeira chegou a afirmar que a Abolição foi "preparada aos poucos, lentamente, através de leis sucessivas", fortalecendo a ideia de que a Abolição decorreu da iniciativa governamental. O redentorismo também evidencia-se no seu trabalho, quando diz que "Nunca umas mãos soberanas, rijaígas mãos de mulher no duolo encanto da intelligencia e da bondade, lavraram em tão concisas palavras tão soberba pagina de código, ... Patrocinio, de joelhos, na mais exoressiva postura da reverência, deslizando-se em osculos aos pés da Redentora de sua raça, na mais conovente mostra de gratidão, Izabel, radiosa, como quem fôra predestinada a cumprir no mundo uma das as missões divinas, a fazer nas aras da Patria a oferenda de seu trono a liberdade de seu povo!" (28). A segunda das autoras repete algumas passagens das palavras de Edith Abreu e relaciona

nomes de abolicionistas e de seus jornais, sem nos fornecer efetivas novidades factuais ou interpretativas (29).

A visão apresentada por Octaviano Moniz Barreto, de que "os corações das famílias baianas" eram penetrados pelo espírito de piedade, parece não poder sustentar-se muito bem, diante de algumas informações. A primeira delas retiramos da história-testemunho de Luis Anselmo da Fonseca, que afirmou:

"Outras sociedades emancipadoras têm havido na Bahia, todas com pessoal muito pouco numeroso, todas de duração muito efêmera e de ação muito limitada... Atualmente existem além da Abolicionista Baiana, mais algumas em condições idênticas, isto é, pequenas, "pouco animadas, sem vigor e quase sem ação e nem efeitos ... Tais sociedades entre nós, depois de uma existência curta, entanquecem, definham e morrem, sem ter conseguido exercer a menor influencia sobre a população - habituada ao repouso e à indiferença. Assim, se lançássemos algumas esferas de metal incandescentes na superfície de um mar gelado, observaríamos que em poucos instantes elas teriam perdido todo o seu calor, sem terem, entretanto, conseguido aumentar a temperatura da mole friquida, muito menos fluidificá-la e torná-la capaz de movimentos. Quando muito, cada esfera transitoriamente fundiria as glaciais moleculares com que se pusesse em contato, as quais sem demora voltando ao primitivo estado de solidez, a circunscreveriam e a prenderiam em sua imobilidade" (30).

Uma segunda voz a negar a interpretação sobre o consenso baiano em torno da abolição é um documento da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, que nos traz a informação de que grande parte da arrecadação financeira da Sociedade era proveniente de um imposto Provincial destinado às alforrias e a outras despesas (31).

Há queixas quanto ao decréscimo das contribuições

voluntárias, em forma de donativos, ofertas e mensalidades dos sócios:

"Outras desapareceram completamente, por ter o publico deixado de concorrer para ellas, como - produto de concertos no Passeio Público - e - beneficios ... Forcoso é, porém, confessar a V. Exa. que é ainda tão apoucado entre nós o espirito de associação, que muitas pessoas, até ilustradas e de posição, para negarem-se ao pagamento das mensalidades, não hesitaram em declarar ao cobrador da Sociedade que a ella não pertenciam, apesar de haverem-se inscrito como socios por seu proprio punho ... Agora mesmo, não pequeno numero de sócios, nas mesmas condições, têm-se despedido, pretextando que, depois da lei de 28 de setembro último, tornaram-se desnecessárias as Sociedades Abolicionistas" (32).

A argumentação de que lancamos mão tem o intuito de questionar as concepções estabelecidas na historiografia baiana, que localizam o abolicionismo muito mais no aparelho de Estado, a partir das acções dos Ministros e Senadores, do que em um movimento externo a esse mesmo Estado. Essa luta não foi assumida por nenhuma tração de classe dominante em nenhuma parte do país, constatação esta que fazemos também, a partir dos dados de pesquisa, para a Província da Bahia. E assim como não ocorreu para o movimento abolicionista, também não se deu no movimento republicano (33).

Finalmente, queremos enfatizar que grande parte do que se chama habitualmente de abolicionismo, deve ser compreendido como emancipacionismo, deixando a primeira caracterização apenas para certas mobilizações possíveis durante a década de 1880 quando, efetivamente, desenvolveu-se uma postura abolicionista no plano nacional. Essa postura implicava na libertação definitiva, incondicional e sem

indenização de todos os escravos que restavam no território brasileiro.

No emancipacionismo, que percorre as décadas de 1860 e 1870, parece ter prevalecido uma tática baseada na arrecadação de fundos e nas alforrias, o que pode ser notado, para o caso da Bahia, a partir dos relatórios da própria Sociedade Sete de Setembro. A comunicação acima referida, feita por essa Sociedade ao Presidente da Província, a partir de solicitação deste, dá conta dos resultados dos seus trabalhos. Em 2 anos e 5 meses, 191 títulos de alforria, sendo: 147 mulheres, 44 homens: 109 menores e 82 maiores de 12 anos. Dos 191, 71 foram dados gratuitamente pelos libertantes, que se tornaram sócios benemeritos: 120 foram comprados, perfazendo um gasto total de 37 contos e 354 mil-réis (34). As indicações gerais dão conta de que essas alforrias entram em declínio após a Lei do Ventre Livre, que teve o papel de criar a ilusão da superação do sistema escravo dentro de poucos anos após a sua promulgação.

A década de 1880 constituiu-se no momento mais extremo do abolicionismo, malgrado a permanência da prática da arrecadação de dinheiro para a alforria. As províncias do Sul foram aquelas que tiveram uma prática abolicionista mais acentuada. São conhecidas a prática dos caifazes, em São Paulo, a do grupo liderado por Carlos de Lacerda, em Campos, além daquela do Clube do Cupim, na Província de Pernambuco (35).

Na Bahia, há algumas poucas indicações das atividades abolicionistas na década de 1880. Luis Anselmo da Fonseca é quem nos fornece ainda o maior volume de informações, fazendo-se ainda necessário um trabalho de pesquisa sobre este importante tema. Pudemos vislumbrar, ainda assim, que um movimento de natureza abolicionista existiu no decorrer desse período. Um dos sinais da ocorrência de atitudes propriamente abolicionistas na Bahia pode ser dado pela informação de Luis Anselmo sobre a existência de um clube abolicionista denominado Clube Carijó, na cidade de Cachoeira, e que ter-se-ia envolvido em episódios de acoltamento de escravos fugidos daquela cidade (36). O Clube recebeu o nome de um abolicionista, e também republicano, atuante nos anos de 1880, sobre quem nos revela a redação de uma revista: "Espírito de combatividade, prestou, porém, valiosos serviços à causa da abolição quer na imprensa, juntamente com Pamphilo da Santa Cruz e Frederico Lisboa, na redação da Gazeta da Tarde, quer na tribuna popular, onde mais de uma vez arriscou a vida em defesa dos cativos, chegado depois de 1851". Carijó assumiu uma atividade semelhante àquela que Luiz Gama assumira em São Paulo até a sua morte em 1882. (37).

Uma tentativa de ação mais ousada dos abolicionistas pode ser detectada através de uma informação de Braz do Amaral, ação esta que faria o abolicionismo baiano ultrapassar os limites de moderação e legalismo com que foi habitualmente descrito.

Braz do Amaral fala de Cosme Moreira:

"Conheci-o quando ambos estudantes de medicina, nos dias em que eu e os outros, alguns dos quais ainda aqui estão e pertencem até ao nosso orémio, tentávamos, nos deslumbramentos da propaganda abolicionista, extirpar ou limpar de escravos a praça onde se achava o edifício da Faculdade. Foi uma tentativa abortada pela impossibilidade de ser sustentada, graças as contingências do meio. Cosme Moreira, com a expansibilidade arrojada de sua natureza ativa foi um dos mais atrevidos sectários dessa idéia que esteve quase a ser posta em execução" (38).

Pensamos aqui em examinar, principalmente, a postura abolicionista presente nesta última década do império, de um abolicionismo que, mesmo eventualmente apoiando iniciativas como a do Gabinete Dantas, de liberdade parcial, realizou uma atividade de propaganda de caráter militante, pela imprensa ou pelas vias legais, não descartando a possibilidade de terem ocorrido atos de natureza mais radical, que implicassem, efetivamente na evasão de escravos, transferência de local, acotamento, etc. conclusões que não constavam dos nossos objetivos neste trabalho de pesquisa.

Foi a esse movimento abolicionista militante, exterior ao Estado, que estiveram ligados os republicanos da Bahia. Esta conclusão se baseia na identificação da presença simultânea de diversos militantes nos dois movimentos, e também na análise do próprio discurso dos republicanos, presente nas páginas dos orações em que isso se fez possível.

## A CONTINUIDADE ENTRE ABOLICIONISMO E REPUBLICANISMO

Os republicanos de Salvador, de acordo com todas as evidências apresentadas pela fontes, situaram-se no campo político do abolicionismo. Não encontramos em nenhum dos documentos consultados no decorrer do trabalho de pesquisa, qualquer referencia que estabelecesse uma ligação dos republicanos com a escravidão. Ao contrário, são abundantes os momentos reveladores de que o abolicionismo foi o campo político no qual os mesmos se situaram, no interior da luta mais importante e definidora para a passagem a forma republicana de governo. Diferentemente dos movimentos de São Paulo e Minas Gerais, o republicanismo da Bahia foi francamente favorável ao fim do regime de trabalho escravo.

Em alguns momentos, pudemos perceber o aparecimento de acusações de que os republicanos eram "despeitados" ou "republicanos de 14 de maio", e, além disso, favoráveis à indenização dos escravos libertados com a lei de maio de 1888. Na coluna "A Fediço", do DIÁRIO DO POVO, sob o pseudônimo de Arara, um provável membro do Clube Republicano Federal criticou ferozmente a GAZETA DA TARDE que teria defendido a idéia de que os republicanos eram um produto do dia 14 de maio. Defendeu a honra dos membros do Partido Republicano, devolvendo ainda a pecha de "especuladores" para aqueles que passaram a lucrar com a organização da "netanda e miserável Guarda Negra", dando os seus nomes em

seguida. Acusou, então, José do Patrocínio, Antonio Bento e os seus imitadores na Bahia, "que vivem à custa do tesouro Nacional". Saber-se-ia quando do massacre do Taboão, que o proprietário da GAZETA DA TARDE, Pamphilo da Santa Cruz, teve uma destacada participação na organização da Guarda Negra na Bahia (39).

Em uma outra edição, Virgílio de Lemos, respondendo as acusações da "GAZETA" de que os republicanos seriam "aventureiros" e "escravistas", escreve: "Combata-nos a GAZETA DA TARDE, mas combata-nos de frente, com lealdade, com a sua antiga lealdade, quando defendia a santa causa do abolicionismo". E passa a exigir que o Jornal de Pamphilo da Santa Cruz indique a "indignação pública" os nomes dos republicanos que eram aventureiros e escravistas (40). Por alguns dias permaneceu a exigência no ar, e, pelo que o andamento da polémica indica, A GAZETA DA TARDE não avançou no processo de acusação que iniciara.

No decorrer da polémica travada com a GAZETA DA TARDE, Virgílio de Lemos, que era um nítido representante da ala moderada do republicanismo, defendeu as razões pelas quais o abolicionismo foi a luta principal em um determinado momento, não se atribuindo, portanto, prioridade à causa republicana:

"Dentre estas forças simultaneas que trabalhavam o caráter nacional, preponderou com mais tenacidade a que resistia à instituição escrava.

É que no paralelogramo destas forças, o abolicionismo tomou a direção da diagonal. E todas as demais serviram, consciente ou inconscientemente a

causa sacratíssima do escravo. Era justo e nem podia deixar de ser assim ... Foi abolida a escravidão! E a luta pelo direito continua impávida. Lutemos, pois ... Deixemo-nos de lamentos e preparemo-nos para a grande reforma" (41).

Mirgílio de Lemos deu prosseguimento a sua ideia de que os republicanos baianos não eram escravistas, justificando que a grande luta anterior, na qual todos se envolveram, fora a da Abolição e que, assim sendo, não houve espaços para que se desenvolvesse a luta pela República. Além disso, apontou um caminho importante para o entendimento da interligação entre as lutas abolicionista e republicana. Dera-se prioridade à Abolição e, após a sua ocorrência, a luta pelo direito deveria ter seqüência. Ao final de sua fala demonstra possuir uma significativa compreensão de que um processo estava em curso, começado pela abolição e que terminaria com a República.

Essa discussão sobre o suposto "escravismo e indenizismo" dos republicanos baianos, nascera das acusações comprováveis a respeito do escravismo de setores do movimento republicano, dentre os quais destacamos aqueles predominantes, nas províncias de São Paulo e de Minas Gerais (42). Cosme Moreira teve algum trabalho em responder às acusações de escravismo feitas em relação aos membros do Clube Republicano Federal:

"Desneitados, nós, que sabíamos que a escravidão era o mais forte obstáculo à propagação das nossas idéias, que sabíamos que assim como a escravidão aniquila o caráter no escravo, também mata o estímulo daqueles que com eles convivem, nós que dizíamos sempre que, a abolição da escravidão seguir-se-ia, em período muito curto, a concretização de todas as forças democráticas, que

achavam-se, umas desviadas em combater a escravidão, outras esterilizadas e improdutivas por muitos e variados motivos?" (43).

Tudo indica que a maioria das tentativas de desmoralização dos republicanos partiu de A GAZETA DA TARDE. O seu proprietário, reconhecido por Virgílio de Lemos como um ex-republicano declarado, fundador de um clube republicano em 1878, adotara a política de entregar os méritos da luta abolicionista a Princesa, contribuindo, como fizeram Patrocínio e Antônio Bento, para o fortalecimento da possibilidade do Terceiro Reinado (44).

A nova orientação de A GAZETA DA TARDE, a partir de maio de 1888, passou a reger todo um processo de acusações, visando atingir, exatamente, os mais ativos republicanos da Província, como foi o caso, por exemplo, do nome de Cosme Moreira de Almeida. Este, em nota do dia 2 de abril de 1889, rebateu uma acusação de A GAZETA DA TARDE, que o acusara de não realizar uma conferência de natureza abolicionista devido a conselhos de parentes que eram donos de engenhos e escravistas. Cosme Moreira reafirmou o seu republicanismo e abolicionismo, lembrando ter sido membro da Sociedade Libertadora aos 16 anos de idade e negando a acusação feita pela GAZETA afirmando que o seu redator, Pamphilo da Santa Cruz, fora um dos que o apoiaram quando pôs em apreciação uma proposta de não fazer a referida conferência, por motivos de natureza particular, diferentes, portanto, daqueles anunciados pelo redator do jornal A GAZETA DA TARDE (45).

Os republicanos baianos buscaram, durante todo o pro-

cesso de discussão política, combater a versão de que a abolição fora uma concessão ou conquista da Coroa. Combateram, assim, o mito da Redentora e reafirmaram o caráter de luta popular do abolicionismo. Em um artigo, Cosme Moreira afirma:

"é preciso dizer a verdade, não mentir ao povo, dizer aos ex-escravos que quem os libertou foi o esforço heroico, magnânimo dos abolicionistas, a bondade natural dos ex-proprietários; é preciso dizer-lhes que quem os redimiu foi a sua própria coragem não querendo mais o cativo injusto; foram eles mesmos que secundaram a ação popular abandonando o eito donde por tanto tempo viveram e sofreram" (46).

A compreensão de Cosme Moreira é de que a principal tarefa abolicionista foi realizada pelo povo, conjunto do qual são excluídos, pelo autor, os próprios escravos. Estes, na sua visão, secundaram a ação do povo, ao abandonarem os locais onde viviam. Sustenta ainda, como um dos fatores para a abolição, "a bondade natural dos ex-proprietários", apresentando, assim, um elemento contraditório do seu pensamento político, o que pode contribuir para que se compreenda a libertação dos escravos com uma certa concessão dos próprios escravistas.

Entendemos, no entanto, que a expressão acima refere-se a ações isoladas de determinados ex-proprietários, aqueles que, por razões particulares, abriram mão de suas propriedades humanas. O militante republicano não parece referir-se ao conjunto dos ex-proprietários de escravos, pois se assim fosse, estaria tornando inválidas as informações seguintes do seu próprio discurso, as quais ele considera como as mais

determinantes. "É preciso dizer-lhes que quem os redimiu foi a sua própria coragem, não querendo mais o cativeiro injusto". A idéia de abandono do "eito aonde por tanto tempo viveram e sofreram", choca-se frontalmente com aquela que considera a liberdade como uma concessão dos ex-proprietários. Contudo, pensamos que subsiste uma certa contradição no interior desse pensamento que, mesmo possuindo características dominantes, não pode ser considerado como monolítico, nem mesmo no plano do pensamento individual.

Além dos artigos que se propõem a questionar a Abolição da Escravatura como uma concessão, são várias as notas transcritas em A REPUBLICA FEDERAL, que dão conta da ocorrência de "reuniões de homens de cor", em algumas províncias. Estas notas trazem, invariavelmente, uma opinião de que a Abolição foi uma efetiva conquista popular, do abolicionismo, da luta de escravos e ex-escravos. Numa destas notas, intitulada "*Importantíssima reunião de homens de cor na provincia de São Paulo*", enõde-se que a mesma contou com a presença de 300 homens de cor: que reclamaram a abolição como uma obra realizada pelos esforços populares e condenaram o aliciamento de libertos para a formação da Guarda Negra. A reunião contou com a participação de Quintino de Lacerda, um dos organizadores do quilombo de Jabaguara, que teria salientado: "A monarquia, nos devemos a conservação da escravidão por três seculos: devemos-lhe as balas com que ela mandou espingardear alguns aqui presentes na celebre jornada do Cubatão. Nós nos fizemos livres.

auxiliados pelo povo que nos sustentava contra as torças do governo" (47).

Essas reuniões tinham a função, ao que parece, de tentar evitar a influência do governo monárquico sobre relativa parte dos libertos, que acreditavam na atitude benevolente da Princesa, ao conceder-lhes a libertação. Os republicanos da Bahia, ao reproduzirem essas vozes, tinham o objetivo de fortalecer o argumento a respeito da íntima relação existente entre a escravidão e o regime monárquico, justificando assim, a continuidade da sua luta democrática para derrotar a Monarquia.

É importante lembrar aqui certas personalidades da luta abolicionista na Bahia, sobretudo aquelas que assumiram também a luta pela República, já que seus nomes revelam a ligação que houve entre a luta abolicionista e o republicanismo.

Em 1852, a Sociedade 2 de Julho foi fundada por estudantes da Faculdade de Medicina, estando entre eles Virgílio Damázio, um destacado republicano da linha moderada dos anos 1880. Frederico Lisboa, médico e republicano com atuação sobretudo na década de 1870, foi um dos sócios da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, que atuou entre 1869 e 1878. Da Sociedade Libertadora Baiana, de 1883, foram fundadores Eduardo Carigé, advogado republicano, Frederico Lisboa e Pamphilo da Santa Cruz, todos com efetiva ligação com o republicanismo. O próprio jornal A GAZETA DA TARDE, segundo as informações de Virgílio de Lemos, foi um Jornal

de tendências republicanas, durante a década de 1880 (48). Em 6 de julho de 1881, em uma comemoração feita pelos abolicionistas em homenagem a Castro Alves, a mesa diretora foi composta por Virgílio Damázio, Frederico Lisboa, Dr. Aquino Fonseca, Dr. Arthur Americano, dentre outros, sendo que, pelo menos, os três primeiros pertenceram aos quadros republicanos (49).

Podemos ainda citar outros nomes importantes como o do próprio Cosme Moreira de Almeida, republicano dirigente do processo de 1888-1889, que foi membro da Sociedade Libertadora Baiana desde 1883, aos 16 anos de idade e o de Manoel Querino, que segundo seu biógrafo, foi um dos abolicionistas que participavam das reuniões da GAZETA DA TARDE, ao lado de Luis Anselmo da Fonseca, Frederico Lisboa, o estudante Brício Filho, Cosme Moreira, prof. Austrícliano Filho, jornalista Raimundo Bizarria, Lellis Fiedade, negociante Luis Barreto e proprietário Antônio Pereira de Araujo, muitos deles defensores da República (50).

Manoel Querino escreveu na GAZETA DA TARDE e era adepto do republicanismo como muitos desses relacionados acima. Segundo José Teixeira Barros, Querino teve seu nome indicado para candidato republicano nas eleições do ano de 1878 (51). Um outro nome de republicano abolicionista foi o de Salustiano Pedro, homenageado no discurso de Virgílio de Lemos em comemoração ao primeiro aniversário da Abolição, no auditório do Politeama Baiano (52).

Falamos de antigos e de novos republicanos. Outros

nomes existiram, mas o que nos interessa, sobretudo, é demonstrar nesta etapa, a proximidade, a íntima relação entre as bandeiras da Abolição da escravatura e da República na Bahia. Fazemos a ressalva de que nem todos os abolicionistas foram republicanos, e também de que o conjunto dos republicanos baianos esteve contido no interior do universo dos abolicionistas.

É preciso também ter em mente que nem todos os abolicionistas eram abolicionistas incondicionais e, assim sendo, não ultrapassaram os limites de um ténue emancipacionismo. No início, quando da fundação das primeiras sociedades, nas décadas de 1860 e 1870, o que prevalecia era o emancipacionismo e a prática da alforria, a partir da arrecadação de contribuições financeiras. Como já dissemos, o abolicionismo foi uma realidade política da década de 1880, embora, então, tenha continuado a existir a prática da libertação de escravos pela compra.

Houve na Bahia, enfim, uma relativa identidade entre os grupos políticos que se dedicaram ao abolicionismo e aqueles que encamparam a luta republicana. Poderíamos até afirmar, à primeira vista, que o grupo republicano esteve contido no interior do abolicionismo. No entanto, apenas uma parte do conjunto abolicionista deu continuidade à luta pela conquista de uma nova situação política que viesse a garantir e sedimentar o nivelamento civil entre os indivíduos, imposição prática do término da escravidão. Diferentemente de algumas outras partes do país, na Bahia verificou-se essa

continuidade, possível, sobretudo, por se tratarem de contingentes sociais inseridos em uma mesma perspectiva de formação de classe. Grande parte dos abolicionistas baianos deu continuidade à luta democrática que já vinham realizando, levando adiante, com prioridade, a luta seqüencial pela instauração da República.

Adiante procuraremos explicitar a existência de uma certa consciência no movimento republicano baiano a respeito da tarefa política que, para eles, estava colocada. Essa proposta esteve intimamente ligada à intenção de destruir também a estrutura monárquica, que se constituiu, ao longo de pelo menos 66 anos, no arcabouço político de sustentação da escravidão. Tentaremos demonstrar que existiu uma consciência a respeito da continuidade entre o momento histórico da Abolição da escravatura e o da instauração da República, como um processo único pela conquista da democracia.

Em dezembro de 1888, em artigo sem assinatura, A REPÚBLICA FEDERAL deixa bastante clara essa concepção. Impossível de desenvolver-se nas cabeças de lideranças escravistas, ou de republicanos de 14 de maio (50):

"...A consciência nacional, preocupada algum tempo com a ingente questão do elemento servil, volta agora com entusiasmo e dedicação, à não menos importante questão do elemento monárquico.

Refleti bem, e vereis que o problema a resolver é semelhante. A monarquia é o complemento da escravidão. O que era a escravidão na esfera civil, é a monarquia na esfera política.

O escravo era um irmão nosso a quem se havia expoliado em seus direitos; a monarquia é um intruso que com habilidade maquiavélica investiu-se

de certos privilégios com detrimento da dignidade alheia.

A abolição de uma coisa implica a abolição de outra. E tanta certeza tinha disto a monarquia que, enquanto pôde, manteve a instituição negra, sua digna irmã mais velha.

Enquanto pôde resistir a consciencia nacional, resistiu. Quando, porém, conheceu que o mar do abolicionismo subia e ameaçava tragar a escravidão, a monarquia, com pasmosa sans facon, deitou-a ao mar, e começou a farsa ridícula de abolicionista e redentora" (54).

É bem certo que essa interpretação da história e da sociedade constituiu-se como uma visão pertencente a um contingente social de pequena dimensão. Era a visão de uma minoria que, talvez fosse a única parcela da sociedade soteropolitana capaz de possuí-la. Fazendeiros escravistas e certa parte dos libertos reconheceram na Monarquia o agente libertador dos escravos, a autora principal da Abolição (55). A concepção republicana ora discutida, foi possível, então, apenas para uma parcela ainda pequena da sociedade baiana, o que pode ser um componente explicativo das limitações da própria luta abolicionista, assim como da republicana (Vide Capítulo III).

Esta outra posição do Jornal republicano vem fortalecer ainda mais a nossa interpretação:

"Do que temos dito, está demonstrado que a agitação ativa contra o terceiro reinado é anterior à abolição da escravatura.

Agora que mais forte se manifestasse esse movimento nada mais natural: a escravidão e o trono viviam unidos, ambas as instituições anacrônicas no estado da nossa civilização, sustentando-se mutuamente, e, na frase do Sr. Joaquim Nabuco *'se viviam para nos infelicitar'*: o desaparecimento de uma traz necessariamente a morte da outra.

U que não compreendemos é a posição de alguns abolicionistas que de olhos em tace do trono, beijam a fimbria do manto imperial, aplaudem isa-

bel a redentora, negam o seu trabalho, o seu esforço, o lutar tenaz e constante e entregam como dádiva ao trono uma conquista que é deles, que é nossa, republicana, também do povo, dos ex-escravos...

É quando esse belíssimo e patriótico movimento provava que a selva vital ainda não estava entranquecida em nossos animos... governava em nome da Regente, o Sr. Barão de Cotegipe; e quando esse sopro benéfico da revolução perpassava em nossas almas... em nome da Regente e em nome da escravidão o Sr. de Cotegipe perseguia e assassinava os heróis de Cubatão e ordenava a polícia que se transformasse em capitão-do-mato e surrador de negros..." (36).

A ideia da intimidade existente entre Monarquia e escravidão, encontra-se também presente no trecho seguinte, que remete a origem dessa união ao processo de Independência:

"Era de prever-se que, extinta a escravidão, crescesse o movimento democrático, e se engrossassem as fileiras republicanas: ou porque foi ela a causa de não ter-se constituído desde logo em estado Republicano o país, ao separar-se da metrópole: ou porque rompia-se o tácito convenio que se presume houvesse entre os possuidores dos escravizados e os propugnadores pela independência do Brasil sob a atual forma monárquica" (57).

Acompanhando a trajetória dos principais abolicionistas, A REPUBLICA FEDERAL critica ou elogia as suas atitudes em relação ao republicanismo. Apareceram, em suas páginas, críticas a José do Patrocínio, a Antônio Bento e a Joaquim Nabuco, líderes abolicionistas que declararam apoio à Monarquia após o 13 de maio, passando a cultivar a ideia do redentorismo e, no caso dos dois primeiros, pesa também a acusação de trabalharem pela organização da Guarda Negra. Nas páginas do Jornal, aparecem também os elogios àqueles abolicionistas que encampam a luta republicana, qual foi o

caso de Carlos de Lacerda, abolicionista radical da cidade de Campos, demonstrando uma vez mais a presença da compreensão de que Abolição e República faziam parte de um mesmo e único processo:

"Adesão esplêndida.

A adesão de Carlos de Lacerda é ainda um protesto contra abolicionistas organizadores da Guarda Negra, porque ele, sem contestação, o mais denodado entre todos, unindo a ação à palavra, vem tratar da abolição do todo, depois de ter contribuído para uma parte.

Questão de coerência no republicano de hoje com o abolicionista de ontem" (58).

A interpretação do caráter escravista da Monarquia, argumento essencial para a delimitação dos campos políticos no período em que se desenrolou a luta dos republicanos, evidenciou-se com certa clareza no decorrer das edições do seu jornal, como na passagem que segue:

"O partido republicano é quase na totalidade formado de abolicionistas, e estes que, durante o reinado que patrocinou a escravidão, que era um crime, tiveram a coragem cívica de lutar e vencer, não se haveriam de manchar, praticando um ato odioso e torpe, se se pudesse admitir possível a reescravização" (59).

Em outro momento: "A prova aí está: o que mantinha como único sustentáculo a coroa, era a escravidão!... Desapareceu a escravidão, a coroa há de desaparecer também" (60).

Nas palavras de Virgílio de Lemos, em discurso realizado no dia 13 de maio de 1884, no Foliteama Bahiano, mais uma vez a presença da compreensão da continuidade entre as duas lutas, abolicionista e republicana. Disse:

"Agora respondi-me francamente se haverá nesse imenso imenso auditório, um ente bastante vil que empalme a navalha homicida, a carabina de

terror contra os seus irmãos republicanos. os legítimos seguidores das tradições abolicionistas?".

Fecha o seu discurso como abrija, pronunciando as palavras do republicano-abolicionista Salustiano Pedro, afirmando: "Seja o 13 de maio o início das aspirações democráticas", demonstrando a percepção clara da existência, aos olhos dos republicanos, de uma relação íntima e continuidade fundamental entre as duas lutas principais do final do Império, a abolicionista e a republicana (61).

Identificamos ainda duas importantes situações em que se evidencia a consciência desse grupo abolicionista-republicano: a primeira sob forma poética, dirigida aos libertos, clama para que eles continuem a luta ao lado dos antigos abolicionistas, agora republicanos e faz uma crítica direta e dura aos mesmos por assumirem a defesa da Monarquia, atacando os republicanos na praça pública, sob a face de guardas negros da Princesa Imperial; a segunda, um discurso de Eduardo Caride, um dos mais atuantes abolicionistas da Bahia, indicando para os libertos a necessidade de continuarem a luta que foi iniciada com as tarefas da Abolição. Vejamos a primeira dessas manifestações:

"E o povo batalhou em prol do grande dia,  
Cheio da mais sublime e nobre aspiração'  
- Talvez do labirinto a imprensa o conduzia,  
Como um guia conduz o cego pela mão...

Libertos! não deveis a vossa liberdade  
A quem dela a principio instituiu-se dono!  
Tudo deveis a imprensa e nada à majestade  
Tudo ao povo deveis, nada deveis ao trono!

Inoratos sois, no entanto! O deserdada raça!  
 Apenas dos grilhões desamarrada, exanque.  
 Levantai-vos feroz e apedrejais na praça  
 Aquele que por vós daria o próprio sangue

Agora defendeis inconscientemente  
 Da vossa liberdade os rispídos oiratas!  
 É o braço alevantais armado, de repente,  
 Contra as nobres e sãs idéias democratás! (62).

Eduardo Carigé, um dos mais ativos militantes do abolicionismo na década de 1880, participante da luta republicana ainda nos anos finais do Império, dirige-se aos libertos, conclamando-os a continuidade de uma luta que, ao que parece, não era do interesse deles. A luta pela República separou os aliados temporários da luta anterior pela Abolição.

"Quando envolvi-me na propaganda abolicionista, cumpro o meu dever de brasileiro.

Em prol da libertação das vítimas do eito, consagrei o meu tempo, dia e noite, sem cessar, resignado a sofrer até a própria morte.

Na imprensa, nos *meetings*, nos tribunais, devotei aos libertos de hoje toda a minha atividade, toda a minha dedicação, todo o meu patriotismo, toda a minha coragem e nada lhes pedi em recompensa, contentando-me com os aplausos da minha consciência.

Com a vitória da grande causa, completa não estava a minha missão.

Quem combateu pela liberdade dos negros, deve combater pela liberdade dos brancos.

Quem tratou de abolir a escravidão, deve combater pela abolição dos preconceitos; o contrário é ser apóstata.

Filiando-me à propaganda republicana, cumpro, o meu dever de patriota.

Us louros da vitória narcotizaram alguns espíritos que, ao despertar, toram genuflexos deor as flores e as grinaldas nos deoraus do trono.

Eu, ao contrário, abraçando os libertos, aplaudo a atitude que assumiram e me identifico com o povo - os fatores do abolicionismo.

Aos heróis de Cubatão deve-se a abolição, nunca ao imperialismo.

Se a República fosse contra os libertos não

me abrigaria sob a sua sombra, porque seria trair o meu passado e poluir o meu nome...

Enquanto o governo aponta aos libertos o recrutamento, eu ensino-lhes a escola, enquanto o ministério, fundando a guarda negra, divide as raças, eu quero fundar a guarda cívica, que as consorcia pelos princípios da fraternidade, pelos dogmas da igualdade...

A Monarquia nada devo, ao ministério muito menos. Aquela sustentou a escravidão durante 65 anos e só recuou quando viu perdida a causa do mal e do crime em que se sustentava...

Quem usa desta linguagem nada teme, e tem confiança em seus concidadãos, que vivem a morrer de fome por falta de trabalho, sem liberdade de voto, sem instrução, sem garantias...

São estas as palavras que eu devo dirigir aos libertos, que nada tem que agradecer-me, mas que são obrigados a construir uma pátria que nos eleve, que se torne digna de nós, sob pena de no futuro mostrarem-se indignos de si, por terem cercado a liberdade aos pés do imperialismo que os deprime por um suposto sentimento de gratidão que não é outro senão o do aviltamento" (63).

Essa percepção de continuidade e, para nós, um dado substancial da trajetória dos abolicionistas-republicanos de Salvador e os atasta da perspectiva política dos escravocratas-republicanos das Províncias de São Paulo e Minas Gerais. Por adotarmos a interpretação de que a luta abolicionista e a própria Abolição da escravatura constituíram-se nos mais fortes condicionantes para a queda do regime monárquico, afirmamos que o grupo abolicionista-republicano de Salvador liou-se de maneira mais firme ao leito político responsável pelo fim da Monarquia do que aqueles atores que organizaram o golpe de estado de 15 de novembro. A Proclamação concreta da República aconteceu em um momento em que a Monarquia era já um regime sem sentido social, desde quando o abolicionismo, conjuado à luta escrava, havia já precipitado o seu fim.

## NOTAS

- (1) LASALECCHI, J. E. *PRP. Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo, Brasiliense, 1987. pp. 33/4.
- (2) Idem. *ibidem*. p. 34.
- (3) Sobre o movimento republicano nacional v. a bibliografia discutida por COSIA, Emilia Viotti da. "Sobre as Uricens da República" e "A Proclamação da República". *Da Honarouia à República. Momentos Decisivos*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- (4) ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 46-47.
- (5) Para uma análise do sistema representativo no Império v. LESSA, Renato. *A Invenção Republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. São Paulo: Vértice/RT. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. p. 23-48.
- (6) A REPÚBLICA FEDERAL Nos. 7 a 10. Agosto a setembro de 1888.
- (7) A REPÚBLICA FEDERAL, n. 29, de 13/01/1889. p. 1. Artigo assinado com o pseudônimo de Fabricius.
- (8) A REPÚBLICA FEDERAL, n. 40, de 2/04/1889. p. 1.
- (9) A REPÚBLICA FEDERAL, n. 7, de 12/08/1888. p. 1.
- (10) A REPÚBLICA FEDERAL, n. 11, de 7/09/1888. p. 2.
- (11) A REPÚBLICA FEDERAL, n. 16, de 14/08/1888. p. 1.
- (12) A REPÚBLICA FEDERAL, n. 20, de 11/11/1888. p. 1.

- (13) A REPÚBLICA FEDERAL. n. 40. de 2/04/1889. p. 1.
- (14) A REPUBLICA FEDERAL. n. 43. de 28/04/1889. p. 1.
- (15) Anibal Falcão, pernambucano e adepto da linha exaltada de Silva Jardim, enviou para Virgílio Damázio, o seguinte telegrama:
- "Rio. 13. 1888. 1:20 H
- Destinatário: Doutor Virgílio Damázio/ Bahia
- Prepare Meeting Jardim ai quinze reponda"
- Arquivo do IGHB. pasta 32, documento 4.
- (16) A REPUBLICA FEDERAL. n. 46. de 27/05/1889. p. 2.
- (17) Não temos uma comprovação final sobre a ausência de qualquer identidade de nomes entre as listas de sócios e de frequentadores das assembleias da Associação Comercial da Bahia e a do manifesto de caixeiros e comerciantes, lançado após os episódios do dia 15 de junho de 1889 no Taboão. No entanto, é bastante conhecido o secular comprometimento do grande comércio da Bahia com o regime monárquico, por todo o século XIX.
- (18) V. SAES, Décio. *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- (19) ADDORNO, S. op. cit. p. 99. Neste trabalho o autor fala de determinadas "transformações que se operavam na sociedade brasileira, sobretudo a lenta e penosa superação do escravismo e a emergência da ordem social competitiva, reclamavam solução de ordem prática", dando-nos conta do desenvolvimento de um mercado de trabalho livre.
- (20) Landulpho Machado de Macalhães, estudante republicano, em conferência realizada em dezembro de 1888, afirmou que a "democracia rural não tem ainda oportunidade", pois "não falta terra a ninguém". E ainda: "O socialismo é irrealizável no estado atual da civilização". São posições contrárias às bandeiras igualitárias do ponto de vista econômico-social. Pouquíssimos foram os espaços dedicados a essas questões pelos republicanos. Quando foram tratadas, sofreram o tipo de recusa presente nas duas citações acima.

- (21) CALMON, Pedro. Apud MARINHO, Josaphat. A Unidade do Abolicionismo. *Rev. do IGHB* n. 89. Salvador. 1991. p. 120.
- (22) A REPUBLICA FEDERAL, n. 31. de 28/01/1889. p. 1.
- (23) GOUVEA, Fernando da Cruz. *Abolição: A Liberdade veio do Norte*. Pernambuco. Ed. Massangana. 1988. p. 241-249.
- (24) COSTA, E. V. da. op. cit. p. 298.
- (25) CUNHA, João Fernandes da. No Centenário da Abolição. *Rev. do IGHB* n. 89. Salvador. 1991. p. 105-116.
- (26) MATTOSO, Maria de Queirós. "O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)". *Revista Brasileira de História* n. 16 (Escravidão). ANPUH/ Marco Zero. 1988. p. 37-55.
- (27) BARRETO, Octaviano Moniz. "Discurso na Sessão Magna Comemorativa do Cinquentenário da Abolição". *Rev. do IGHB* n. 65. 1938. p. 489.
- (28) ABREU, Edith Mendes da Gama. "A Abolição e a República". *Rev. do IGHB* n. 67. Salvador. 1941. p. 152-166.
- (29) ALVES, Marieta. A Escravidão e a campanha Abolicionista. *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia* n. 45. Salvador. 1981. p. 221-242.
- (30) FONSECA, Luis Anselmo da Fonseca. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Pernambuco. Ed. Massangana. 2. Ed. fac-similar. 1988. p. 254-285.
- (31) Lei Provincial n. 1131, de 17/06/1870.
- (32) Relatório da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, assinado por José Luiz de Almeida Couto em 15/02/1872 e enviado ao Presidente da Província da Bahia. Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Colonial e Provincial. maco 6178.

- (33) V. GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Atica, 4. Ed., 1985. Adendo: *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo, Atica, 1990. Cap. 9. pp. 103 e seqs.; e CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil (1850-1888)*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2. Ed. 1978.
- (34) Relatório da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, assinado por José Luiz de Almeida Couto em 15/02/1872 e enviado ao Presidente da Província da Bahia. Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maco 6178.
- (35) SILVA, Leonardo Dantas. *A Abolição em Pernambuco*. Pernambuco, Ed. Massangana, 1988. p. 25.
- (36) Fonseca, L. A. da. op. cit. p. 337-339.
- (37) A REDACÇÃO. "Nota póstuma sobre Eduardo Cario de Baraúna". *Rev. do IGHB* n. 36. Salvador, p. 198.
- (38) AMARAL, Brás do. "Discurso Homenageando Socios Fallecidos durante o período de 1896/1897". *Rev. do IGHB* n. 12. Salvador, 1897. p. 274.
- (39) DIÁRIO DO POVO, de 15/03/1889.
- (40) DIÁRIO DO POVO, de 18/03/1889.
- (41) DIÁRIO DO POVO, de 21/03/1889.
- (42) Manoel Victorino, em um discurso feito na inauguração do Clube Republicano Federal, procurou atenuar a euforia dos estudantes com a seguinte afirmação, demonstrativa do caráter do republicanismo na Província de Minas Gerais: "Que atualmente está vendo os republicanos do 9. distrito de Minas inserirem como artigo primeiro de seu programa, uma exigência que nenhum partido monárquico seria capaz de aprovar, - a da indenização dos ex-senhores de escravos".
- (43) A REPÚBLICA FEDERAL, n. 10, de 2/09/1888. p. 2.
- (44) DIÁRIO DO POVO, de 18/03/1889.

- (45) DIÁRIO DO POVO, de 2/04/1889.
- (46) A REPÚBLICA FEDERAL, n. 31, de 28.01.1889, p. 1.
- (47) A REPÚBLICA FEDERAL, n. 32, de 2/02/1889, p. 4.
- (48) DIÁRIO DO POVO, de 18/03/1889.
- (49) Excetuando-se os dados que se referam aos posicionamentos republicanos de alguns dos elementos citados, os demais dados foram extraídos de FONSECA, L. A. da. op. cit.
- (50) BARROS, J. Teixeira. "Manoel R. Querino" (Prefácio). In QUERINO, Manoel. *A Bahia de Outrora*. Salvador, Livraria Progresso Ed. 1955, p. 5-19
- (51) BARROS, J. T. op. cit. p. 5-19.
- (52) A REPÚBLICA FEDERAL, n. 45, de 16/05/1889, p. 1.
- (53) "Republicanos de 14 de maio" foi a expressão utilizada para designar aqueles que se tornaram republicanos apenas depois da Lei de Abolição, contrariados com o governo monárquico pela aprovação da lei. Inicialmente, chegaram até a aderir às propostas exaltadas de Silva Jardim, mas terminaram seguindo a política moderada dominante entre os partidos republicanos nacionais.
- (54) A REPÚBLICA FEDERAL, n. 25, de 16/12/1888, p. 1.
- (55) Ridings chegou a afirmar com certo exagero: "Grateful for the abolition of slavery, Salvador's lower class blacks had become zealous defenders of the Monarchy". RIDINGS Jr, Eugene Ware. *The Bahian Commercial Association, 1840-1889: A pressure group in an underdeveloped area*. The University of Florida, 1970, p. 299.
- (56) A REPÚBLICA FEDERAL, n. 31, de 28/01/1889, p. 1.
- (57) A REPÚBLICA FEDERAL, n. 31, de 28/01/1889, p. 4.

- (58) A REPUBLICA FEDERAL. n. 44. de 5/05/1889. p. 3.
- (59) A REPUBLICA FEDERAL. n. 48. de 23/06/1889. p. 1.
- (60) A REPUBLICA FEDERAL. n. 56. de 19/10/1889. p. 4.
- (61) A REPUBLICA FEDERAL. n. 45. de 16/05/1889. p. 1.
- (65) DIARIO DO POVO. de 13/05/1889.
- (66) DIARIO DO POVO. de 13/05/1889.

**MOVIMENTO REPUBLICANO E  
CLASSE MÉDIA**

**CAPITULO III**

O nosso objetivo aqui é o de tentar apresentar os dados históricos que nos levaram a levantar a hipótese da caracterização do movimento republicano de Salvador como um movimento formador de uma classe média. Faremos, inicialmente, um breve quadro da economia e da sociedade da cidade, relativo à segunda metade do século XIX, tentando apreender, sobretudo, a situação social das classes e a sua relação concreta e possível com o Poder Monárquico.

Daremos maior atenção nesse quadro aos dados relativos às ocupações profissionais que, potencialmente, poderiam encaminhar-se para participar de conflitos formadores da classe média. Tentaremos relacionar os atores sociais concretos do movimento republicano às classes na sociedade, de forma que facilite a compreensão posterior a respeito dos elementos ideológicos que os mobilizaram e o fizeram adotar determinadas posições políticas como, por exemplo, o abolicionismo, do qual tratamos anteriormente.

Em seguida, analisaremos os dados que possuímos sobre os membros do movimento republicano. Buscaremos apresentar quem foram os seus militantes, sobretudo nos anos finais do Império. Assim, teremos como objetivo dar conta das potencialidades que tiveram esse contingente para adotar uma postura de crítica a uma sociedade marcada essencialmente pelas relações escravistas de produção e por regras jurídicas necessariamente desiguais para os indivíduos.

Trataremos das condições sociais para o surdimento da crítica às relações de dependência que os profissionais não-manuais tiveram para com aqueles que controlavam a distribuição dos lugares públicos e privados na sociedade baiana: da crítica ao empenho e ao favor; do clamor pela adoção do mérito provado, e contra a ausência da igualdade civil entre os indivíduos, problemas que, em última instância, mantiveram íntima relação com a escravidão.

Por último, matizando a caracterização desse contingente social constituinte da classe média, apresentaremos algumas de suas posições suas sobre o povo, objetivando demonstrar a nossa interpretação de que essa classe média em formação não estava interessada efetivamente na igualdade social e econômica e que necessitava de um novo ordenamento jurídico, baseado na igualdade de direitos, sobretudo para manter legitimamente a sua superioridade social sobre um amplo contingente populacional desqualificado profissionalmente que, situado em um mercado livre de trabalho, não teria efetivas condições de competir e tornar-se vitorioso, já que possuía uma precária formação escolar e intelectual. Para aqueles que tinham essas ocupações não-manuais, adviria, necessariamente, a valorização profissional, consequência da livre concorrência, condição bastante diversa daquela baseada na ascensão pela predileção, vigente na sociedade escravista.

## SOCIEDADE EM SALVADOR NO FINAL DO SÉCULO XIX

A Bahia era, ao final da fase monárquica, uma província estagnada. O apogeu atingido na época colonial esgotara-se há muito, desde que a produção de açúcar do Nordeste brasileiro deixou de ter a grande aceitação que possuía no mercado internacional, superado que fora pela concorrência dos novos produtores de cana ou, já no século XIX, pelo açúcar de beterraba.

Esse processo de declínio foi sentido com mais profundidade nas décadas finais do século XIX, com a grave e irreversível crise vivida pela agricultura e pelo comércio de Salvador, decorrente, em larga medida, da retração dos mercados externos, ocorrida na década de 1870.

A queda no comércio internacional provocou a escassez monetária o que, por sua vez, veio causar dificuldades adicionais à lavoura. Já que o capital comercial exercia uma função financiadora da produção de bens destinados ao comércio de exportação. Esses fatores vão aliar-se ao sensível declínio que já se verificava na quantidade de mão-de-obra escrava, restringida que fora pelo término do tráfico africano e golpeada pelas epidemias, como a do cólera, em meados da década de 1850 (1).

A elite dominante da política baiana era exatamente esta que se vinculava à agricultura e ao comércio de açúcar. Eram os barões e outros portadores de títulos nobiliárqui-

cos, controladores do poder provincial e possuidores de grande influência no governo central do país. Essa elite permaneceu ligada à Monarquia. Não possuía, apesar da crise, razões profundas para confrontar-se com o velho sistema de governo. Sua influência e prestígio seculares permitiam que ainda conseguissem atingir certos objetivos econômico-financeiros junto aos gabinetes da Monarquia, muitos deles dirigidos por políticos da Bahia, a partir de 1860, o que fortaleceu ainda mais os vínculos entre essa elite e o sistema monárquico.

A Monarquia representava para essa fração da classe dominante uma possibilidade de salvação. Era diferente, por exemplo, a situação da elite cafeeira de São Paulo. Ascendente economicamente, possuía, no entanto, vínculos menos robustos com o governo central. O café não precisava exatamente da proteção salvadora, mas sim de exercer o controle da política econômica, alterando os seus rumos, como veio a acontecer na década de 1890, a partir da instauração da República.

Durante o século XIX e, sobretudo, na sua segunda metade, verifica-se um certo desenvolvimento de outras atividades, várias delas de natureza urbana, como indústrias, transportes, bancos e seguradoras, dando dimensão a algumas ocupações novas e fortalecendo outras no cenário econômico e social da Província. Pensamos que essas atividades, somadas a um certo crescimento do número de profissionais liberais, como médicos, advogados, farmacêuticos, além de professores,

religiosos, militares e ocupações vinculadas ao poder judiciário e ao funcionalismo público, estabeleceram aquilo que Mário Augusto Santos indicou como "um esboço de classe média", que estaria aparecendo em Salvador e cidades do Recôncavo (2).

Essas ocupações representariam uma parcela pequena do conjunto da população da cidade e se encontrariam situadas social e politicamente entre a classe dominante, já abordada por nós, e as classes populares, constituídas heterogeneamente por "oficiais mecânicos ou operários, artesãos, trabalhadores não qualificados, vendedores ambulantes, vendeiros, milicianos e desocupados", além do contingente escravo ainda relativamente grande (3).

Não encontramos estudos suficientemente desenvolvidos a respeito dessas ocupações intermediárias na sociedade, sobretudo daquelas de natureza não-manual, virtualmente predispostas, segundo a interpretação de Décio Saes, a mobilizar-se em função da sua valorização profissional diante do restante da sociedade e, principalmente, a lutar para perpetuar a separação entre os trabalhos de tipo manual e não-manual.

Ana Amélia Nascimento nos fornece alguns dados sobre a profissionalização na década de 1850, relativos a sete das dez freguesias da cidade. A autora classifica o conjunto dos indivíduos que possuíam alguma profissão em 12 grupos e informa que o grupo "profissionais liberais" correspondia a 3,29% do total, sendo que a freguesia de São Pedro abrigava

o maior percentual destes, chegando a quase 10% do total de sua população profissionalizada.

Devemos considerar, entretanto, que não só de profissionais liberais se compõe o conjunto "trabalhadores não-manuais", que nos interessa aqui, principalmente. Parcelas destes podiam ser encontradas no grupo "Administração Pública", que possuía 6,62% do total, da "Igreja", com 0,87%, da "Defesa Nacional", com 2,13% e, minoritariamente, do "Comércio e Indústria" com 18,37%. Nesta última categoria, é certo que o número de trabalhadores não-manuais devia ser relativamente pequeno, reduzido aos guarda-livros e outros empedados de escritorio, uma vez que o maior contingente desse grupo era composto daqueles caixeiros envolvidos em tarefas manuais (4).

Assim, podemos supor que a população de trabalhadores não-manuais correspondia a mais de 3,29% do conjunto da população profissionalizada e, certamente, a um percentual bem abaixo deste, se considerarmos o conjunto da população da cidade.

Uma outra fonte nos informa que, para o ano de 1872, apenas 0,2% da população da Província era composta por profissionais liberais, enquanto a Administração Pública e o comércio, contavam respectivamente com 0,5% e 1,6% da população total (5).

Torna-se bastante difícil precisar o peso efetivo dessas ocupações intermediárias (trabalhadores não-manuais) na população da cidade do Salvador, no período em questão.

Apenas podemos afirmar que era um contingente social de pequena dimensão, talvez não atingindo uma marca de 2% do conjunto da população da capital.

Mesmo autores que se dedicaram a estudar os dados existentes sobre a população de Salvador não conseguem fornecer mais do que dados gerais, distantes de uma discriminação minimamente precisa para que possamos avançar além do que conseguimos neste texto. Quanto a isso, escreveu Maria Mattoso: "Em linhas muito gerais podemos dizer que os elementos que possuímos, sejam eles extraídos dos censos, das avaliações, ou mesmo dos próprios recenseamentos oficiais, não permitem que procedamos com segurança à reconstituição da população de Salvador e de sua dinâmica" (6). Thales de Azevedo, que trabalhou especificamente com a questão do povoamento e da população da cidade do Salvador, também não nos fornece elementos suficientes para que possamos melhor desenvolver um estudo sobre as ocupações profissionais e as relações sociais de classe nas décadas finais do século XIX (7).

As constatações a que chegamos, mesmo sem ter realizado um trabalho de pesquisa em fontes primárias, é de que esse contingente ocupacional de natureza não-manual em Salvador era efetivamente pequeno, embora crescente nessas últimas décadas, o que pode ser notado, por exemplo, pelo crescimento da quantidade de anúncios de serviços de profissionais liberais nas páginas de jornais entre as décadas de 1870 e 1880.

Se compreendermos que "camadas médias" é ainda um termo bastante amplo e vago, e separarmos daí o sub-conjunto que se vincula às atividades de trabalho não-manual, teremos como resultado um número ainda menor de indivíduos que, no bojo de um processo de lutas, pode constituir-se no núcleo social formador de uma classe média na Salvador dos últimos tempos do Império.

Dos indivíduos vinculados as atividades não-manuais, é certo que uma certa parcela não se desligou das benesses do favoritismo e da proteção exercidos pela elite dominante na sociedade, seja através do controle das ocupações privadas, seja das públicas, carentes de uma diferenciação maior dentro de um Estado pré-burguês (8). O caminho mais natural para esse contingente social virtualmente formador da classe média seria o de viver sob a proteção e no interior da clientela dos partidos e do Estado monárquico. Este núcleo, habitualmente letrado, e dotado de habilidade para a ocupação dos lugares, tendia a viver sem efetivas contradições com a classe dominante, no interior de uma situação social em que o acesso e a perda dos cargos era decorrência da alternância dos partidos.

Esse pode ter sido um dos fatores que contribuíram para a relativamente pequena mobilização dos funcionários públicos civis e militares, no que diz respeito às lutas abolicionista e republicana. Entendemos então que o desse contingente social, ainda não estudado suficientemente até aqui, que surgirão os indivíduos participantes das lutas acima

mencionadas, criando condições para a destinação, assim, de uma identidade coletiva própria, relacionada à formação de uma classe média na cidade do Salvador.

### CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DOS REPUBLICANOS DE SALVADOR

A problemática das classes sociais não foi utilizada até hoje, por nenhum autor que se tenha detido na discussão sobre o movimento republicano, ou mesmo sobre o abolicionismo na Bahia. Ser abolicionista ou ser republicano foram sempre atitudes relacionadas às predisposições pessoais para o humanitarismo e o patriotismo dos atores sociais envolvidos nessas lutas. Assim, inexplicavelmente, ter-se-iam elevado o espírito humanitário e o patriotismo nas últimas três décadas do Império, aparecendo, desse modo, as lutas abolicionista e a republicana.

A palavra classe apenas aparece na bibliografia quando está se referindo a algum grupo profissional, a uma corporação como, por exemplo, a classe dos médicos ou a dos carteiros. Dado o objetivo central deste trabalho, procuramos detectar em outros autores, mas, efetivamente, não as encontramos nos trabalhos dos historiadores.

Assim, tomamos como uma espécie de pretexto para começar a discussão sobre a classe média e sua relação com a luta republicana em Salvador, um texto da folclorista Hildegardes Vianna. Este texto nos traz informações e afirmações, recolhidas através da tradição, de que a classe mé-

dia de Salvador teria sido reticente à idéia da República, que ter-se-ia horrorizado com as mudanças políticas que ora procuramos discutir.

Não é nosso intuito fazer um estudo crítico do texto da autora que, não sendo historiadora ou cientista social, não teve nenhuma intenção de realizar uma abordagem que fosse uma interpretação do republicanismismo à luz da teoria das classes sociais. Poderíamos, então, partir da análise de outros autores, mas não encontramos nenhum outro texto que demonstrasse qualquer tipo de preocupação em relacionar os grupos políticos em luta nos anos finais do Império com a idéia de classe média, malgrado consideremos que as idéias presentes no texto dessa autora sejam contrárias àquelas que defendemos neste trabalho.

Hildegardes Vianna afirmou que "a idéia de República, quando lograva penetrar nos lares, através a deformação boateira das beatas e mulheres de capona, era recebido com repulsa. Não impressionava a classe média". Após a Proclamação, "a classe média seguiu com relativa indiferença a transformação de tudo". É ainda: "informa d. Astória que o desgosto da classe média foi tamanho que naquele ano, a pedido das famílias, não houve a festa da Conceição". (9)

A República não havia sido, também, uma realização das camadas inferiores da sociedade, como sugere a autora: "Nas baixas camadas, a ralé, constituída de peixeiras, ganhadeiras, saveiristas, prostitutas, magarefes e queirandos, em promiscuidade com desocupados e desordeiros da Praia do

Feixe, Portas da Ribeira e Cais Dourado, repetia entre garlhofas, quadrinhas e cançonetas, quase sempre pornográficas, que representavam um acinte aos republicanos" (10). A autora nos fala que, após a notícia da Proclamação da República na Bahia, "a plebe, acuada por Macaco Beleza e outros tipos reles, se levantou, atacando bondes, depedrando repúblicas de estudantes, desacatando pessoas de conceito e apedrejando instituições como o Lyceu de Artes e Ofícios. A ralé implantava a desordem na cidade ... A cidade estava praticamente entregue à sanha dos malfeteiros, pois que as autoridades policiais haviam abandonado seus postos" (11).

A autora chega a falar em alguns nomes de republicanos históricos, mas não tem nenhuma preocupação, pelo próprio objetivo do seu trabalho que é o de ressaltar os aspectos folclóricos da Proclamação da República, em relacioná-los a qualquer agrupamento social. Assim, os republicanos não pertenceriam a classe média, que rejeitava a República, nem as classes inferiores da sociedade, que a ridicularizava. Poderiam compor as classes mais altas da sociedade? A autora não se posiciona. Nenhum outro autor que tenha tratado do tema na Bahia, afirmou que essa relação pudesse ter existido.

A única referência da autora, fazendo alguma relação entre os republicanos e algum grupo social, é aquela que traz à cena o corpo estudantil, quando informa que os agitadores atacavam as "repúblicas" de estudantes, "na maioria simpatizantes da mudança de governo" (12). Esse o, decerto,

um exemplo de como a discussão sobre classes sociais na Bahia permanece obscura, sobretudo em se tratando do século XIX.

Mas quem eram, efetivamente, os republicanos da Bahia? A que classes sociais pertenceram?

O Jornal republicano nos fornece, em certa medida, o perfil profissional dos republicanos da Bahia. A cada edição publicava os nomes dos indivíduos que aderiam ao movimento, assim como as suas profissões ou ocupações. Do ato de instalação do Clube Republicano Federal, identificamos o seguinte quadro sócio-ocupacional: 47 estudantes, 7 médicos, 2 advogados, 2 jornalistas, 1 doutor (sem especificação), 3 farmacêuticos, 1 professor, 1 dentista, 1 engenheiro, 19 negociantes, 1 tecelão, 2 lavradores, 1 maquinista, 1 entalhador, 1 ourives, 1 proprietário e 5 pessoas sem definição de profissão, dando um total de 96 assinantes (13).

Desse conjunto, pelo menos 65 pessoas estavam diretamente vinculadas a atividades intelectuais, ou a ocupações de natureza não-manual, perfazendo 67.7% do total. Há uma tendência para que esse percentual se eleve ainda mais, se aceitarmos que as primeiras listas de assinantes da Ata de fundação do Clube deviam conter um número bastante expressivo de estudantes da Faculdade de Medicina, já que o Clube teve uma origem vinculada sobretudo à iniciativa acadêmica, destacadamente estudantil.

O Jornal anunciava mais do que números de assinantes da

Ata de instalação do Clube Republicano Federal. Anunciava os seus nomes e as suas profissões (V. ANEXO 2). Desses nomes não constam inúmeros ativistas republicanos bastante conhecidos, além de bastante atuantes na vida política e jornalística da cidade. Nomes como os de Virgílio de Lemos, Eduardo Carigé, Baptista de Oliveira, Tillemont Fontes, Augusto de Freitas, Cosme Moreira de Almeida. Esses dados elevariam ainda mais o percentual de ativistas republicanos ligados às atividades de natureza não-manual, já que entre os nomes citados por último temos a presença de 2 médicos, 2 jornalistas, 1 advogado e 1 estudante de medicina.

De alguma forma ligados às atividades não-manuais, faz-se necessário ressaltar a bastante provável adesão de funcionários públicos e de militares, reconhecida por Carvalho Filho:

"... a folha tirava mil e quinhentos exemplares, e só era lida pelos sócios do clube, por estudantes e por diminuto número de empregados do comércio, ocorre-nos acrescentar que pelos mocos, na quase totalidade".

Carvalho Filho nos fala, apoiando-se em Braz do Amaral, que em todos os números o jornal registrava os nomes dos que se iam filiando ao grêmio republicano, omitindo, é obvio, "os dos empregados públicos e militares para lhes poupar vexames" (14).

Houve, entretanto, uma participação relativamente grande de negociantes, num total de 19.7% do total dos assinantes. Não sabemos ao certo se são mesmo de patrões do

comércio ou de caixeiros, geralmente confundidos e indiscriminados, quando se fazia alguma referência ao comércio. Um exemplo dessa indiferenciação está no manifesto dos comerciantes e caixeiros, lançado dias após a repressão no Taboão, aderindo ao Partido Republicano (V. ANEXO C). O manifesto trazia uma lista de 64 nomes de comerciantes e caixeiros da capital, sem fazer nenhuma esociticação da ocupação de cada indivíduo.

Tentamos, de todo modo, cotejar os nomes encontrados no Manifesto com aqueles de comerciantes sócios da Associação Comercial da Bahia, não constatando nenhuma concordância entre as listas comparadas. Há uma possibilidade de que o perfil dos comerciantes que aderiram ao Partido Republicano não seja semelhante aos daqueles outros vinculados ao grande comércio, hegemónico na direcção da Associação Comercial (15). Uma outra possibilidade é de que houvesse poucos comerciantes na lista dos 64 nomes que aderiram aos republicanos em junho de 1889 que, assim, constituir-se-ia basicamente de caixeiros, embora não possamos comprová-lo.

De todo modo, assinalamos que a adesão dessas 64 pessoas do comércio não teve o mesmo peso e significado que tiveram a de outros segmentos já mencionados, os quais exerceram uma atividade mais permanente, de carácter militante na direcção do movimento. A adesão desses caixeiros e comerciantes ocorreu em um momento de tensão política na qual a Monarquia evidenciou a sua fraqueza ao promover a repressão aberta contra os republicanos, utilizando-se da força dos

libertos, através da Guarda Negra.

O que temos de mais concreto, no entanto, é que o perfil do núcleo republicano mais ativo é aquele relacionado às atividades de natureza não-manual, envolvendo, em um todo, profissionais liberais e elementos vinculados à burocracia civil e militar, estes em menor grau, e este núcleo básico que se vai constituir na base do processo de formação de uma classe média na capital da Província da Bahia, a partir do envolvimento efetivo nas lutas abolicionista e republicana, processo este dotado de continuidade, passível de ser percebida pelos próprios atores em questão (16).

#### O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE UMA CLASSE MÉDIA EM SALVADOR

O fim da dependência colonial teria determinado o desenvolvimento do comércio interno e de serviços ligados ao setor, como os de escrituração e de contabilidade. Teria havido uma internalização de capitais, anteriormente aplicados no tráfico de escravos: surgimento de bancos, com os serviços dos contadores, de caixas, etc. e ocorrido a ampliação do aparelho de Estado, principalmente das atividades militares. Esse quadro teria contribuído decisivamente para a elevação da quantidade dos profissionais, como médicos, advogados e engenheiros, e também de jornalistas, professores, dentre outras profissões (17).

Dados de recenseamento e de fontes outras indicam o crescimento do número de profissionais que vieram « consti-

tuir-se no núcleo formador da classe média. Houve, sobretudo na segunda metade do século XIX, um mercado urbano de trabalho não-manual, embora ainda precariamente constituído. Décio Saes sustenta que essa precariedade, aliada ao importante fato de que "o recrutamento de funcionários não era aberto formalmente a todas as classes sociais, e nem fundado no critério de competência individual", implicava numa situação de dependência desses trabalhadores não-manuais em relação aos agentes controladores dos empregos, cargos e funções diversas, destacando-se dentre estes, sobretudo o próprio aparelho de Estado. (18).

Durante o século XIX e, sobretudo, nas suas décadas iniciais, as profissões consideradas nobres, como, por exemplo, a jurídica, eram as preferidas para a formação dos filhos das famílias mais importantes. Essa formação servia como um prolongamento do poderio familiar ou de grupos regionais, através da aquisição de prestígio, ou mesmo pela inserção direta do profissional na atividade política, ao que parece, durante uma longa fase do século XIX, não se evidenciaram desajustamentos entre a política dominante, monárquica e escravista, com as aspirações do conjunto de profissionais de nível superior, formados nas escolas de Direito e Medicina. Os títulos tinham muito mais a função de ampliar a força social e política de quem o conseguia, do que promover uma efetiva disputa de mercado entre os profissionais que saíam das faculdades. Em uma assertiva elaborada para o período republicano, Mário Augusto Santos demonstra

essa característica primordial da formação em nível superior no país. O que vale, no nosso entendimento, também para a fase monárquica:

"...o amor à política vazia e às profissões liberais de Medicina e Direito seria muito mais efeito e não causa do 'atraso' de uma sociedade dominada por uma pequena elite oligárquica que fazia da complicada rede político-partidária recurso eficaz para se manter no poder, e dos títulos de Doutor e Bacharel, o coroamento do seu status" (19).

A criação dos cursos superiores de Direito e de Medicina, sobretudo do primeiro, decorreu, em grande medida, do intuito da elite política imperial brasileira de criar mecanismos para a sua própria reprodução, como nos lembra Sérgio Adorno:

"A Academia de Direito de São Paulo, assim como a de Olinda, tem suas raízes atadas à independência política. Com a emergência do Estado Nacional, suscitou-se o delicado problema de autonomia cultural da sociedade brasileira, além da *necessidade de formar quadros para o aparelho estatal*. Nesse contexto, aos homens que haviam promovido e dirigido o curso da revolução descolonizadora, não lhes parecia recomendável que essa sociedade se mantivesse dependente das universidades européias, sobretudo a de Coimbra" (20).

Esses autores nos levam a assinalar que, quase necessariamente, a formação em nível superior garantia, para o indivíduo, a conquista de posições de comando e cargos importantes na sociedade, destacadamente no aparelho estatal. No entanto, o crescimento da quantidade de profissionais na segunda metade do século XIX, dentre outros fatores, teria provocado alterações significativas no comportamento político-ideológico de setores desses,

profissionais, conjunto esse que não se limita, obviamente, a médicos e advogados.

Em 1883, Joaquim Nabuco verificava que "as oportunidades de emprego não-manual ou de prestações de serviços pessoais não decorriam do funcionamento de mercado impessoal, e sim de favores personalizados, prestados pelas classes dominantes aos *homens livres* não proprietários ... Ou seja: profissionais liberais dependiam do favor das classes dominantes para conquistar e manter um posto" (21).

Fatores como os limites do mercado de trabalho livre e a desvalorização social do trabalho em geral, acrescidos dos elementos proteção e favor na concessão de lugares públicos e privados na sociedade, traziam implicações de monta para a formação ideológica desses elementos de classe média da sociedade brasileira. Segundo Saes, "os trabalhadores não manuais estavam impossibilitados de provar - para as classes dominantes, para eles próprios e para as classes escravas - que a sua superioridade social (filiação, juntamente com as classes dominantes, à ordem dos *homens livres*) sobre os trabalhadores escravos advinha de uma superioridade de 'dons e méritos' (capacidade individual)". O autor interpreta, então, que a questão da superioridade da classe média na sociedade escravista termina por ficar atrelada e dependente à "relação de favor". Isto decorria do fato de que esta classe ocupava os cargos e lugares sociais, mas sem disputar os mesmos com o conjunto daqueles que trabalhavam, já que aos escravos não era dada a escolha de sua função e nem outros

importantes direitos. A classe média, assim, buscaria um caminho legítimo para manter a sua superioridade diante de um expressivo número de trabalhadores manuais, sejam eles escravos ou não (22).

As modificações de natureza econômica da sociedade imperial, como a industrialização, a urbanização crescente, estabeleceram a necessidade de serviços importantes, assim como a constituição de clientela crescentes para os profissionais. Esse processo, que criou condições para que um certo contingente da classe média rompesse relativamente com a dependência em relação às relações familiares e à política do favor, "estabeleceu condições para que uma parte da classe média se lançasse à crítica de sua situação no escravismo: sua superioridade social imposta e declarada ("adscrita") pelas classes dominantes, sua desvalorização enquanto trabalhador (não-manual)" (23).

É possível detectar, na vida social de Salvador no final do período monárquico, certas posições características do processo de formação de uma classe média. São posições que aparecem no discurso de alguns atores sociais que se vinculam às aquelas categorias sócio-ocupacionais acima referidas. Uma delas é a crítica à indisposição existente para a concorrência pela ocupação de cargos e funções, que parece ter sido uma constante, como sugere o trecho seguinte, elaborado no interior da Faculdade de Medicina da Bahia:

"Inscreveram-se para internos da clinica cirúrgica, João Damásio José e Saturnino Aquino, e de clinica médica, Manoel Gomes Ferrão. Continua ainda a grande apatia e indiferença para lugares que em outros países são avidamente solicitados pela mocidade, que não é neles mais inteligente e habilitada que a nossa; as razões nos parecem multíplicas, e já por outros coleas proficientemente mencionadas" (24).

As razões não explicitadas pelo Conselheiro Elias Ferrão, e evidenciadas em alguns outros escritos, eram aquelas que se vinculavam à certeza que possuíam alguns candidatos, de que a nomeação viria por intermédio de uma força política superior a partir, por exemplo, de uma carta de empenho como esta:

"Em um país pobre de habilitações, de raros especialistas, dominado pela emboecomania e pela não menos funesta mania do empenho e do favoritismo como degraus para escalar todas as posições..." (25).

Jerônimo Sodré Pereira, que adquirira destaque ao propor na Assembléia Geral a abolição imediata dos escravos, ao final da década de 1870, fez severas críticas às cartas de empenho, ao filhotismo e ao patronato nos exames para os cursos superiores, bem como aos problemas relativos às composições das Bancas (26).

Parece que as cartas de empenho e a relação de favor e protecção foram fatos corriqueiros durante o regime monárquico, estando presentes no comportamento cotidiano dos indivíduos e, em relação aos quais, quase não se fazia qualquer tipo de crítica. Encontramos uma carta típica de pedido de favor para ocupação de um cargo de Preparador da Faculdade de Medicina, a qual apresentamos a seguir.

estranhamente escrita por um homem que foi considerado o maior chefe do movimento republicano na Bahia, tendo sido também um abolicionista:

"Nápoles, 4 de fevereiro de 1884

Egas(\*)).

Não lhe escrevo para oferecer préstimos aqui na Europa (o que fica subentendido) mas para fazer-lhe um pedido, que na ~o sei se quadrará: mas tenha paciência. Feco-lhe que proteja a meu irmão, se concorrer ao lugar de preparador de toxicologia. Fazendo-o, não é tanto a ele e nem a mim que v. prestará: sim aqueles que hoje pesam sobre mim e quando eu faltar, só a ele terão. Entretanto não é à sua consciência (que sei que não cede) mas à sua benevolência que eu me dirijo. Está, tenho a esperança de que não negará ao

Virgilio Damazio.

(\*) Dr. Egas Carlos Moniz Sodré de Araçãõ" (27).

As cartas de empenho não eram, ao que tudo indica, mensagens clandestinas ou envergonhadas. Parecem ter sido, efetivamente, o meio de promover as indicações para ocupação de cargos que, de forma alguma estavam abertos a qualquer individuo. Era uma das formas de controlar e favorecer aos clientes dos chefes de partidos: de compensar ou garantir apoio político e votos nas eleições. A carta que transcrevermos abaixo, mesmo não sendo da Bahia e um exemplo típico desse tipo de situação, sendo feita de uma forma muito mais aberta e direta do que aquela mencionada acima:

"Ilmo e Exmo. Sr.

Achando-se findo o prazo do concurso aberto para o provimento do officio de 1o. Tabelião do Público, Judicial e Notas deste Termo, voga por fallecimento do respectivo serventário, os abaixo

assinados. Presidente e membros do directorio do partido liberal deste municipio. cumprem um orato dever recomendando a V. Exa. e pedindo o seu valioso auxilio a favor do cidadão José Galdino Rocha, em cuja pessoa concorrem todos os predicados para o bom desempenho do referido cargo" (28).

Um outro exemplo de carta de empenho, na Provincia da Bahia:

"Ilmo. e Exmo. Sr.

Para preencher a vaga que ora se dá, de um dos lugares de Correio desta Secretaria, tenho a honra de propor a V.Exa. o cidadão Bernardo Severiano da Rocha Pires, em virtude da faculdade que me confere o Regulamento da mesma Secretaria.

Deus Guarde a V. Exa.

Secretaria do Governo da Bahia, 23 de dezembro de 1856

Ilmo Exmo. Sr. Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, Pres. desta Provincia.

Luiz Maria Alvares Falcão M. Barreto" (29).

O artigo "Politica de nepotismo" critica a afilhadaçã das nomeações . cita alguns exemplos, e pugna pelas nomeações por concurso (30).

A REPUBLICA FEDERAL abra-se para a veiculacão de criticas contra a degradacão proveniente do clientelismo e do suborno politico:

"...e é uma vergonha para a Bahia, muito principalmente para a sua capital, ser a provincia em que o suborno mais se tem manifestado: quer o suborno pelos empregos públicos, que são o *desideratum* de grande parte dos mocos que abocados por tal cobica, acostumam-se a esta indolência que os leva a tudo esperar do governo centralizador e desmoralizado, que dela se aproveita para mais fundo cavar-lhes o abismo da degradacão em que se precipitam; quer o suborno pelo dinheiro, como se manifesta nas épocas eleitorais, que até mesmo nas facções monárquicas, a que chamam partidos, e que dizem arregimentados, vê-se rarearem as fileiras, pois estão cheios de homens venais" (31).

Uma outra questão, característica da classe média em formação, e que aparece na fala dos republicanos baianos, é a questão da ascensão social pelo mérito. Lioadas a essa, acompanham sempre as críticas ao favoritismo e à proteção:

"Ser republicano e professar em elevadíssimo grau o santo dever da fraternidade, e entreter a salutar solidariedade na luta pelo bem, sob todos os aspectos por onde se a considere: ser republicano é, além de patriota, ser humano, já trabalhando pelo desenvolvimento progressivo da nação, já prestando um enorme serviço à humanidade igualando a esfera das aspirações do homem, premiando o mérito provado, destruindo o monopólio das posições sociais, propagando a obrigatoriedade da instrução e promovendo a prática da boa moral, pela destruição de todos os preconceitos" (32).

Por fim, identificamos a existência, entre os republicanos, de uma postura favorável à adoção do princípio da igualdade jurídica entre os indivíduos, crítica fundamental da classe média em formação.

O artigo de Landulpho Machado de Magalhães, estudante de Medicina, traz a constatação de que a Monarquia não possuía defensores, e que os seus titeres ambiciosos atiram-se contra todos aqueles que são patriotas. Eles são "*inimigos da igualdade*": "*opressores do povo*"; *causa do atraso da instrução e da indústria*"; "*causa do privilégio que impossibilita a prosperidade da pátria*" (33).

Eudoro do Vale, estudante e redator do órgão republicano na sua primeira fase, afirmou:

"...a república é um governo de natureza aiatruísta, pois é o próprio povo que se governa por meio de representantes responsáveis, que prestam contas de seu mandato e estão sujeitos, como qualquer cidadão, às leis penais, caso não cumpram seus deveres" (34).

Em um outro momento da vida do Jornal, no discurso comemorativo da Abolição, em 13 de maio de 1889, o então jornalista Virgílio de Lemos refere-se ao estabelecimento da igualdade jurídica, atingida pela conquista da Abolição da Escravidão:

"...talvez a esta hora mesma em que solenizamos o aniversário da grande revolução pacífica que nivelou civilmente todos os cidadãos deste vasto país, a navalha, a carabina, o bacamarte, o ferro assassino do terceiro reinado, que surge envolto numa aurora de sangue, estera dizimando as fileiras republicanas e aumentando o exercito da viuvez e da orfandade ..." (35).

O princípio da igualdade na lei, de grande significado nas lutas republicana e abolicionista, aparece, por fim, no Manifesto republicano de maio/junho de 1889, em um trecho que diz o seguinte: "*A abolição de todo privilégio de raça ou família, e a de títulos nobiliárquicos e condecorações, e portanto a verdadeira igualdade perante a lei*" (V. ANEXO 1).

Esse conjunto de questões aqui destacadas, das críticas ao empenho nas nomeações e no emprego, ao favoritismo e à defesa da igualdade civil ou jurídica entre os indivíduos, foram elementos presentes nos discursos e nas falas dos republicanos, de acordo com as fontes. Esteve presente nas elaborações, nas preocupações, nas posições e atitudes dos grupos políticos que fizeram a crítica da sociedade escravista.

A visão que possuíam os republicanos sobre o povo era uma visão um tanto contraditória. As suas falas, em certos

momentos. são carregadas de expressões agressivas e críticas a uma certa parcela da população, sobretudo aquela que esteve envolvida com a organização da Guarda Negra, constituindo-se em seus soldados anti-republicanos. Vejamos, brevemente algumas delas:

"É com esta turba noienta, que não tem pejo de apedrear a cidadãos probos, de posição social conquistada pelo mérito, a mocos que procuram um porvir luminoso, turba que apodrece nos botecos, nas ruas da cidade, que tem por travesseiro o lixo no acoice do vício, que tem por Deus tutelar a faca, o punhal do homicida, que conhece bastante as encroviadas do cárcere, turba que morrendo à fome vai nas horas da noite em busca do alimento por meio do roubo, do furto, do incêndio, que alguém como toquete, como ariete pretende fazer barreira às grandes idéias" (36)

Outra ainda:

"Eu sei que hoje menoscabam do partido republicano: eu sei que hoje riem-se das adesões; eu sei que tentam desmoralizá-lo, levando-o ao desprezo e perseguindo-o debaixo da vaia, não do povo baiano, mas sim da rale, da última classe, composta de gente sem honra, sem sentimentos, sem mérito, sem valor, e sem ofício conhecido!" (37).

Mesmo quando se referem a outras camadas, os republicanos deixam entrever certos traços elitistas, como se eles fossem os condutores do conjunto das classes populares, para a passagem a uma outra sociedade. O trecho seguinte é dirigido aos operários:

"Felizmente que vão despertando do torpor em que jaziam as classes operárias da provincia.

Este fato é um sintoma pressagrador de melhores tempos.

O operário, o artista, são forças vivas da nação: impulsionadoras do seu progresso e do seu bem estar.

Quando eles levantam-se em nome da coerência de classe, em nome do trabalho nobilitador, passam pela atmosfera pública estremecimentos ele-

tricos e purificadores.

Ontem viamos contentes a reunião dos operários que exigiam em reunião pacífica, trabalho e pão...

Cabe à imprensa democrática mostrar-lhes o caminho a trilhar..." (38).

Essas concepções dos republicanos, elitistas e reveladoras de uma compreensão de que os mesmos se entendem como dirigentes de um processo social em curso, entram em contradição apenas aparente com as suas concepções gerais. Sustentamos, ao longo deste estudo, que há uma distância relativamente grande entre as bandeiras políticas da igualdade jurídica e a igualdade econômico-social e que os interesses dessas outras camadas do "povo", nem sempre eram coincidentes com as aspirações da classe média, motivo pelo qual talvez possamos explicar os conflitos que ocorreram entre o 13 de maio e o 15 de novembro, quando essa classe média parece enfraquecer-se, sobretudo pelo estiolamento de um sistema de alianças que se pode conformar entre as classes populares no momento da luta abolicionista.

## NOTAS

- (1) V. CALMON. Francisco Marques de Góes. *Vida Económico-Financeira da Bahia. Elementos para a História de 1808 a 1889*. Reimpressão. Salvador. Fundação de Pesquisas - CPE. 1978.
- V. SANTOS. Mário Augusto da Silva. *Comércio Português na Bahia (1870-1930)*. Salvador. 1977.
- (2) SANTOS. M. A. da S. op. cit. p. 142.
- (3) NASCIMENTO. Ana Amélia. *Dez Freguesias da Cidade do Salvador. Aspectos Sociais e Urbanos do Século XIX*. Fundação Cultural do Estado, 1986.
- (4) BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Ciência e Tecnologia - A Inserção da Bahia na Evolução Nacional. 1a. Etapa: 1850-1889. Anexo Estatístico*. Salvador. 1978. p. 17.
- (5) MATTOSO. Kátia de Queirós. *Bahia: A Cidade do Salvador e seu mercado no Século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. 1978. p. 137.
- (6) AZEVEDO. Thales de. *Povoamento da Cidade do Salvador*. Ed. Itapuã. 1969.
- (7) SAES. Décio. *A Formação do Estado Durauês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.
- (8) VIANNA. Hildegardes. *A Proclamação da República na Bahia. Aspectos Folclóricos*. Salvador. Caderno do Centro de Estudos Baianos, n. 33. UFEa. s/d.
- (9) Idem, p.33.
- (10) Idem, p. 2.
- (11) Idem, p.
- (12) Idem, p. 5.
- (13) Esse quadro foi extraído das edições de A REPUBLICA FEDERAL. Trinta e cinco desses nomes foram encontrados na 2a. edição do jornal, sendo que outra lista significativa foi publicada na 1a. edição, a qual não foi possível consultar, devido ao seu estado, completamente dilacerado. Outras listas menores devem ter sido perdidas entre as edições 3 e 6, também bastante estragadas.

- (14) CARVALHO FILHO, Aloisio de. "Jornalismo na Bahia: 1875-1960". *Revista do IGHB*, n. 82, 1958-1968, p. 19.
- (15) A Associação Comercial da Bahia, representante do grande comércio baiano, foi defensora da monarquia até os seus últimos dias, como nos diz, por exemplo, Eugene Ridings: "*The Bahian Commercial Association successfully passed the crisis of Brazil's transition from empire to republic. For forty-nine years the Association had closely supported and been identified in the public mind with the Monarchy; when the emperor was deposed in 1889 the group supported a last-ditch attempt to maintain royal control of Bahia. (...) A new facet of Bahia's identification with the monarch appeared with the abolition of slavery and was strongly manifested upon the visit of the Conde d'Eu to the province in June, 1889, to gather support for the emperor. The Conde d'Eu received with enthusiasm and elaborate ceremony by the Association.*" RIDINGS, Eugene Ware. *The Bahian Commercial Association, 1840-1889: A Peasantry Group in an Underdeveloped Area*. The University of Florida. Ph. D., 1970.
- (16) V. SAES, D. op. cit.: PRZYMORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo. Cia. das Letras, 1989. pp. 67 a 119.
- (17) SAES, D. op. cit. p. 187.
- (18) SAES, D. op. cit. pp. 288/289.
- (19) SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Os Carneiros da Bahia: seu Papel Conservador na Primeira República*. Salvador, UFBA, 1974. (mimeo) p. 113.
- (20) ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro. FAE e Terra, 1988.
- (21) NABUCCO, Joaquim. Apud SAES, Décio. op. cit. p.299. Grifos do Autor.
- (22) SAES, D. op. cit. p. 192. Grifos do Autor.
- (23) Idem, p. 294. Grifo do Autor.
- (24) PEDROSA, Elias José. *Memória Histórica da Faculdade de Medicina, Ano de 1871*.
- (25) SANTOS, Malaquias Alvares dos Santos. *Memória Histórica da Faculdade de Medicina, Ano de 1854*.

- (26) PEREIRA, Jerônimo Sodré. *Memória Histórica da Faculdade de Medicina, Ano de 1865.*
- (27) Arquivo do IGHB, pasta 37, documento 7.
- (28) Arquivo do IGHB, pasta 37, documento 7.
- (29) Seção Colonial e Provincial do Arquivo Público do Estado da Bahia, maco 1479.
- (30) A REPUBLICA FEDERAL, n. 35, de 24/02/1889.
- (31) A REPUBLICA FEDERAL, n. 44, de 5/05/1889.
- (32) A REPUBLICA FEDERAL, n. 15, de 7/10/1888. Grifo nosso.
- (33) A REPUBLICA FEDERAL, n. 23 de 2/12/1888. Grifos nossos.
- (34) A REPUBLICA FEDERAL, n. 23, de 2/12/1888.
- (35) A REPUBLICA FEDERAL, n. 45, de 13/05/1889. Grifos nossos.
- (36) A REPUBLICA FEDERAL, n. 51, de 21/07/1889.
- (37) DIARIO DO FOVO, de 22/06/1889.
- (38) A REPUBLICA FEDERAL, n. 55, de 13/10/1889.

C O N C L U S I O E S

## CONCLUSÕES

Nos debates sobre a instauração da República na Bahia, uma constatação é geralmente feita: a de que foram os monarquistas que passaram a conduzir, de imediato, o processo político após a Proclamação da República. Soma-se a esta afirmativa, uma outra que identifica a impotência dos republicanos baianos para assumir o comando político do Estado, diferentemente do que teria ocorrido em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, dentre outros Estados. Manoel Victorino, indicado governador pelo Governo Provisório, fora um elemento de proa do Partido Liberal na Bahia. Rui Barbosa, um dos principais responsáveis pela sua nomeação, não chegara a ser um republicano.

Pouquíssimos foram os republicanos baianos que ocuparam posições políticas importantes no regime pelo qual lutaram. Virgílio Damácio foi um desses. Chegou a ser Governador Provisório e Senador da República, sobrevivendo politicamente aos dias posteriores ao 15 de novembro. Talvez até devido a essa sobrevivência, tenha sido escolhido pelos testemunhos e historiadores como o grande chefe do movimento republicano, posição esta que não parece ter ocupado. Cosme Moreira de Almeida eledeu-se para a Constituinte Estadual, mas não foi muito longe em sua trajetória. Morreu em 1896, aos 30 anos de idade, sem ter conseguido, a exemplo de outros líderes radicais, fazer a República que esboçara nas páginas do

Jornal republicano.

A República dos baianos não se constituiu efetivamente. Os republicanos sucumbiram a adoção do regime de 15 de novembro que, na Bahia, manteve o domínio dos antigos senhores, e da antiga elite econômica, mesmo que representada por alguns líderes de uma geração mais nova. Manoel Victorino foi nomeado contra a vontade dos republicanos e, inicialmente, contra a sua própria. A aceitação do seu nome se deu apenas após as pressões do empresariado que viu, na sua posse, uma forma de afastar os republicanos e de continuar tendo voz no governo do Estado (1).

Na verdade, os republicanos baianos e, sobretudo, a sua ala mais radical, sofreram uma derrota política profunda no processo de transição para o regime republicano. O grupo republicano não conseguiu constituir-se em elite dirigente do Estado.

Mas o que teria conduzido a essa derrota?

A nossa resposta se lida a todo o conjunto de argumentos apresentado ao longo deste trabalho. O republicanismo baiano foi uma tendência que se originou ligada a um processo de formação de uma classe média, diversamente, por exemplo, do de São Paulo, onde a elite cafeeira era a principal base de sustentação das ideias republicanas. O republicanismo paulista foi a forma encontrada por uma fração da classe dominante para alcançar o poder nacional e passar a comandar as políticas econômica e social em seu benefício, o que veio a se configurar alguns anos mais tarde.

Numa conferência em 1888. Cosme Moreira de Almeida afirmara, sobre os monarquistas que organizaram a Liga Federativa da Bahia: "gozam do prestígio, da posição, do talento e do dinheiro" (2), deixando clara a existência de uma diferença significativa, social e econômica, entre os republicanos e os monarquistas federalistas. Poderíamos afirmar também que os republicanos paulistas gozavam dessas condições enumeradas pelo líder republicano baiano. Quando se proclama a República, o Partido Republicano Paulista se encontra em uma posição tal, que se faz natural a ocupação do poder pelos seus quadros, diferentemente da situação dos baianos.

Os republicanos de São Paulo, em tempo algum de sua trajetória combateram a escravidão ou estiveram ao lado das hostes abolicionistas (3). Lembremo-nos que, como disse Eric Casalecchi, o interesse fundamental do PRP foi a adoção do sistema federativo. Se entendermos o fim da escravidão - derivada, por sua vez, da luta escrava e do abolicionismo - como um momento crucial da queda do Estado monárquico escravista, poderemos afirmar que o PRP e os republicanos escravistas de todo o país colheram uma vitória para a qual não semearam efetivamente.

Podemos afirmar que os republicanos baianos trilharam um caminho diverso daquele. Foram abolicionistas, na medida em que existiu um abolicionismo atuante na província: defenderam uma República democrática e não a mera federação das

provincias: foram a expressão de uma luta pela formação de uma classe média, atingindo apenas parcialmente os seus objetivos, a medida que o Estado oriundo do processo abolicion-república adotou a igualdade formal, jurídica, medida esta fundamental para a valorização socio-profissional e para, por outro lado, a manutenção das diferenças sociais entre os indivíduos, já que, em momento algum do seu discurso, propagandeou qualquer ideal de igualdade social ou económica.

Os republicanos não alcançaram o poder político nesse processo. Parece que o projeto da classe média sustentado, sobretudo, no anti-escravismo, esgotou-se naquele momento histórico, a partir da extinção da desigualdade formal, já que essa classe média em movimento não contou com os recursos fundamentais para galgar posições mais elevadas. Condenava um contingente social pequeno e não teve do seu lado condições importantes para que pudesse firmar um projeto de poder político e atrair as outras classes populares para executá-lo. Foi, assim, ultrapassada pela classe dominante, portadora de recursos ideológicos, materiais e organizacionais para realizar praticamente os seus anseios políticos e sociais no novo regime (4). As antigas frações agregaram-se outras novas, como foi o caso do grupo cafeicultor, que gozava do "prestígio", da "posição" e do "dinheiro" e, assim, passou de uma esfera de poder local, para uma outra mais ampla, de carácter nacional.

## NOTAS

- (1) SAMPAIO, Consuelo Novais. *O Poder Legislativo da Bahia. Primeira República (1889-1930)*. Salvador. Assembléia Legislativa. UFBA. 1985.
- (2) A REPUBLICA FEDERAL. n. 8. de 19/08/1888. p. 3.
- (3) V. SAES. *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985.
- (4) GUIMARAES, Antônio Sérgio A. e CASTRO, Nadya Araújo. "Movimento Sindical e Formação de Classe. Elementos para uma Discussão teórico-Metodológica". *Cadernos do CRH*. UFBA. 1987. p. 16-24.

F O N T E S

## FONTES

### 1. MANUSCRITAS

#### 1.1 Arquivo Público do Estado da Bahia

##### Secção Colonial e Provincial

##### a) Correspondência Policial

###### *Interna. de Associações. Presidente Provincia*

Maços: 5828 (1875/76): 5829 (1875/76): 5871 (1882/1896): 6172 (1889): 6178 (1884 a 1889): 6227 e 6228 (1889).

###### *Polícia: assuntos diversos*

Maços: 6500 (1877/78): 6501 (1878/79): e 6507 (1888/89).

###### *Polícia: Portarias e Registros*

Maços: 5637 (1876/78): 5638 (1878/1880).

##### b) Outros

###### *Administração de Pessoal*

Maços: 1482 (1800 a 1889): 1479 (1826 a 1889): 1469 (1860 a 1872).

###### *Correspondência de Jornais*

Maco 1545.

###### *Escravos*

Maços: 2849. 2898. 2899. 2900 e 2901.

###### *Termos de Juramento e Posse de Carros*

Maco 1507 (1868 a 1889).

## 1.2 Associação Comercial da Bahia

Livro de Atas da Associação Comercial da Bahia

Atas de 1887, 1888 e 1889 (Livro de 1882/1891)

## 1.3 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

*Discurso de Cosme Horeira de Almeida (1838)*

*Discurso de Manoel Victorino Pereira*

Pasta 32

*Documentos Pertencentes a Bras do Amaral*

Pastas 49 a 74

*Documentos do Arquivo de Virgílio Damazio*

Pastas 7a, 16, 12c, 21, 22, 31, 37 e 56.

*Documentos Pertencentes a Eduardo Carige*

Pasta 77

## 1.3 Memorial da Faculdade de Medicina da UI Ba

Livro de Atas da Congregação

Requerimentos dos Alunos da Faculdade (1871-1889).

## 2. IMPRESSAS

## 2.1 FALAS do Presidente da Província

a) Des. Aurélio Ferreira Espinheira, 1. vice.1889:

b) Dr. Manoel do Nascimento Machado Portela, 1888.

## 2.2 MEMORIAS HISTORICAS da Faculdade de Medicina

- a) Jerónimo Sodré Pereira. 1865:
- b) Luiz Alvares dos Santos. 1876:
- c) Edas Carlos Noniz Sodré de Araújo. 1877:
- d) Ramiro Monteiro. 1878:
- e) Jose Alves de Mello. 1879:
- f) Claudemiro Alves de Moraes Caldas. 1881:
- g) António Pacífico Pereira. 1882:
- h) José Olympio d'Azevedo. 1883:
- i) Manoel Joaquim Saraiva. 1885.

## 2.3 RELATORIOS da Diretoria da Associação Comercial da Bahia

Anos de 1888 e 1890.

## 2.4 TESES DE DOCTORAMENTO da Faculdade de Medicina

- a) Americo Brazillio de Souza. 1852:
- b) Manoel Bernardino de Souza. 1852:
- c) Manoel Martins Alves. 1853.

## 2.5 JORNAIS

## A REPUBLICA FEDERAL

Números 7 a 59

Periodo: 12/07/1888 a 16/11/1889

## DIARIO DO POVO

Periodo: Janeiro a outubro de 1889

## O GUAYCURU

Edições de 4/03/1853: 25/07/1854 e 19/12/1854

GAZETA DA TARDE

Edição de 17/04/1888

JORNAL DA BAHIA

Edição de 21/09/1878

O SANTELMO

Edição de 7/03/1890

JORNAL DE NOTÍCIAS

Período: 17/07/1889 a outubro desse ano, mas de agosto de 1808.

DIÁRIO DA BAHIA

Edições de maio e junho de 1889.

## 2.6 BIBLIOGRAFIA

ABREU, Edith Mendes da Gama. "A Abolição e a República". *Rev. do IGHB* n. 67. Salvador, 1941.

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder, O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1988.

ALVES, Marieta. "A Escravidão e a campanha Abolicionista". *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia* n. 45. Salvador, 1981.

AMARAL, Brás do. "Discurso Homenageando Sócios Falecidos durante o período de 1896/1897". *Rev. do IGHB* n. 12. Salvador, 1897.

AMARAL. Brás do. *História da Bahia do Império à República*. Bahia. Imprensa Oficial do Estado. 1923.

AMARAL. Brás do. "Memória Histórica sobre a Proclamação da República na Bahia". *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 30. 1904.

ARAGÃO. Antonio Ferrão Moniz de. *A Bahia e seus Governadores*. Bahia. Imprensa Oficial do Estado. 1923.

AZEVEDO. Thales de. *Povoamento da Cidade do Salvador*. Ed. Itapua. 1969.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. Ciência e Tecnologia. *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional. 1a. Etapa: 1850-1889*. Anexo Estatístico. Salvador. 1978.

BARRETO. Octaviano Moniz. "Discurso na Sessão Magna Comemorativa do Cinquentenário da Abolição". *Rev do IGHB* n. 65. 1938.

BARRETO. Vicente. "Primórdios do liberalismo". *Curso de Introdução ao pensamento Político Brasileiro*. Unidade I. Brasília. UNB. 1982.

BARROS. J. Teixeira. "Manoel R. Guerino" (Prefácio). In QUEKIND. Manoel. *A Bahia de Outrora*. Salvador. Livraria Progresso Ed. 1955.

BOEHEK. George C. A. *Da Monarquia à República. História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro. MEC. s/d.

CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida Econômico-Financeira da Bahia. Elementos para a História de 1800 a 1889*. Reimpressão. Salvador. Fundação de Pesquisas.CPE.

CALMON, Pedro. *História da Bahia: resumo didático*. São Paulo. Cia Melhoramentos. s/d:

CAKVALHO FILHO, Aloisio de. "Jornalismo na Bahia: 1875-1960". *Revista do IGHB*. n. 82. 1958-1968.

CASALECCHI, José Enio. *PRP. Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1987.

CASTRO, Dinorah Berbert de. *Ideias Filosóficas nas Teses Inaugurais da Faculdade de Medicina*. Salvador. UFBA. Tese de Mestrado. 1973.

CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil (1850-1888)*. Rio de Janeiro. Civ. Brasileira. 2 Ed., 1976.

COSTA, Emilia Viotti da Costa. "Sobre as Origens da República" e "A Proclamação da República". *Da Monarquia à República. Momentos Decisivos*. São Paulo. Brasiliense. 1987.

CUNHA, João Fernandes da. "No Centenário da Abolição". *Rev. do IGHB* n. 89. Salvador. 1991.

DANTAS Jr., João da Costa Pinto. "A Propaganda Republicana". *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. n.67. 1939.

- FONSECA, Luis Anselmo da Fonseca. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Pernambuco. Ed. Massangana. 2. Ed. fac-similar. 1988.
- GÜRENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Atica, 4. Ed., 1985.
- GÜRENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo, Atica. 1990.
- GOUVEA, Fernando da Cruz. *Abolição: A Liberdade veio do Norte*. Pernambuco. Ed. Massangana. 1988.
- GUIMARAES, Antonio Sérgio A. e CASTRO, Nadya Araújo. "Movimento Sindical e Formação de Classe. Elementos para uma Discussão Teórico-Metodológica". *Cadernos do CRH*. UFBA. 1987.
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana. Campos Sales, as bases e a Decadência da Primeira República Brasileira*. São Paulo: Vértice/RJ; Rio de Janeiro: IUPERJ. 1988.
- MARINHO, Josaphat. "A Unidade do Abolicionismo". *Rev. do ICHB* n. 89. Salvador. 1991.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Bahia: A Cidade do Salvador e seu mercado no Século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. 1978.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. "O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)". *Revista Brasileira de História* n. 16 (Escravidão). ANPUH/ Marco Zero. 1988.

- NASCIMENTO, Ana Amélia. *Dez Freguesias da Cidade do Salvador. Aspectos Sociais e Urbanos do Século XIX*. Fundação Cultural do Estado. 1986.
- PANG, Eui-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1943). A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira. 1978.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo. Cia. das Letras. 1989.
- A REDAÇÃO. "Nota póstuma sobre Eduardo Carigé Baraúna". *Rev. do IGHG* n. 36. Salvador.
- KIDINGS, Eugene Ware. *The Bahian Commercial Association, 1840-1889: A Pressure Group in an Underdeveloped area*. The University of Florida. 1970.
- SAES, Décio. *A Formação do Estado Burouês no Brasil (1889-1891)*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1985.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *O Poder Legislativo da Bahia. Primeira República (1889-1930)*. Salvador. Assembleia Legislativa. UFBA. 1985.
- SANTOS, José Maria dos. *A Política Geral do Brasil*. São Paulo. USP/ITATIAIA. 1989.
- SANTOS, Mário Augusto da Silva. *O movimento Republicano na Bahia*. Salvador. Centro de Estudos Baianos. UFBA. 1990.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Os Caixeiros da Bahia: seu Papel Conservador na Primeira República*. Salvador, UFBA, 1974. (mimeo).

SILVA, Leonardo Dantas. *A Abolição em Pernambuco*. Pernambuco, Ed. Massangana, 1988.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador, UFBA, 1974.

TAVARES, Luis Henrique Dias. "O Processo contra O Guaycuru". *Rev. do IGHB*, n. 81. Salvador, 1957.

VIANNA, Hildegardes. *A Proclamação da República na Bahia. Aspectos Folclóricos*. Salvador, Caderno do Centro de Estudos Baianos, n. 33. UFBA, s/d.

WRIGHT, Eric. *Classe, Crise e o Estado*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

A N E X O S

## ANEXO 1

### MANIFESTO DO CONGRESSO REPUBLICANO AO POVO BAIANO

Saude e fraternidade!

Sejam estas as nossas primeiras palavras de paz e de amor, que dirigimos a nossos cidadãos habitantes desta provincia, berço de illustres patriotas, que pela liberdade e pela terra natal derramaram seu sangue precioso. Com a história da sua vida e com a da morte que a alguns coíneu nos campos de batalha e a outros no patibulo transformado para nós em monumento de glória, eles nos legaram exemplos que devemos seguir e tradições immaculadas que puras devemos conservar e telar como penhores preciosos e caros, e defendendo a sua memoria e buscando imita-los com dedicação e sem medo, mostraremos que nós, seus filhos e continuadores de suas glórias, aspiramos ao mesmo ideal pelo qual na bahia bateram-se os heróis de 1837, e havemos de conquistá-lo, esse ideal; havemos de realizá-lo mediante perseverança e abnegação, com o sacrificio e com a luta!

E não é só uma aspiração, dizemo-lo, mas uma dever cujo cumprimento é inadiável; mostram-no a razão e a consciencia, exigem-no a honra e o amor da pátria.

O grau de miséria física, intelectual e moral, particular e pública a que tem descido este pais é, sobretudo, obra da Monarquia, tirânica e sanguinária no primeiro reinado,

hipócrita e corruptora no segundo, ela promete ser uma e outra coisa no terceiro, mas cem vezes mais repuntada que naquelle. Urge, pois, que nem um instante depois da morte ou abdicacão do imperador reinante, pactuemos com a continuacão desse sistema de governo, que além de tudo, é condenado pelos principios da ciência sociológica e pelos ditames da reta razão e da dignidade humana, quando não o fosse, como é, pela longa e dolorosa experiencia que dele temos.

Mas, para a realizacão desse propósito patriótico é necessaria a coragem das convicções inabaláveis e das dedicacões ilimitadas, capaz de enfrentar e lutar com os hábitos enraizados do servilismo aulico, a corrupcão dos costumes do mercantilismo cortesão, a inércia desconfiada quando não a suspeita hostil de massas ignorantes ou nerversamente encaminhadas e insufladas em proveito dos interesses dinásticos de Braganca e Orleans, representados por uma princesa fanatizada e sem talentos e educacão peculiares ao governo, e por um principe estrangeiro, especie de guerrilheiro adota e avarento, verdõntea condigna de uma estirpe maldita na história por grandes crimes e grandes traicões, o qual ambiciona o trono, não por amor da nossa felicidade, mas por sede de nossas riquezas.

Chegado que seja o momento de recolher a heranca do velho imperador, não é de esperar que eles, voluntariamente ou mesmo sem grande resistencia, prescindam daquilo que, mentirosamente e sem escrúpulo, eles chamam seus direitos "por graça de Deus e unânime aclamacão dos povos", que para isso

não serão, como nunca foram, de modo algum ouvidos.

Em todo caso, e para esta luta, mas luta seria, real, em todos os terrenos e com todas as conseqüências, que devemos estar apercebidos e preparados, sem impaciências nem precipitações, mas somente atentos à primeira voz, calmos, resolutos, dedicados, perseverantes e unidos: e num momento dado, e quaisquer que sejam as resistências, tudo será vencido, e teremos então o governo honesto, racional e consentâneo com a liberdade e a dignidade de homens, o governo republicano, o governo do povo pelo povo.

É como cada dia nos aproxima desse momento, com uma celeridade que só cegos negariam, estejamos desde já dispostos e de prontidão para o que der e vier.

Continuemos a manejar a arma da propaganda, que, por ser pacífica nem por isso é menos poderosa, e com a qual temos semeado a idéia republicana que em tão pouco tempo tem medrado assombrosamente, alastrando no seio do povo brasileiro, tão rápido como o óleo derramado na superfície das águas. Mas chegado o momento oportuno, se as conquistas feitas por evolução ainda não bastarem, então não há hesitar, apelaremos para a revolução.

Que desde já vá calando em vosso espírito essa palavra - revolução - que resume a abnegação pessoal levada ao sacrifício da vida para consagração do direito.

Que ascende o vosso patriotismo o pensamento de que a justiça da causa que impele os que abracam-na a preço de seu sangue, não só iustifica, mas antes santifica a revolução.

Não há espetáculo mais belo do que o de um povo que, calmo e digno, e cõscio do valor das liberdades a que aspira, erque-se disposto para a luta até a vitória ou até a morte, empunhando o lábaro sagrado de suas reivindicações!

Uma morte gloriosa é preferível à vida sem estímulo nem dignidade, em que a tranquillidade privada e as honras públicas custam o preço do servilismo e das humilhações, do ofuscamento da razão, da obliteração da consciência, e do embotamento do brio.

Malditos, porem, aqueles que no momento da luta, renegarem a relação do dever! Malditos os que hostilizarem a causa do povo! Malditos os que tomarem armas contra a república!

Eles serão os responsáveis pelas desgraças da pátria! E sobre suas cabeças recairão tribulações, afrontas, as vilezas, as malversações, os atrasos, as misérias, os sofrimentos e as lágrimas, terrível conjunto de fol e podridão, que o terceiro reinado prepara para inocular no seio da pobre pátria brasileira, já tão infeccionada pelos dois primeiros...

O terceiro reinado será o direito de reunião violado e abolido, a imprensa toda amordacada ou corrompida, a guarda negra massacrando em nome da rainha, a exploração mercantil em seu auge em todas as esferas administrativas e governamentais, as lutas intestinas suscitadas pelas explosões de descontentamentos dos povos, e provavelmente a guerra exterior provocada pela insensatez e deslealdade de um governo

refalsado e audacioso, as portas das masmorras abrindo-se para sepultar os patriotas, a delação elevada a altura de uma virtude cívica, e o suor e o sangue do povo amoadados e malbaratados em recompensas e honrarias aos covardes e traidores, fiéis vassallos e incensadores do trono, embora filhos amaldiçoados da pátria e verdugos de seus concidadãos.

Não! Não consentireis em tamanha miséria, em tantas desonras, em tão funda abieção! Não consentireis, não consentiremos que vinque esse terceiro reinado que, na frase de um escritor democrata, "já puroureu-se, na sua origem, de mais sangue, do que o primeiro no seu ocaso".

Aprestemo-nos a inaugurar uma era de liberdade e riqueza pública, e, lançando sobre o tûmulo do império o duplo véu do esquecimento e do perdão, saudemos, de pé como convém a homens, o advento auspicioso da republica, saudemos o despontar do sol da única e verdadeira democracia, que refulgirá vivificante e sem nuvens sobre os Estados Unidos do Brasil.

Estabelecamos em nosso país a forma de governo que fez da Suica uma nação laboriosa, industrial e pacífica, dos Estados Unidos, um colosso imenso onde o trabalho é honra e braço nobiliário, da República Argentina, a nação que é na América do Sul, o exemplo do progresso rápido e sempre crescente, adotemos para a nossa pátria essa forma de governo, que, além de tudo é a mais consentanea com a sua extensão e com a diversidade de climas, produções, occupaões, e variedades de interesses que se encontram e agitam na vastíssima

superfície deste país diante.

Fundemos a República, mas a República Federal, sistema que até irmanava povos de racas diferentes, como nos Estados Unidos, como na Suíça: exatamente o contrario daquele que ainda entre nós domina, e dominará enquanto durar a monarquia, a despeito de todas as promessas que tenham sido e continuem a ser feitas sem tencão de cumpri-las e somente para acalantar o povo como se faz com as crianças. Com efeito, a Monarquia sabe que a multiplicação das liberdades e franquias, a máxima descentralização do poder, e o alargamento e fortalecimento das condições e garantias de autonomia e independência locais, são outros tantos golpes e desfalques no patrimônio real, tesouro secularmente havido por apanagio inviolável, aumentado pouco a pouco à custa dos povos, misto e conjunto de ficções e absurdos, prepotência e servilismo, arbitrios e extorsões, dependências e privilégios, sinecões e abieções.

Só um governo essencialmente democrático como o republicano federal, poderá garantir-nos a realização de reformas sérias e honestas em beneficio da nossa cara pátria.

A abolição do privilegio de raca ou familia, e a de titulos nobiliarquicos e condecorações, e portanto a verdadeira igualdade perante a lei; a liberdade de consciência, e portanto a independência e liberdade de cultos e a separação entre Igreja e o Estado; o sufrágio universal sob a condição unica de saber ler e escrever e portanto, a instrucção primaria gratuita e obrigatória; a

distribuição fácil, completa e iniludível da justiça, e portanto, todas as garantias de independência e força do poder judiciário: a verdade na representação nacional, provincial e municipal, realizada pela temporariedade do Senado, e pela fixação e a distinção da competência e autonomia das províncias confederadas entre si ou Estados Unidos e dos municípios, e portanto a discriminação e distribuição equitativa e racional dos respectivos encargos: a melhoria espontânea eficazmente auxiliada e portanto, a grande naturalização: eis aqui os capítulos primordiais do nosso programa político, económico e social: eis as aspirações, a norma e o norte do partido republicano a que pertencemos.

As repúblicas instruem, diz o nosso correligionário espanhol: as democracias instruem, porque o cidadão sabe que nasce apto para vir a exercer todas as funções públicas: sabe que vai ao município e que o município é uma escola política: sabe que daí vai à província e a província é uma escola maior: sabe que depois sobe ao Estado e o Estado é a perfeição: e depois, além do que aprende na universidade, tem as associações particulares, em que aprende economia e trabalho, e assim aprendendo, aprende a conhecer o seu direito e o seu dever, e, aprendendo isto, aprende a ter o sentimento de sua própria dignidade. As monarquias não podem fazer o mesmo.

As monarquias corrompem, as monarquias aviltam, as monarquias necessitam de cortesãos, de uma nuvem de

funcionários que estendam por toda a parte aquele cancro que devorou Bizâncio e que devora a Rússia: o cancro burocrático, o cancro do parasitismo, que não é mais do que a sombra do grande parasita, o rei!

É este justamente o parasita que, há 66 anos vive do nosso sangue, e que queremos, e precisamos eliminar, arrancar, extirpar do nosso corpo social: e imediatamente porque ele já vai produzindo a cachexia no organismo social, que ameaça-o de cançona e esfacelamento inevitável, e por fim, irremediável.

Coragem, dignidade e civismo! E em breve estaremos livres dessa causa nefasta de males que afligem nossa pátria.

Trabalhemos pela República, e ela nos indenizará em pouco tempo do quanto perdemos pela Monarquia.

- Oh! Sombras dos grandes heróis brasileiros que lutastes contra a Monarquia! Tiradentes que subistes ao patíbulo com a fronte erguida, que se nos afigura circundada de uma aureola de estrelas! Padre Koma, que sereno e tranquilo recebeste a morte, encarando os aloozes inconscientes que iam fuzilar-te! Sabino, desterrado de provincia em provincia por amor da liberdade e da pátria! Nunes Machado, assassinado pela Monarquia, que ainda profanou o seu cadáver! Pedro Ivo, Leão do Norte, que tiveste por túmulo a imensidade do oceano! Sombras benditas! Espiritos e santos, onde quer que estejais, acudi-nos, inclinaí-vos entre os vivos sob a forma de inspiração benfazeja ou de

terrivel remorso! Vinde ajudar-nos na faina patriótica, para que liberte-se esta terra da continuação da tirania monarchica, para que evite-se nesta pátria a vergonha do terceiro reinado.

Sala das Sessões do Congresso Federal Republicano da Bahia, em 8 de junho de 1889.

Dr. Manoel Teixeira Soares

Dr. Virgilio Damázio

Dr. Deodleciano Ramos

Cosme Moreira de Almeida

Virgilio de Lemos (com restricções)

Dr. Silvino Moura

Manoel Teixeira da Cunha

Dr. António Jose de Freitas

Luiz Barreto

Ludgero José de Souza

Edmundo Gastão da Cunha

Landulpho Machado de Magalhães

Alberto Muvlaert

Dr. Eugenio Barbosa

Antonio Luculo de Souza e Silva

Deraldo Dias

Arthur Trilha de Lemos

José Xavier Coelho

A. Baptista de Oliveira

Ricardo da Costa Filho

Antonio Pedro da Fonseca

Rozendo Silva

**Fonte: Jornal A REPUBLICA FEDERAL N. 49. de 30/06/1889.**

## ANEXO 2

(RELAÇÃO PARCIAL DE SOCIOS DO CLUBE REPUBLICANO FEDERAL)

## Estudantes:

José Isidoro dos Santos Silva  
 Alberto Muvlaert  
 José de Souza Benevides  
 Agostinho da Silva Leal  
 Adolfo Caminha  
 José Antônio Calero  
 Eduardo Leger Lobão Junior  
 João Cardoso de Menezes Souza  
 Domínios Gonçalves Barata  
 Manoel José do Bonfim  
 Augusto Lúcio de Figueiredo Teixeira  
 Raimundo de Frazão Catanhede  
 José Honorino de Oliveira  
 Guilherme Arthur Olivier  
 Valentim Butler Brawn  
 Antônio Francisco de Vasconcelos  
 Albertino Rodrigues de Arruda  
 Simplicio Antônio Mavlonier  
 Bruno Manoel de Carvalho  
 João Baptista Mionot  
 Aramin Augusto de Almeida  
 Ionácio Mendo Filho  
 Joaquim Teixeira d'Abreu Junior  
 José Gonçalves Martins  
 Francisco Pereira da Silva Junior  
 Raul de Almeida Azedo  
 Plínio Jobim  
 Hugo de Carvalho  
 Mamede Monteiro da Rocha  
 Carlos Dantas Bastos  
 Arthur Correia Cutias  
 José Diogo da Silva  
 João Baptista de Sá e Andrade  
 Arthur da Silva Pereira  
 Ernesto Moreira de Almeida  
 João Muniz Sapucaia  
 Ignácio Pinheiro Jardim  
 Sabino Pinheiro Junior  
 Friscillo Martins  
 João Vicente Torres Homem  
 Nuno da Cunha Melo  
 Edas Muniz Barreto de Araújo  
 Carlos Augusto Filgueira  
 João Marques de Carvalho

Marcellino Fraçoso  
 Olympio Coelho Leal  
 Belisário Augusto de Oliveira Pena

Médicos:

José Porfirio de Sá  
 Emyodio Dias Novaes  
 Francisco de Assis Corrêa  
 Virgílio Damázio

Deocleciano Ramos  
 Antônio de Mattos Junior  
 Silvino Moura

Advogados:

Manoel Feixeira Soares  
 Manoel Adeodato de Souza Junior

Jornalistas:

Antônio Baptista de Oliveira  
 Alexandre Fernandes

Farmacêuticos:

Antônio da Costa Simões  
 Otaviano Norberto Starling  
 Alfredo Mendes Ribeiro

Dentista:

Pedro de Alcântara Ramos

Professor:

Nestor Corbiniano do Couto

Engenheiro:

Oscar Abreu

Doutor:

Alfredo Valle

Negociantes:

Antônio Pedro da Fonseca  
 Rozendo Silva  
 Manoel da Costa Espinheira  
 Júlio Pimentel

Apollonio da Rocha Leite  
 Luiz Barreto  
 José Francisco Lima  
 Eduardo Gonçalves da Silva  
 João Bernardino Rodrigues Machado  
 Deraldo Dias  
 Manoel da Silva Guimaraes  
 Manoel Teixeira da Cunha  
 Alfredo Espinheira  
 Antônio Galdino de Carvalho  
 Manoel Luiz de Carvalho  
 Manoel Herciliano Soledade  
 Remício Ribeiro Novaes  
 Raymundo Azevedo

**Proprietário:**

Antônio Luculo de Souza e Silva

**Lavrador:**

Cândido Felisberto de Cerqueira  
 Armindo Pedreira Dantas Bião

**Dirives:**

Emiliano Olympio Minas Novas

**Entalhador:**

Odorico Manoel Maynetto

**Tecelão:**

João Antônio da Silva

**Maquinista:**

Thomas de Aquino Lacerda.

**Fonte: Jornal A REPUBLICA FEDERAL (coleção)**

**Nos. 2 a 58 (agosto de 1888 a novembro  
 de 1889).**

## ANEXO 3

## CAIXEIROS E COMERCIANTES QUE ASSINARAM O MANIFESTO "VIVA A REPUBLICA". DE 17 DE JUNHO DE 1889

Deraldo Dias  
Raymundo de Azevedo  
José Pititinda  
José Lourenço de Moraes  
Justiniano C. Machado  
João Alves do Nascimento  
José Soares de Santiago  
José Lauro de Azevedo Junior  
Joaquim Cabral Filho  
Zeferino Gonçalves de Souza Castro  
Filinto Elísio Meirelles  
Luiz Lacerda  
Anézio Viana  
Joaquim Alves Teixeira  
José Matheus Maia  
Joaquim da Costa Farias  
Ulisses Franco Lima  
Cesar Andrade  
Francisco Trindade  
João B. Rodrigues Machado  
Leopoldo Nillo de Araújo Braga  
José Antônio Benevides  
Constantino Archiles  
José Simões da Cunha  
Pedro Inácio da Cunha Filho  
João Autran Keganier SA  
Virgílio Lamaionere  
Theophilo Góes  
José Freire dos Santos  
Antônio Galdino de Carvalho  
Trajano Cesar de Castro  
Theophilo Menezes  
João Macedo  
Manoel Ramos  
Lucas Ficbia  
Adolpho Bailalái  
Antônio Joaquim de Uliva  
Antonio Lobo  
Pedro Lins Ferreira de Araújo  
Augusto C. Moreira Sampaio  
G. Costa  
Vicente Leal  
Alfredo Maltez

Affonso Henriques  
Alexandre Bordes Bailly  
Alfredo Oliva Leite  
Alfredo Augusto da Rocha  
Manoel Piácido  
José Carahy  
Alfredo Leite  
Aurelio Santos Pereira  
Alfredo Macedo Fadias  
Alvaro Soares Fariao  
Brasílio P. de Almeida  
Manoel Lopes da Silva

Octaviano Tourinho  
Maurício Alves de Azevedo  
Wenceslão Fr. Otto Kumer  
Antônio Travessa  
Justino B. Garcia  
Manoel E. O. Pinto  
Marcellino Rufino de Britto  
Augusto Frederico Schumann

**Fonte: Jornal A REPUBLICA FEDERAL N. 48, de 23/06/1889  
e N. 49. de 30/06/1889.**

## ANEXO 4

## AOS LIBERTOS

Da virmem liberdade a salvadora idéia  
Um dia apareceu no coração do povo.  
Como outrora Moisés, o redentor da Hebréia.  
Entre os juncos de um rio, em seu bercinho covó!

E o povo batalhou em prol do grande dia,  
Cheio da mais sublime e nobre aspiração:  
- Talvez do labirinto a imprensa o conduzia,  
Como um guia conduz o cego pela mão...

Libertos! Não deveis a vossa liberdade  
A quem dela a princípio instituiu-se dono!  
Tudo deveis a imprensa e nada a majestade  
Tudo ao povo deveis, nada deveis ao trono!

Ingratos sois, no entanto, ó deserdada raça!  
Apenas dos grilhões desamarrada, exanque,  
Levantai-vos feroz e apedrejais na praça  
Aquele que por vos daria o seu próprio sangue!

Agora defendeis inconscientemente  
 Da vossa liberdade os rispidos piratas!  
 E o braco alevantais armado, de repente,  
 Contra as nobres e sãs idéias democratas!

Entregam-vos de novo ao tronco da realeza,  
 E lancam-vos no dorso uma pesada farda!  
 - Querem que defendais um trono e uma princesa,  
 A golpes de navalha e a canos de escoingarda!

E vós curvais o dorso e recebeis a infâmia,  
 Como outrora a ração, o tronco, o cativeiro!  
 Nem sangue possuís que a vossa face inflame-a?!  
 - Vosso brio onde está, liberto brasileiro?!...

Um ano agora faz que o sol da liberdade  
 No levante da pátria enorme resplendeu!  
 Um ano agora faz que o abutre iniquidade  
 Já não não consome o escravo - o novo Prometeu!

Fois bem! Ante este sol, ante este rei que ostente  
 Na fronte aminitente a realeza eterna,  
 Como que vida nova a pátria experimenta,  
 - Vida que a nobilita e leme que a governa!

Vamos, libertos de hoje, escravos de inda ontem!  
 Banhai-vos nessa luz que a liberdade encerra!

Não queirais que no céu deste país despontem  
Nebulosas de sangue, anunciando a guerra!

Amai a vossa pátria! E a bárbaros flagícios  
Nunca deveis ceder nem tréguas, nem incesso!  
- A pátria é o grande altar dos grandes sacrifícios,  
Unde vamos queimar o incenso do progresso!

Fonte: Jornal DIARIO DO POVO de 13/05/1889.